

**EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO FEMININA NA PARAÍBA NAS  
PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

**AURENI MARIA DA SILVA**

**Dissertação de Mestrado História Contemporânea, apresentada à  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de  
Lisboa, sob a orientação do Professor Doutor Paulo Jorge Fernandes**

**Lisboa, Junho de 2016**

**AURENI MARIA DA SILVA**

Dissertação de Mestrado História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Com requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em História, (área de especialização em História Contemporânea).

Orientador: Paulo Jorge Fernandes.

**Lisboa, Junho de 2016**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas aos meus amados pais e aos meus filhos: Laíz Aline e Raoni Rodrigues e aos meus irmãos e irmãs que acreditaram em mim.

“Eu escrevo para criar um mundo em que posso viver. Procuro criar um mundo como se cria um determinado clima, uma atmosfera onde eu pudesse respirar”. Anayde Beiriz

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Nossa Senhora, que iluminou o meu caminho durante esta caminhada, por ter me dado força e coragem para enfrentar as inúmeras dificuldades encontradas em Portugal.

Agradeço à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e seu corpo docente.

Meu agradecimento especial ao Orientador Paulo Jorge Fernandes, por me acompanhar, incentivar e orientar durante todo este percurso. Pela sua disponibilidade, compreensão e partilha.

À Professora Doutora Claudia Maia de Jesus, por me ter mostrado a importância desse assunto para historiografia do meu Estado – Paraíba – e pelo interesse tão profundo pelo tema.

Aos amigos, professores e professoras, esses que estiveram em diferentes momentos ao meu lado, nessa caminhada; Cristina Guimarães, Donizette Lima do Nascimento, Deise Lucide, José Faria, Lúcio Flávio Costa, Jucilene Vieira e Patrícia Bezerra.

Aos amigos, Germano Silva, Fernando Nunes e Cassimiro de Jesus Gonçalves quem me deram maior incentivo e apoio para a realização deste estudo em Portugal.

Às amigas, Irene Feliz da Costa, Celeste Correia Torres, Daria Martins, Rosângela Alencar e todos da Escola Cândida de Sá.

E a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação e os que acreditaram no meu potencial, o meu muito obrigado.

À Prefeitura Município Santa Rita – PB, que concedeu a licença para a realização deste estudo.

## RESUMO

Apresentamos nesta dissertação de Mestrado em História (área de especialização em História Contemporânea) na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, um estudo sobre as questões de gênero e os textos literários com práticas emancipatórias das professoras e escritoras, Eudésia de Carvalho Vieira e Anayde Beiriz as quais contribuíram para a historiografia da educação da Paraíba e do feminismo do Brasil. Essas mulheres viveram na primeira metade do século XX, uma época em que o papel da mulher era de esposa e mãe, desempenhando uma série de atividades tradicionalmente femininas: o cuidado das crianças, da casa, da fiação e da tecelagem. Esta pesquisa tem por objetivo apresentar ao público uma análise das contribuições para autonomia e emancipação feminina deixadas por Eudésia de Carvalho Vieira e Anayde Beiriz no tocante às mudanças comportamentais e de valores. O nosso estudo se fundamentou a partir de uma análise dos textos de autoria feminina durante o século XX, como também das duas professoras e educadoras supracitadas.

O espaço de investigação empírica da pesquisa é o Estado da Paraíba, basicamente entre os anos de 1905 a 1930. Optamos por pesquisar a partir da discussão sobre o feminismo, numa época em que o Brasil e a Paraíba conviviam com lutas políticas e mudanças de poder que conduziram ao período da Revolução de 1930. Analisando esse tema, chegamos à percepção que a insistência pela emancipação política das mulheres brasileiras vem desde o século XIX, e ficou mais forte no início do século XX, após a grande mobilização de regime político. Nas primeiras décadas, observa-se um período de grandes transformações, vinculado às ditaduras e a persistência dos seus direitos à educação e de votar e ser votada.

Essas paraibanas insubmissas que procuraram se fazer ouvir, que buscaram meios de comunicar suas ideias, angústias, sonhos e realizações, que não se conformaram em viver à sombra de outros, considerando que tinham o que dizer e fazer, merecem ser perscrutadas e suas lutas conhecidas e reconhecidas.

**Palavras-chave:** Mulheres; Igualdade de Gênero; emancipação feminina: Brasil e Paraíba.

## **ABSTRACT**

We present in this Master's dissertation in history (specialization in Contemporary History) at the Faculty of Social and Human Sciences, New University of Lisbon, a study on gender issues and literary texts with emancipatory practices of teachers and writers, Eudésia de Carvalho Vieira and AnaydeBeiriz which contributed to the historiography of education of Paraíba and feminism in Brazil. These women lived in the first half of the twentieth century, a time when the role of the woman was a wife and mother, playing a number of traditionally female activities: the care of children, house, spinning and weaving. This research aims to present the contemporary audience an analysis of contributions to autonomy and female emancipation left by Eudésia de CarvalhoVieira and Anayde Beiriz with respect to changes in behavior and values. Our study was based from an analysis of female authors of texts during the twentieth century, as well as the two teachers and educators above.

The empirical research area of research is the state of Paraíba, basically between the years 1905 to 1930. We chose to search from the discussion of feminism, at a time when Brazil and Paraíba coexisted with political struggles and power changes led to the period of the Revolution of 1930. by analyzing this issue, we come to the realization that the insistence by the political emancipation of Brazilian women comes from the nineteenth century and grew stronger in the early twentieth century, after the major mobilization of political regime. In the first decades, there is a period of great change, linked to dictatorships and the persistence of their rights to education and to vote and be voted.

These Paraíba women that never give up, who sought to be heard, which sought ways to communicate their ideas, fears, dreams and achievements, which did not conform to live in the shadow of others, considering they had to say and do, deserve searchingly and their known struggles and recognized.

Palavras-chave: Women; Gender equality; female emancipation: Brazil and Paraíba

## Sumário

LISTA DE SIGLAS .....	9
INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO I - UMA TENTATIVA DE SE COMPREENDER A INFLUÊNCIA DA MULHER NA SOCIEDADE PARAIBANA NO COMEÇO DO SÉCULO XX .....	18
1.1 A PARAÍBA EM DESTAQUE NACIONAL.....	18
1.2 A cooperação feminina no Estado da Paraíba.....	22
CAPÍTULO II- OS CAMINHOS PERCORRIDOS SOBRE O FEMINISMO NO BRASIL E NA PARAÍBA .....	33
2.1 A LUTA PELA CIDADANIA: O EXTENSO CAMINHO DAS MULHERES .....	33
2.2 A EDUCAÇÃO PARA A MULHER .....	37
2.3 A MODERNIDADE TROUXE MUITA AGITAÇÃO PARA AS MULHERES .....	40
2.4 A DÉCADA DE 1920, UM PERÍODO DE TRANSFORMAÇÕES COMPORTAMENTAIS E DE NOVOS HÁBITOS. ....	44
2.5 AS MANIFESTAÇÕES E OS MOVIMENTOS .....	47
CAPÍTULO III- EUDÉSIA VIEIRA: UMA VIDA DEDICADA À EDUCAÇÃO .....	52
3.1 O TRIUNFO DO MAGISTÉRIO PARA AS MULHERES PARAIBANAS.....	52
3.2 OS LIVROS PUBLICADOS POR EUDÉSIA VIEIRA .....	60
3.3 A PRESENÇA DA MULHER NA IMPRENSA PARAIBANA.....	67
CAPÍTULO IV- ANAYDE BEIRIZ, UMA MULHER À FRENTE DO SEU TEMPO .....	74
4.1 ANAYDE BEIRIZ – PARA SEU TEMPO, UMA MULHER EMANCIPADA.....	74
4.2 TECENDO E BORDANDO NO MUNDO LITERÁRIO .....	79
4.3 ANAYDE E JOÃO DANTAS: AMOR E CONFLITOS.....	83
5- CONCLUSÃO .....	94
BIBLIOGRAFIA.....	99
ANEXOS.....	104

## **LISTA DE SIGLAS**

**UFPB:** Universidade Federal da Paraíba

**IHGP:** Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

**FUNESC:** Fundação Espaço Cultural da Paraíba

**FBPF:** Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

**APPF:** Associação Paraibana pelo Progresso Feminino

**PMR:** Faculdade de Medicina de Recife

## INTRODUÇÃO

*... Se a mulher só existisse na ficção escrita pelos homens, poder-se-ia imaginá-la como uma pessoa de maior importância: muito versátil, heróica e mesquinha; admirável e sórdida; infinitamente bela e medonha ao extremo; tão grande quanto o homem e até maior, para alguns. Mas isso é a mulher na ficção. Na realidade, (...) ela era trancafiada, surrada e atirada pelo quarto. (WOOLF, 1985, p.56).*

Na história do Brasil, é possível perceber que várias mulheres se posicionaram na contramão dos arquétipos femininos sopesados como naturais ou normais por parte de uma elite pautada pela normatização e pelo conservadorismo. Sendo o Brasil um país miscigenado, compreende-se a existência de normas de conduta divergentes imputadas às diferentes etnias que constituíram o povo brasileiro, o que resultou na existência de diversos padrões de comportamento. Assim, muitas mulheres lutaram contra a circunstância de inferioridade, buscando autonomia e emancipação.

Pensando nisso, a presente dissertação, intitulada *Educação e emancipação feminina na Paraíba nas primeiras décadas do século XX*, propõe um estudo sobre os textos literários e as biografias pertencentes às professoras e escritoras Eudésia de Carvalho Vieira e Anayde Beiriz. A escolha desses dois nomes se justifica na grande contribuição de ambas para a historiografia da educação da Paraíba. No tocante às questões das práticas emancipatórias do feminismo do Brasil, Eudésia de Carvalho Vieira e Anayde Beiriz também têm lugar de destaque.

Essas mulheres viveram no início do século XX, numa época em que o papel da mulher era de esposa e mãe, desempenhando uma série de atividades tradicionalmente femininas: o cuidado das crianças, da casa, da fiação e da tecelagem. Nosso estudo incidiu nos caminhos da emancipação feminina e práticas feministas na Paraíba, na primeira metade do século XX, com delimitação focada a partir dos anos de 1905 a 1930. O objetivo central é de investigar e de historicizar as diversificadas práticas e manifestações culturais das professoras e escritoras Eudésia de Carvalho Vieira e Anayde Beiriz, que contribuíram para a historiografia literária paraibana, por meio das Histórias de Vida – a biografia de cada uma.

O interesse de pesquisar esse tema ocorreu a partir da leitura dos textos literários produzidos por Eudésia de Carvalho Vieira e Anayde Beiriz, no que se refere às mulheres, à emancipação feminina e às práticas feministas, na Paraíba, na primeira metade do século XX. A partir disso, veio o desejo de apresentar ao público as estratégias usadas por essas duas mulheres que lutaram pelas mudanças e por direitos políticos e educacionais para as mulheres daquela época. Soma-se a tudo isso, o nosso empenho por meio deste estudo dissertativo de expor uma produção geral das contribuições, no que diz respeito à importância das práticas emancipatórias das duas autoras supracitadas, mulheres que, além de donas de casa e mães, assumiram-se como educadoras e escritoras, deixando um grande legado às paraibanas e a todas as mulheres brasileiras.

Anayde Beiriz, desde 1980, teve um maior enfoque na mídia nacional e na cidade de João Pessoa, mediante a publicação de livros, documentários, filmes, peças de teatro apresentados no Brasil e na Europa, assim como a edição de artigos, realização de seminários, dissertações e teses como também o seu nome seria atribuído a condomínios, ruas, praças, escolas municipais, museus e caricaturas em calçada.

Já Eudesia Vieira, com uma vida dedicada às questões das mulheres, tem sido esquecida na historiografia literária paraibana. Além de ser, mãe, esposa, educadora, escritora, médica, jornalista, poetisa e assistente social, deixou alguns livros escritos, dedicados ao ensino infantil, adotados na educação Estadual da Paraíba. Foi pioneira na imprensa local, cooperando como jornalista com artigos e outras matérias na Revista *Nova Era* e *Flor de Lis*, *O magazine* e nos jornais: *O Norte*, *A Imprensa*, *O Educador*, *A Gazeta do Recife*, *A União* e no jornal religioso da diocese paraibana, *Festa das Neves*. Os livros publicados por Eudesia Vieira são: *Pontos de História do Brasil*, *Terras dos Tabajaras*, *Cirrus e dos Nimbos* (poesia e versos), *Cerne Contorcidos e Mistério de Fátima*. As homenagens oferecidas a esta escritora foram: o título de cidadã Benemérita da Paraíba, o seu nome em uma Rua do Bairro dos Estados, no Município de João Pessoa, atual capital do Estado da Paraíba.

Um dos caminhos utilizados por Eudesia Vieira e Anayde Beiriz na luta que abraçaram foi o uso da comunicação, por meio da imprensa escrita, aproveitando o espaço para redigir matérias sobre a conjuntura social em que se encontravam as mulheres, as questões políticas e culturais da época. Discretamente, vão conseguindo

consolidar-se num espaço público, eminentemente masculino, com publicação de artigos condizentes com o espírito emancipatório feminino.

Buscamos nesta dissertação responder às seguintes perguntas: quem eram estas mulheres? Como contribuíram para a autonomia e emancipação de gênero e para as mudanças de valores e comportamentos? Quais as práticas feministas produzidas por essas duas professoras que contribuíram para a emancipação feminina, na primeira metade do século XX, no Estado da Paraíba?

Vale lembrar que só a partir dos anos de 1980 teve início, na Paraíba, o resgate da imagem e representação das mulheres que contribuíram para a historiografia do Estado, por meio de debates, seminários, dissertações e teses. Pensando nisso, o foco deste estudo centrar-se-á em Eudésia Vieira e Anayde Beiriz, mulheres que, na prática cotidiana, usaram a escrita para denunciar a situação de desigualdade que vivenciavam. Analisando as obras literárias dessas escritoras, identificamos as preocupações delas em combater as formas de discriminação e opressão em que viveram as mulheres desse contexto. Nessa época, iniciavam-se as lutas por mudanças comportamentais e a adoção de novos hábitos na sociedade e, em todo Brasil e na Paraíba, conviviam-se com lutas políticas e de mudanças de poder.

O período da Revolução de 1930,<sup>1</sup> como é conhecido, foi palco de manifestações de vários grupos urbanos que consolidaram de modo mais intenso as transformações comportamentais e a adoção de novos hábitos. Conforme afirma Maria Nunes (2007, p. 284), esses novos hábitos expressam a insatisfação da mulher diante da inexistência de um espaço social próprio, da visão pejorativa de que muitas vezes era vítima, da falta de representante no domínio da política e da economia, a aspiração de autonomia e de igualdade com os homens, tudo isso era visto como uma ameaça à ordem familiar e, conseqüentemente, a sociedade se via em perigo.

Sobre a Revolução de 30, é pertinente destacar as considerações apresentadas por Cittadino (1998):

A Revolução de 30, se por um lado representou o fim do Estado oligárquico e, conseqüentemente o fim do coronelismo enquanto sistema político nacional, por certo, no Nordeste e, sobretudo em estados como a

---

<sup>1</sup>Foi o movimento armado, liderado pelos Estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou no golpe de Estado de 1930, que depôs o presidente da República Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impedindo a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pondo fim à República Velha.

Paraíba não significou uma autuação na estrutura de poder local, nem tampouco a desagregação do coronelismo enquanto sistema de dominação. (CITTADINO, 1998, p.16).

Partindo da análise anterior, é possível afirmar que a Revolução de 1930, no Brasil e, especificamente, na Paraíba, ocorreu, não apenas pelos problemas da governabilidade do Estado, ligados às questões políticas, mas também pela regulamentação da sociedade, impondo os dispositivos de controle moral que ameaçavam a instituição familiar e patriarcal. Portanto, a política das oligarquias fundamentava a estrutura social. Essa Revolução também ficou marcada como “o despontar de uma nova civilização”, conforme pondera Michelle Perrot (1989, p. 31). Isso porque as mulheres foram envolvidas em guerras, revoluções, perseguições pela ditadura, representaram papéis de protagonistas na grande encenação do teatro-realidade. Elas transformaram e modificaram a história das relações de gênero.

Nessa perspectiva, a professora, poeta e ensaísta Anayde da Costa Beiriz é considerada o ícone da mulher guerreira paraibana que se entregou à vida com uma paixão arrebatadora, sem temor. Símbolo do feminismo, ela se destacou como participante dos primeiros ensaios modernistas na cidade. O nome dela está envolvido na Revolução de 30, inclusive sendo apontada como o estopim dessa revolução, devido à tragédia do assassinato de João Pessoa, pelo advogado e jornalista João Duarte Dantas, com quem ela mantinha um relacionamento amoroso.

A capital da Paraíba, João Pessoa, fundada em 1585, já nasceu cidade, sem nunca ter passado pela designação de vila, povoado ou aldeia, visto que foi fundada pela Cúpula da Fazenda Real, uma Capitania da Coroa portuguesa. É considerada a terceira cidade mais antiga do Brasil e teve várias denominações antes de receber esse nome. Sintetizava, em muitos aspectos, esses processos de modernização e urbanização (BERMAN, 1986, p.16). Tais processos “marcaram, gradativamente, a passagem de uma sociedade predominantemente rural para uma sociedade moderna, ocasionando novos hábitos e costumes” (MAIA, 2011, p.94). Ainda nesse mesmo sentido, Maia acrescenta:

Tais mudanças acentuaram, por um lado, a privacidade da família e, por outro, a visibilidade das mulheres nos espaços públicos. Por outro, a presença das mulheres, tornou-se gradativamente mais visível em cenários antes pouco comuns, modificando a paisagem da cidade. Elas

passaram a povoar as páginas de jornal e revistas como objeto da escrita, mas também como escritoras, em sua maioria poetisas e cronistas. [...] A criação de novos postos de trabalho abriu possibilidade de emprego para mulheres instruídas da classe média, como secretárias, funcionárias públicas e dos correios, enfermeiras, vendedoras, professoras, datilógrafas, farmacêuticas, entre outras. Em paralelo, ocorreu uma gradativa valorização do individualismo econômico, ancorado no desejo de realização profissional. Muitas famílias burguesas passaram a aceitar e, de certa forma, a incentivar, o trabalho assalariado das mulheres. (MAIA, 2011, p.95, 96).

Os apontamentos feitos por Maia precisam ser analisados com cautela, pois havia a exigência de que a inserção da mulher no mercado de trabalho não maculasse a reputação desta, ou seja, a visão machista da sociedade ainda falava muito alto. Sobre essas questões, recomendo os estudos de Besse (1999).

A metodologia usada nesta investigação foi a seguinte: a organização de material coletado, por meio de estudos biográficos e bibliográficos, com leituras intensas,

Vídeos e filmes, para compreender melhor o contexto da época pesquisada. A partir dessa compreensão, buscaremos resgatar, historicamente, os movimentos de lutas de mulheres na sociedade paraibana e brasileira, no decorrer das primeiras décadas do século XX. Assim, constituímos o *corpus* documental a partir de três conjuntos de fontes: imprensa escrita; textos literários e documentos pessoais e administrativos. Além da imprensa escrita: revistas e jornais produzidos na Paraíba, no período em estudo, dos quais selecionamos e analisamos matérias e colunas escritas, prosas, versos, filmes e teatros que representavam os traços de resistência e de lutas das mulheres nordestinas. O levantamento dessas fontes foi feito nos arquivos do: jornal *A União* da Paraíba, do Acervo dos Escritores Paraibanos (na Biblioteca Central da UFPB); da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Paraíba e Biblioteca Pública de João Pessoa, Centro Cultural e FUNESC (Fundação Espaço Cultural da Paraíba). IHGP (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano), Filme do *YouTube: Parahyba, mulher macho*. Clássico Nacional. Filme Completo (1983), Documentário: *Anayde Beiriz e João Dantas – Um Romance nos Anos 30*, peça de teatro: *Anayde Beiriz – História a Ser Contada*, (Ensaio Nº1 e 2)) e o Curta Documental: *1930, Tempo de Revolução* (Depoimento).

Esse conjunto de fontes constitui-se no principal acervo documental analisado, os quais subsidiarão todo o trabalho de pesquisa aqui proposto. Essas fontes utilizadas é que nos permitirão historiar as lutas emancipatórias das mulheres paraibanas. Embora por muito tempo a carreira das letras tenha sido interdita às mulheres, muitas delas fizeram uso da escrita para exporem as opiniões. Esse conjunto de fontes constitui-se de diários e livros de memória escritos por homens ou mulheres que apontavam as pistas das práticas feministas na Paraíba.

Dentre esses escritos, destacamos livros e autobiografias: José Octavio de Melo, *Poder e política na Paraíba*; Marcus Aranha, *Anayde Beiriz, Panthera dos Olhos Dormentes*; José Jofilly, *Paixão e morte na revolução de 30*; Michelle Perrot, *Práticas da Memória Feminina*. Ressaltamos também a tese de Ana Maria Sales: *O Tecendo fios de liberdade*. Utilizamos ainda outras fontes, dentre as quais se incluem correspondências pessoais e administrativas, manuscritos, fotografias e recorte de jornal e manifestos, que estarão disponíveis nos anexos desta pesquisa.

Dividimos esta dissertação em quatro capítulos. O primeiro realiza uma breve resenha histórica da Paraíba, Estado que ocupou lugar de destaque na conjuntura nacional, uma vez que o presidente da República era o paraibano Epiácio Pessoa, no período de 1919-1922, enquanto o presidente do Estado da Paraíba, João Pessoa (1928-1930), sobrinho do anterior, também ganhou importância política no período. Este último foi vítima de um homicídio que ocorrera em uma confeitaria localizada no centro de Recife/PE, fato que gerou uma enorme comoção, ao ser propagado, inicialmente na Paraíba e, em sequência, em alguns Estados do Brasil.

A tragédia ganhou notoriedade e foi considerada, para alguns autores – destacando Boris Fausto (1994) e José Octavio de Arruda Melo (1978) – como sendo o pivô da Revolução de 1930. Isso porque as manifestações foram inúmeras, em algumas partes do país. Em meio a esse acontecimento trágico, conforme o historiador José Octavio de Melo, o nome da Professora Anayde Beiriz surge como ela estando envolvida no assassinato.

No segundo capítulo, dissertamos sobre o extenso caminho das mulheres brasileiras, sinalizando a trajetória, fazendo um pequeno relato das ações – lutas e conquistas de algumas mulheres, nos séculos XIX e XX. Assim, buscamos compreender a luta pelos direitos, a busca pela emancipação social e política.

Dentro do sistema de governo em que o Brasil viveu, lembramos que as mulheres passaram por um extenso caminho, repleto de obstáculos e preconceitos. A luta pela educação, a presença nos comitês femininos do partido Pró-Aliança Liberal ocorre agora. Como vão também, aos poucos, ganhando espaço nos meios de comunicação, escrevendo textos para jornais e revistas, conquistando admiração e apoio de diversos intelectuais da época, como: Carlos Dias Fernandes e José Américo de Almeida. Com a chegada da modernidade, os espaços vão se abrindo para as mulheres, conseqüentemente, e isso vem provocando assim várias manifestações, pelo Brasil afora, em todas as questões políticas, sociais, econômicas e culturais.

No terceiro capítulo, fizemos uma análise da bibliografia e da produção discursiva das práticas feministas de Eudésia Vieira, em relação às conquistas de igualdade e dos direitos das mulheres perante a sociedade paraibana. Nesse capítulo, apontamos essa autora como sendo uma das poucas mulheres paraibanas que se entregou ao cultivo das letras e da publicidade, escrevendo vários livros de crônicas, de versos, de história de caráter didático e artigos publicados em jornais e revistas.

O quarto e último capítulo, reservamos para sintetizar a bibliografia de Anayde da Costa Beiriz, professora e poetisa, que escreveu para jornais e revistas, deixando sua participação na mudança do comportamento das mulheres paraibanas da década de 1930, por meio do seu estilo moderno. Ela horrorizou a elite retrógrada paraibana da época, com uma atitude vanguardista. Arremessou-se na vida social e intelectual de forma bem participativa, de maneira tal que seu nome foi incluído na tragédia que contribuiu para a Revolução de 1930, conforme já apontamos.

Além do mais, Anayde foi uma mulher de mente brilhante. Questionava a sujeição em que a mulher se encontrava e todas as formas de opressão e preconceitos. Uma moça livre, que só queria o direito de amar e poder expressar esse amor, Anayde Beiriz recebeu o símbolo de “Peregrina da Liberdade”. A sua luta pela emancipação serviu de inspiração para alguns autores, por meio de livros, em produções artísticas, no cinema, peça de teatro, e na literatura paraibana. Na cidade de João Pessoa, onde nasceu, algumas homenagens foram oferecidas à memória de Anayde Beiriz: como o nome de uma rua, imagem de caricatura na calçada, conjunto habitacional, uma escola municipal, praça, troféus, prêmio, como já vincamos anteriormente.

Concluimos que as histórias dessas mulheres paraibanas, e de tantas outras pelo país, são extraordinárias para o registro da narrativa brasileira. Entendemos o papel significativo da influência da mulher como ser social articulado com o fato social. As transformações e as dificuldades que vieram dessa época podem ser constatadas em todas as esferas da sociedade, nas questões de um indivíduo, homem ou mulher. Entendemos melhor assim o significado da palavra “emancipar”, que é sinônimo de empenho pela justiça, igualdade e independência dos indivíduos. A liberdade que a mulher tanto lutou se encontra na alforria de ir além, ressaltar as condições de desigualdade nas afinidades de gênero, para que a mulher, enfim, possa ser vista como uma pessoa livre, capaz e independente.

Compreendemos que as duas personagens escolhidas nesta dissertação, Eudésia Vieira e Anayde Beiriz revolucionaram, de forma evolutiva, a arte de ensinar e de escrever a história das mulheres paraibanas que reflete, de maneira bastante significativa, na história das mulheres em todo o território nacional.

# CAPÍTULO I - UMA TENTATIVA DE SE COMPREENDER A INFLUÊNCIA DA MULHER NA SOCIEDADE PARAIBANA NO COMEÇO DO SÉCULO XX

## 1.1 A PARAÍBA EM DESTAQUE NACIONAL

Para aprimoramos o tema proposto, é necessário buscar compreender a situação do Estado da Paraíba, entre 1905 a 1930, do começo do século XX, no qual as professoras Eudesia Vieira e Anayde Beiriz estavam inseridas, desenvolvendo atividades tanto nos aspectos educacionais, familiares, como também nas questões emancipatórias das mulheres paraibanas. Para isso, contextualizamos os fatos históricos e destacamos a tragédia que colocou o nome da Paraíba em destaque nacional: O assassinato do presidente do Estado da Paraíba – João Pessoa – em 1930, pelo advogado e jornalista João Duarte Dantas, que mantinha um relacionamento amoroso com a professora aqui pesquisada – Anayde Beiriz.

João Pessoa era candidato, junto com Getúlio Vargas, para o governo federal, como vice-presidente, mas perdeu a campanha eleitoral para Júlio Prestes. A morte de João Pessoa, segundo a análise de importantes historiadores, foi pertinente para a Revolução de 1930, que depôs o presidente federal Washington Luís e encaminhou Getúlio Vargas à posse da presidência. Conforme Aguiar, o assassinato do presidente paraibano também foi usado pelo partido Liberal para arruinar o presidente Federal Washington Luís, que elegia o seu sucessor, Júlio Prestes.

O partido Aliança Liberal<sup>2</sup> rejeitou o efeito das eleições, recusando-se a aceitar a vitória do candidato Júlio Prestes à presidência Federal da República. Diante da derrota, os líderes dessa Aliança fizeram denúncias de fraudes nas eleições e, inconformados, começaram um agitação revolucionária contra a eleição, criando a

---

<sup>2</sup>A Aliança Liberal foi criada em agosto de 1929 para fazer oposição à candidatura de Júlio Prestes à presidência da República. Formava a Aliança Liberal: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba e alguns partidos políticos de oposição de diversos Estados, inclusive do Partido Democrático (1930) de São Paulo. A formalização da Aliança Liberal foi feita em 20 de setembro de 1929, em uma convenção dos Estados e partidos opositores, no Rio de Janeiro, presidida por Antônio Carlos de Andrada, lançando os candidatos da Aliança Liberal às eleições presidenciais: Getúlio Dorneles Vargas para presidente da República e João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, presidente da Paraíba, para a vice-presidência da República.

possibilidade de tomada do poder mediante a Revolução, posteriormente ao assassinato do estadista. Boris Fausto (1997) ressalta que “A adesão do Exército foi quase imediata no Sul, igualmente se solidificando em Minas e no Nordeste, apesar de quaisquer obstinações nessas áreas. Apenas em São Paulo delineou-se um choque decisivo de maiores proporções”, deflagrando, assim, a Revolução.

Nessa época, iniciavam-se as lutas, em todo Brasil e na Paraíba, por mudanças comportamentais e a adoção de novos hábitos na sociedade. Em relação à revolução de 30, Boris Fausto destaca:

A Revolução de 1930 não foi feita por representantes de uma suposta classe social: a classe média ou a burguesia industrial. A classe média deu lastro á Aliança Liberal, mas por demais heterogênea e dependente das forças agrárias para que, no plano político, se formulasse um programa em seu nome. (FAUSTO, 1997, p.325).

Na Paraíba, houve uma guerra política partidária que ficou marcada como “a guerra de Princesa e o assassinato de João Pessoa” (1928 a 1930) que ocorreu não só pelos problemas da governabilidade do Estado, ligada às questões políticas. Para o autor Boris Fausto, “o crime combinava razões privadas e públicas, mas na época, só se deu destaque às últimas, pois as primeiras arranhariam a figura de João Pessoa como mártir da revolução” (FAUSTO, 1997, p. 323).

Entre os historiadores que pesquisamos sobre esse tema – o “assassinato de João Pessoa” – existe uma postura controversa em relação aos motivos que causaram tal homicídio. Para José Octavio de Mello (1997), o Estado paraibano agitava-se com a disputa política entre os partidos e os coronéis,<sup>3</sup> que seguravam o domínio econômico e político, e os liberais que o ambicionavam e que tinham como seu maior símbolo o presidente João Pessoa, sobrinho de Epitácio Pessoa e representante da ascensão de uma nova classe. No decorrer da rixa política da época, sucede o assassinato do estadista paraibano João Pessoa. Segundo esse autor, a motivação que levou “João Dantas a assassinar João Pessoa, foi o poder político que estava concentrado numa pequena aliança pertencente a uma mesma família, um mesmo partido político e econômico daquele Estado”. (1997, p.180)

---

<sup>3</sup> Para o historiador José Octávio de Arruda Mello, o coronel simbolizava o predomínio de determinadas famílias na política nordestina, marca que ainda está bem viva na região. O coronel tradicional tinha cartucheira atravessada no peito.

Para Mello, o que mais contribuiu foi à invasão do escritório do advogado pelas forças do governo sem uma ordem judiciária, uma vez que este era conhecedor das leis vigentes. Além do ódio de João Dantas, que já vinha sendo alimentado pelo presidente, pelas questões partidárias em que os dois eram inimigos políticos, havia também a questão do então presidente, João Pessoa que, segundo o autor, usava da autoridade que exercia para desrespeitar as leis. Junto a esses fatos, surge João Dantas que, sentindo-se humilhado, resolveu “lavar a honra” com sangue.

Para Boris Fausto (1997) o acontecimento não teve motivação política, mas sim questões pessoais:

Em meio à violência recíproca a polícia invadiu o escritório de advocacia João Dantas na capital Estado e retirou de um cofre alguns papéis. Entre eles existiam carta de amor trocado entre Dantas e uma jovem professora primária Anayde Beiriz, ambos eram solteiros. O jornal governista *A União* completou a obra, atribuído a Dantas atos amorais, em documento que a decência impedia de publicar, mas que se encontrava na polícia para quem quisessem lê-lo. Anayde caiu em desgraça e, abandonada pela família, fugiu para o Recife “lavou a honra” assassinando João Pessoa. O casal se suicidou meses depois, após a vitória da Revolução de 1930. (FAUSTO, 1997, p. 324).

Segundo registros, Anayde mantinha um romance com o advogado João Dantas que fazia violenta oposição política ao presidente João Pessoa. Eclodindo o caso, a sociedade nordestina assiste escandalizada à publicação de poemas e de discursos feitos por ela e o amante, João Dantas. A repercussão desse fato levou os namorados também à morte. Embora motivado por questões pessoais, o crime cometido por João Dantas, diante do clima de tensão que o país vivia, acabou excitando os impulsos políticos e adicionando novos elementos ao caldeirão da Revolução de 30.

Para Wellington Aguiar “João Dantas matou João Pessoa não foi por conta de mulher, mas pelas sucessivas decisões de João Pessoa que afetavam os rumos comerciais da família de Dantas”. Segundo esse autor, as questões políticas e familiares entre o assassino e o presidente morto já haviam gerado brigas acirradas entre eles. “Antes do crime, ocorrido na Confeitaria Glória, na capital pernambucana Recife, houve muitas trocas de farpas entre os dois, por meio de jornais da Paraíba e de Pernambuco”. (1985, p.120).

Joaquim Moreira Caldas afirma que a motivação maior de João Dantas ter disparados os três tiros em João Pessoa foi pelas publicações no jornal *A União*:

Não sabe medir e extensão da indignação que o assoberbou desde que viu publicadas na mesma folha (*A União*) e de ordem do governo, cartas íntimas de seu velho pai, de 70 anos de idade, para e declarante, publicação de que ressaltava a manifesto intuito de ofensa e ridículo. Que o declarante sentido desde dias a necessidade de um desagravo contra a ofensa que se lhe vinha fazendo com inversão de todas as normas de bom senso até das responsabilidades do cargo que exerce o Sr. João Pessoa, naquele Estado, leve desta vez a intuição de que o destorço. (CALDAS, 1932, p.69).

Fernando Melo (2002), por sua vez, relata que João Dantas confessou o crime a sua noiva Anayde Beiriz em carta, dizendo: “Eu agi porque me afrontaram ao extremo e fiz sem ouvir a ninguém, por minha responsabilidade exclusiva e assumi-la-ei com toda a minha coragem de aceitar as consequências dos meus atos” (p.218).Essa época ficou marcada por acontecimentos chocantes, por lutas políticas oligárquicas e por mudanças de poder.

Continuando, o mesmo autor Mello acima citado afirma que a imagem de João Pessoa passou a ser um mito na história da Paraíba. Após sua morte, as homenagens foram incalculáveis. Leis e decretos foram batizando com seu nome a capital, a bandeira, hino, avenidas e ruas que também levam o nome do estadista. Além disso, bustos e monumentos foram erguidos; praças, altares e feriados foram criados.

Assim, compreendemos que a imprensa paraibana, como os órgãos oficiais, os políticos, obras literárias e os familiares de João Pessoa, consagraram numa cultura histórica o que almejavam atribuir a ele: uma suposta imortalidade e heroísmo. Foram setenta dias de grande comoção e revolta em todo o Estado da Paraíba, até eclodir a Revolução de 1930, tornando-se um dos períodos mais dramáticos da História da Paraíba.

Segundo Wellington Aguiar, (2005) para apresentar a historiografia da cidade de João Pessoa, é necessário ilustrar alguns fatos importantes, que fizeram com que este lugar já nascesse cidade e as mudanças de nomes. Primeiro, temos a paz efetuada entre portugueses e indígenas, em 1585. Nesse período, o nome da cidade era “Filipéia de

Nossa Senhora das Neves”, em alusão ao Rei Felipe II de Espanha e também Felipe I de Portugal.

O segundo momento, a ocupação holandesa, deu-se em 1635 e as guerras entre os portugueses, sendo o nome alterado para o de “Friederickstadt” (Cidade de Frederico) ou “Frederica” (uma homenagem feita ao príncipe de Orange, Frederico Henrique de Nassau), “sendo que esse nome permaneceu por 20 anos”. (p.20) Já em 1654, os holandeses foram banidos do nordeste brasileiro, possibilitando o retorno dos portugueses ao controle político-administrativo, econômico e militar. Com isso, a capital recebeu o nome de “Cidade da Parahyba” e permaneceu com esse nome até 4 de Setembro de 1930, quando ocorreu, aprovada na Assembleia Legislativa do Estado, a mudança do nome de cidade de Parahyba para João Pessoa, em homenagem ao político assassinado em 26 de julho de 1930, em pleno exercício do cargo de presidente, conforme já pontuamos.

Esse período de 1930 é particularmente caracterizado pela retomada de ideais nacionalistas, consolidação de novos espaços públicos que, configurados nesse período, eram sinônimo não só da expansão urbana, como também de grande avanço da emancipação da mulher, que percorria, em meio ao espaço doméstico e privado, o espaço público das ruas e dos passeios. A mulher sinalizava processos de independência perante a atualização da sociedade e dos costumes.

## 1.2 A cooperação feminina no Estado da Paraíba

O início do século XX materializa, de maneira mais intensa, as modificações comportamentais e de adesão a novos hábitos, ou seja, as mudanças iniciadas no novo regime da República do Brasil.<sup>4</sup> Concretiza-se a necessidade imediata de novos espaços públicos, facilitando a expansão urbana como também a emergência da presença feminina, transitando entre o espaço que até então era proibido, o espaço público das

---

<sup>4</sup> Segundo Boris Fausto, No dia 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca, com o apoio dos republicanos, demitiu o Conselho de Ministros e seu presidente. Na noite desse mesmo dia, o marechal assinou o manifesto proclamando a República no Brasil e instalando um governo provisório.

ruas. Essas novidades, no entanto, traziam – junto à abertura para os processos de modernização e urbanização das cidades brasileiras – uma intensificação considerável dos valores sociais, da importância da família e do casamento, bem como o papel das mulheres nessas instituições.

Essas mulheres eram vistas até então como principiantes “capazes de operar uma gestão estatal dos nascimentos, disciplinar e controlar os indivíduos” (BESSE, 1999, p.7) e a grande preocupação de assegurar a permanente sujeição das mulheres aos homens e de controlar sua autonomia e independência financeira e política. (MAIA, 2011).

Ao aprofundarmos nosso estudo sobre a carreira das letras, seguidas pelas mulheres paraibanas, descobrimos que muitas delas fizeram uso da escrita para exporem suas opiniões, entre elas, Eudesia Vieira e Anayde Beiriz. Ambas destacam-se como duas figuras importantes para a história da Paraíba. Mesmo de maneira diferente, ambas assumiram, nesse Estado, a luta contra a submissão das mulheres, contra os preconceitos, contra a discriminação, fugindo ou enfrentando, solitariamente, por meio dos seus escritos deixados nos livros, jornais e nas revistas, as mazelas do mundo machista.

Portanto, os registros deixados pelas autoras do passado contribuíram – e ainda contribuem – para a transformação das relações entre o sexo feminino e masculino, por diversos momentos e vários fatos históricos marcantes. Desse modo, consideramos importante apresentar as articulações das ações femininas na sociedade paraibana.

De acordo com Nunes, (2007), a partir de 1920, as mulheres paraibanas começaram a expressar questionamentos acerca das relações homem-mulher, na disparidade social e no setor de trabalho, desafiando e resistindo ao sistema masculino. Exigiam a oportunidade de compartilhar com o projeto de modernização política do país que se apresentava como palco de mobilizações de vários grupos urbanos. Nesse ponto de vista, é relevante observar que as educadoras paraibanas, de forma discreta, já participavam da conjuntura sociopolítica e econômica da Paraíba, por meio dos discursos, textos literários, poemas e artigos publicados na imprensa local.

As paraibanas Eudesia Vieira e Anayde Beiriz, que procuraram se fazer ouvir, buscaram meios para comunicar suas ideias, angústias, sonhos e realizações, não

concordaram em viver à sombra de outros, considerando que tinham o que dizer e fazer, merecem, então, serem perscrutadas, e suas lutas conhecidas e reconhecidas, tanto nesta como em outras pesquisas e meios. Por isso, nesta investigação, buscamos conhecer e apresentar as marcas deixadas por elas, por meio dos seus escritos, bem como todas as contribuições de ambas, no que se refere à luta das mulheres.

Compreendendo a cooperação feminina na imprensa paraibana como espaço social e histórico, apontamos Eudesia Vieira e Anayde Beiriz como importantes escritoras – embora escrevessem de maneira simples – nos jornais *A União e O Norte* e nas revistas *Era Nova* e *Cidade*. Ambas se destacaram escrevendo e tecendo tramas discursivas, numa época em que, essencialmente, só os homens gozavam do prazer de emitir, publicamente, suas opiniões.

Essas duas escritoras contribuíram, de formas distintas, para uma mesma revista. Eudesia Vieira publicava artigos sobre a mulher e a família, enquanto que Anayde Beiriz sinalizava liberdade para a mulher, ao publicar artigos, crônicas e poemas, como também quando estava ensinando em prol do direito da mulher ao trabalho. Anayde foi capa da revista *Era Nova* e escreveu vários poemas que eram publicadas nas duas revistas citadas. A forma como ela escrevia chocava a sociedade retrógrada da época, como esse poema demonstra:

Eu escrevo para criar um mundo em que possa viver. Procuo criar um mundo como se cria um determinado clima, uma atmosfera onde eu pudesse respirar. Devemos conquistar nossa força e edificar nossos valores com base no nosso desenvolvimento pessoal e na descoberta de nós mesmos. Contra desigualdades sociais, as injustiças. Se você não respira quando escreve, não grita, não canta então sua literatura será limitada. Quando não escrevo, meu universo se reduz, sinto-me numa prisão. Perco minha chama, minhas cores. Escrever para mim é uma necessidade. (Revista da *Cidade*, 07 /03/1926).

Destarte, com um texto intimista, centrado na 1ª pessoa, ora do singular, ora do plural, com um recurso metalinguístico, a autora traz uma justificativa acerca do seu ofício de escrever. E, no cerne desse ofício, ela evidencia a luta, impregnada em palavras como “nossos valores”; “nossa força”; “desigualdades sociais”. A partir da linguagem figurada que o universo literário lhe permite, ela solta um “grito” que se multiplica e que, aos poucos, vai se juntando a outras vozes femininas, tecendo um

discurso diferenciado, remetendo-nos à ideia de tessitura que há no poema *Tecendo a Manhã*, de João Cabral de Melo Neto (2008):

Um galo sozinho não tece uma manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro; de um outro galo  
que apanhe o grito de um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzem  
os fios de sol de seus gritos de galo,  
para que a manhã, desde uma teia tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos. (MELO NETO, 2008, p. 34)

Para Anayde, a escrita lhe servia como veículo para lançar seu grito e ir tecendo, fio a fio, a luta em prol das mulheres, não só da Paraíba, mas do Brasil e do mundo. E, junto a esse grito lançado, outras mulheres foram tomando coragem e se juntando numa luta que, aos poucos, tomava corpo. E esse tecido discursivo materializa-se por meio da sua “necessidade” de escrever.

Eudesia Vieira e Anayde Beiriz ousavam nos seus discursos apresentados em crônicas, artigos e poemas. Articulavam e verbalizavam ideias que incitavam reflexões. Passaram a defender publicamente a emancipação feminina, através das suas publicações, mesmo correndo o risco de romper com a ordem do modelo social vigente.

Entre os anos 1921 e 1926, a sociedade paraibana contava com uma grande parceira, a Revista Era Nova, que tinha a função de reproduzir a presença e participação da mulher como sujeito histórico no cenário social da Paraíba no início do século XX. Essa revista pode ser considerada o fruto de um sonho que tinha a finalidade de transportar informação, novidades e entretenimento para as mulheres da sociedade paraibana que ansiavam a modernidade.

É importante frisar que a revista Era Nova nasceu para fins didáticos, assim, mantinha um caráter educativo, com artigos de história e literatura, alguns temas como moda, amor, cuidados com a casa, como ser uma boa esposa e outros. Possuía um público específico – a classe média paraibana que tinha acesso à revista. Durante seis anos de publicação, sendo 17 exemplares por ano, foi publicado um total de 100 números.

Nessa revista, escreveram-se as transformações urbanas, mudanças de comportamento e novos discursos do feminino, sendo um de seus objetivos propagar o procedimento de atualização, tanto da moda feminina como o comparecimento das mulheres na batalha pelos seus direitos. Por outro lado, ela – a revista – também se proclamava como órgão literário e noticioso, dando espaço à ousada inserção de mulheres em sua confecção. Nesse sentido, servia como um espelho, refletindo as figuras no vestir, que era a moda copiada da Europa. As mulheres respeitavam e aproveitavam o espaço para escrever e inscrever novos discursos de um feminino menos frágil do que a imagem conhecida até então.

Por meio de artigos, crônicas, poemas, havia também abertura de publicação de retratos femininos, relacionadas à sensualidade, ao desejo feminino, como também do corpo e da higiene feminina. A época tinha a urgência de agrupar todo um conjunto de ideais e de prosperidade que se assolava pelo Brasil e pelo mundo. A Paraíba, por sua vez, sentia-se atrasada em relação à modernidade como um todo.

Um dos tipos de artigos publicados na revista, que mexia com a sociedade e causava certo ar assustador, era a moda. Esses artigos mudavam os costumes locais, uma vez que os modelos apresentados eram originários da Europa, induzindo as paraibanas a se vestirem com decotes sedutores, modelando mais o seu corpo, criando imagens de sedução, permitindo à mulher a ideia de poder, mostrando o corpo e as novas formas de olhar, cultivando estratégias de “captura” desses olhares, uma provocação do masculino em cenário público, até então proibidos. Conforme afirma José Joffily, até mesmo a moda era motivo de discussão entre os jornalistas, como se vê neste trecho do jornal *A Imprensa*, órgão de Diocese, na Paraíba:

Entre nós o decote é exibido pelas mulheres com uma sem-cerimônia pasmosa. As campanhas moralizadoras das toaletes não encontram a repercussão desejada nos círculos femininos da família. Consente-se que senhoras e senhoritas, até mesmo entre as que se dizem católicas, usem vestidos decotados com uma imoderação lamentável. (JOFFILY, 1980, p. 36).

A moda feminina vinha dando sinais de modernidade, de novo tempo. E, embora essa moda, no universo social da época, ganhasse já algumas críticas e era classificada como passageira, superficial, mero adereço, etc., o “uso” e “abuso” dela abriram caminhos para os debates das questões femininas. Com isso, muitos escritores e

escritoras começaram a escrever e se posicionar em relação a essa modernidade que, na visão dos conservadores, vinha ameaçar a moral da mulher.

Eudésia Vieira, entre outras que contribuíram para a historiografia literária paraibana, fazia parte do quadro das colaboradoras da revista, que alcançou uma marcante presença feminina na imprensa e sociedade paraibana do início do século XX. Em um dos seus artigos da revista escreve assim:

[mulher adorável] é a mulher que encontramos nos labores domésticos, alimentando o filho com seu próprio sangue recebendo-lhe como extremo affectuoso e primeiro sorriso [...] é a mulher voltada ao sacrifício, que não se importa que não se importa em morre a cada dia para ressuscitar glorioso na pessoa dos filhos que serão a coroa mortal da perpetuidade da espécie e dos costumes. (Eudesia Vieira). *A mulher. Era Nova*. (Parayba, 15 de abril de 1922, Nº 24. Nesta citação, mantém-se a grafia da época.).

Segundo a autora, em nome do amor e da família, algumas séries de deveres são impostas à mulher, incumbindo a ela cumprir o papel que a sociedade do início do século XX tinha para lhe oferecer: a total renúncia de si para viver em completa submissão. Sendo assim, é fundamental lembrarmos o modelo de mulher-mãe, projetado para as mulheres da época, que era defendido pelas classes mais altas da sociedade e, com maior influência, pelo Estado, pelos médicos, igreja, por políticos e por muitos intelectuais que eram contra a emancipação feminina. Em outro artigo, Eudésia Vieira, na mesma revista, escreveu dizendo que:

O modo de vestir sedutor punha a moral da mulher em risco. A autora expressa que seu receio assume a forma de crítica a alguns comportamentos, especialmente à classe da mulher coquete, que está para a escritora representada pelas “melindrosas” de seu tempo. Descritas como escravas da moda e do luxo, semelhantes às bonecas que “servem para distrair crianças” (*Revista Era Nova*, Parayba, 27 de março de 1921).

Eudesia Vieira explica que a mulher, para lutar pelos seus direitos, não precisa mergulhar nessa modernidade que vem exhibir seu corpo em público. Continua a autora escrevendo que a luta entre masculinos e femininos tem que ser por igualdade. Em relação às melindrosas, que Eudésia se refere, são as mulheres que se vestem com tecidos finos, diáfanos, que deixam à exibição partes do seu corpo, como que definindo seu lugar e sua sensualidade e, na maior parte das vezes, o modo de vestir dessa época já apontava para as descrições que fazem do corpo feminino, visto como objeto de

desejo e, num certo sentido, pressupunha ser um corpo fácil de sujeitar à dominação masculina. Em uma época que a mulher estava lutando contra a dominação masculina, não se podia permitir que a sensualidade enfraquecesse a busca de nova habilidade para as mulheres.

Destarte, convém destacar que, se por um lado, Eudésia Vieira possuía uma postura conservadora, diante da ousadia no vestir, por outro, é possível notar que suas preocupações centravam-se na luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e, por isso mesmo, colocava-se com receio diante da banalização do corpo feminino.

Na luta por espaços para expressar a situação em que as mulheres viviam, as escritoras paraibanas usavam a imprensa para dar informações e discutir as diferenças entre os sexos. Além da revista *Era Nova*, nesse mesmo período, havia outra, em Cajazeiras, sertão do Estado da Paraíba, composta só por mulheres – a *Flor Liz*. Essa prática de escrever foi abrindo espaço para que as mulheres pudessem manifestar e expressar publicamente suas opiniões sobre as questões sociais, pelos direitos à educação, cultura e pela emancipação política. Aos poucos, veem-se os “gritos”, até então silenciados pela sociedade patriarcal, ecoando por todo o país.

As escritoras por nós pesquisadas perceberam a importância da imprensa e viram que o espaço das letras seria um lugar de exercício da liberdade, em que podiam expressar as suas ansiedades e despertar nas leitoras o direito de sair do universo privado para o público. Assim, ao se colocarem como escritoras, elas traziam à tona a questão de que as mulheres são capazes de conquistar a própria autonomia no mundo literário e cultural, na sociedade paraibana.

Verificamos, no contexto das organizações, inúmeras manifestações de diferentes grupos políticos e entre seus partidários. A coligação do Partido Conservador da Paraíba contava com participação feminina e era composta pelas educadoras, escritoras e pelas moças estudantes da Escola Normal. Elas também integravam os comitês femininos Pró-Aliança Liberal e tinham como objetivo principal a elaboração de atividades simultâneas ao calendário eleitoral do partido. A capa de destaque do jornal *A União*, na primeira página do dia 25 de janeiro de 1930, teve como manchete “A brilhante cooperação feminina em prol da Aliança Liberal”. Conforme elucidada Aguiar:

Elas estavam na maioria das vezes à frente das passeatas e *meetings*, como se dizia na época. Fardadas de azul e branco entre seus 14 e 20 anos, as normalistas bem simbolizavam o total apoio do povo à reforma e renovação empreendidas no Governo pelo estadista conterrâneo. (AGUIAR 2005, p.19).

Desse modo, ainda que tenham sido mínimos os comitês femininos, as mulheres educadoras aproveitavam esses espaços para abertura dos novos meios de tratar a presença da mulher paraibana na sociedade da época. Às mulheres, dentro dos comitês, eram dadas atribuições de caráter partidário e eleitoral. Assim, as paraibanas aproveitavam para usar esse espaço como palco de mobilizações de vários grupos urbanos nos discursos e nas práticas das educadoras paraibanas, garantindo, de modo pleno, a participação na conjuntura sócio-política e econômica da história da Paraíba.

Nesse quadro, em apoio ao presidente do Estado, João Pessoa, em 1930, segundo Mello, uniram-se vários grupos urbanos, com destaque aos das mulheres que integravam os comitês femininos pró Aliança Liberal, compostos pela Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF)<sup>5</sup>, em João Pessoa. Mostravam que acreditavam no discurso carismático e “inovador” do atual presidente.

É possível observar também, conforme afirma o jornal, que as estudantes saíram às ruas em passeata e contribuíram na luta contra o cangaço.<sup>6</sup> “A Expressiva homenagem das alumnas da Escola Normal ao presidente João Pessoa. Uma revoada de moças ofereceu ao chefe do governo 300 cartuchos para combater o cangaceirismo.” (sic) (*A União*, 15 de janeiro de 1930).

---

<sup>5</sup> Conforme autores, (MACHADO, NUNES, 2007), a APPF foi criada em 11 de março e instalada em 11 de abril de 1933 em João Pessoa, capital paraibana, seguindo a orientação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF-1922), cujo objetivo maior era a luta pelos direitos da mulher brasileira, especificamente no que diz respeito ao direito de votar, estabelecendo como condição precípua para a emancipação feminina o acesso da mulher à educação.

<sup>6</sup> José Américo de Almeida em seu livro *A Bagaceira* escreve que cangaço foi um fenômeno nordestino integrado por nômades que usavam violência para cometer crimes na região. O termo Cangaço é proveniente de canga, uma peça de madeira utilizada em pescoços de boi para transporte. Como os chamados cangaceiros tinham que carregar todos seus pertences junto ao corpo, deu-se o nome a partir da associação. O movimento só ganhou corpo mesmo no final do século XIX. Nessa época, o nordeste passava por momentos difíceis e homens criminosos espalhavam o terror com suas vidas nômades.

Segundo Wellington Aguiar (1985), a Paraíba vivia uma guerra política interna, levando a população paraibana à bravura cívica influenciada pelo partido liberal. Esse partido político induzia o povo ao delírio coletivo, em que mulheres e crianças são convocadas a participar, corajosamente, da campanha cívica e, cada vez mais, ganhava a adesão de vários segmentos urbanos da sociedade em prol do presidente do Estado, João Pessoa.

Conforme o mesmo autor, as moças da escola normal eram convocadas a sair às ruas com lenço vermelho, símbolo da aliança liberal, enfrentando os soldados, ao buscar e convocar mais gente para a causa. O autor relata a coragem da mulher nordestina, na busca pela causa de sua terra e do seu presidente:

A bravura da mulher paraibana na defesa de sua terra e do seu presidente criou lenda. Por toda parte era exaltada e sua coragem e o seu destemor, O jornalista Fraga Cruz, comparando-a Joana Angélica e Maria Quitéria, observou: “Jamais poderia supor que no Brasil, onde a defecção de caracteres é um fato, viesse defrontar o espetáculo formidável de patriotismo que elas nos oferecem, patriotismo legítimo e enternecedor. Nos momentos angustiosos que a nação atravessa, conforta e registra atitude tão significativa”. E foi esse espírito de resistência, de bravura cívica, que comoveu a nação na consolidação das ideias da revolução. O povo brasileiro não podia ficar indiferente à sorte da Paraíba, ofendida e ultrajada pelo poderio do governo federal e nesse quadro pré-revolucionário ressaltava aos olhos de toda a bravura da mulher paraibana, exaltada em prosa e em verso, como nos dá ideia essa quadra apanhada em Sergipe pelo consagrado folclorista Guimarães Barreto. (AGUIAR, 1985, p. 144 e 145).

Logo depois veio o assassinato do então presidente João Pessoa, que levou a população à exaltação e comoção nunca assistida em toda história da Paraíba, o que fez com que o povo paraibano ficasse alinhado ao clima de revolução. De acordo com Aguiar, o líder passa a ser transformado em mártir e cultuado pelos paraibanos que procuravam immortalizar o seu nome e consagrá-lo perante a história. Daí surge a ideia do poeta Américo Falcão de homenagear o presidente morto, colocando o nome dele na capital do Estado.

José Octávio (2002) aponta que, no momento de grande comoção da população paraibana para homenagem ao político João Pessoa de Albuquerque, as mulheres marcaram presença de forma acentuada na capital paraibana. Segundo ele, grupo de

moças estudantes e de senhoras da elite paraibana saíram às ruas, convocando toda a população para uma demonstração pública, para que fosse votada a mudança do nome da capital.

Elas se empenharam em favor da alteração da designação da cidade, formavam grupos de senhoras e senhoritas da classe alta e principalmente as educadoras e alunas da escola Normal. A manchete do jornal oficial do Estado *A União* chama a atenção para esse posicionamento dessas mulheres que persistiam, saindo às ruas, formando passeatas, participando de solenidades, agora não apenas de caráter liberalista, mas também em homenagem ao político morto, que passa a ser reverenciado como “mártir e herói” – conforme a manchete estampada no jornal acima citado. Para ilustrar melhor esse acontecimento, trazemos um recorte da matéria publicada nesse jornal:

Mais uma homenagem da mulher parahybana a João Pessoa. Em toda a campanha política que vimos de vencer a mulher parahybana teve papel saliente. Vivo João Pessoa, o grande martyr na nova república, não lhe faltou um só instante a solidariedade dos mais destacados elementos femininos de nossa terra. Trucidado miseravelmente, na suposição de que, com sua morte, ficariam vencidos todos os óbices e entrega da Parahyba ao Perrepismo criminoso, estamos vendo que as reservas de affecto, de admiração, de dedicação das bravas, determinadas pessoenses são inexgotáveis. A todas as homenagens prestadas a memória do inolvidável brasileiro, mesmo as que significavam gestos de vindicta contra os seus ferrenhos adversários, associou-se veemente efficientemente a mulher parahybana. Bastemos relembrar aqui a ação das nossas normalistas, que se entregaram dias a fio a manifestações de desaggravo ao morto inmortal, com risco até da própria vida. [...] Uma comissão de inteligentes e graciosas alumnas da Escola Normal tomou a si o encargo de offereceraexc.viúva Maria Luiza Pessoa o grande retrato a óleo, corpo inteiro que acaba de executar o ilustre Frederico Falcão e que esteve até pouco tempo em exposição na Escola Normal. (sic) (*A União*, 1930, p.1).

Sendo assim, em 1º de setembro de 1930, foi aprovada uma Sessão na Assembleia Legislativa para a mudança de nome da capital, de designação Parahyba passava a ser João Pessoa. De acordo com mais esse trecho do jornal *A União*:

A caravana composta pelas mulheres educadoras da capital da Paraíba, o comitê feminino pró-Aliança Liberal, foram os que manifestaram seu suporte às propostas liberalistas. A presença das mulheres paraibanas nos comitês femininos, enquanto espaços políticos converteram-se em episódio de visibilidade política da mulher paraibana. (*A União*, 1930, p. 1).

Apesar desse contexto amargo, mulheres como as tratadas aqui, conseguiram evoluir, aos pouco, no início do século XX, emancipando-se lentamente, penetrando no mundo masculino, sejam como escritoras, tecelãs ou professoras. Bordando no tecido social e cultural, mesmo que discretamente, a mulher foi, e ainda está penetrando no espaço que até então era apenas dos homens.

Algumas escritoras tiveram de usar pseudônimos masculinos para terem seus escritos divulgados e reconhecidos, visto que, na época, a literatura era considerada uma atividade masculina. A sociedade entendia que só o homem era capaz de pensar e de escrever obras literárias significativas. As mulheres paraibanas tiveram grandes obstáculos a serem vencidos para conquistarem os espaços que eram sobrepujados pelos homens, de forma especial o da literatura e da imprensa. Mas, por tanta persistência, as mulheres da Paraíba – aqui representadas nas figuras de Eudesia Vieira e Anayde Beiriz – no início do século XX, tinham diversos tipos de bordados produzidos, pois além das rendas tradicionais, ao tecerem e bordarem palavras, elas conseguiram deixar suas marcas. A partir delas, atualmente, foram surgindo outras grandes escritoras paraibanas, estimadas e distintas no meio literário brasileiro e mundial, na atualidade.

Diante desses fatos, é possível concluir que a imprensa representou, para a época, a grande alavanca para impulsionar as transformações sociais, políticas e culturais. Mais uma vez evidencia-se o eco do grito lançado por Anayde Beiriz e Eudesia Vieira, em suas publicações nos jornais e revistas da época, possibilitando-as tecer não apenas “manhãs”, mas um novo amanhã.

## **CAPÍTULO II- OS CAMINHOS PERCORRIDOS SOBRE O FEMINISMO NO BRASIL E NA PARAÍBA**

### **2.1 A LUTA PELA CIDADANIA: O EXTENSO CAMINHO DAS MULHERES**

Para reconstituir e compreender a trajetória percorrida pelas mulheres, dentro das lutas feministas no Brasil,<sup>7</sup> é importante compreender que essas lutas pela emancipação política das mulheres brasileiras se prolongam desde o século XIX, ficando mais fortes no início do XX, após uma grande mobilização política nas primeiras décadas. Observa-se um período de grandes transformações vinculadas à ditadura, à busca pelos direitos à educação e pelo direito de votar e ser votada.

Vale ressaltar que houve diversas batalhas sociais que alcançaram algumas conquistas femininas e muitas mulheres ofereceram suas vidas em prol dessas causas. Nenhuma conquista se deu de forma simples ou natural, pois as lutas femininas sempre aconteciam em cenários repletos de obstáculos e preconceitos. Mesmo quando um grupo conquistava determinado direito, as mulheres em geral sentiam-se retraídas ou amedrontadas diante da nova conquista.

Até metade do século XIX, a sociedade, tanto na esfera do público como do político, considerava a mulher um ser inferior e, por isso, esses dois espaços eram considerados de exclusividade masculina. Assim, a mulher via refletir na sociedade, lá fora, toda a submissão do lar, de obediência ao homem – primeiro à figura paterna, depois ao marido e, muitas vezes, até ao filho mais velho. No entanto, essa realidade não impediu que um grupo de mulheres iniciasse uma luta contra essa submissão.

Ao analisar o movimento feminista brasileiro, Celi Pinto (2003, p.10) aponta para a existência de dois momentos importantes dentro desse mesmo movimento: o primeiro inicia-se ao final do século XIX e vai até 1932. Nesse primeiro período,

---

<sup>7</sup>Feminismo é um movimento político, filosófico e social que defende a igualdade de direitos entre mulheres e homens. O "embrião" do movimento feminista surgiu na Europa, em meados do século XIX, como uma consequência dos ideais propostos pela Revolução Francesa, que tinha como lema a "Igualdade, Liberdade e Fraternidade". As mulheres queriam estar inseridas no turbilhão de mudanças sociais que essas revoluções traziam, principalmente para se sentirem mais cidadãs em uma sociedade historicamente regida pelo patriarcalismo. (FERREIRA, 1986).

segundo a autora, a principal bandeira era o sufrágio feminino; o segundo – do feminismo pós 1968 – o valor do movimento está nas múltiplas manifestações e nas pretensões do feminismo do final do século XIX, que se baseava no lema "Em busca da cidadania", lutando pelo movimento sufragista feminino,<sup>8</sup> tendo, no entanto, um caráter conservador, cuja líder era Bertha Lutz.<sup>9</sup>

Moreira Branca Alves e June Hahner, ao fazerem uma avaliação do movimento sufragista, enfatizam algumas disparidades desse movimento. De acordo com Alves (1980), o que foi conquistado pelas mulheres, dentro daquele contexto histórico, não passou de buscas de equilíbrio entre as elites e se restringiu a exigências formais, dentro do liberalismo burguês. Em princípio, segundo esse estudo, o direito ao voto, conquistado pelas mulheres, foi considerando desnecessário à luta feminina, pois só foi concedido depois que se tornou vantajoso para a classe política da época. Todavia, Hahner (1981) prefere levar em conta a contribuição das sufragistas brasileiras, enfatizando as táticas e a obstinação da luta, por representar um avanço importante, que veio a desencadear outras conquistas.

A partir desses apontamentos, é possível afirmar que esse grupo, bem como a luta impetrada por ele, foi considerado como "bem comportado", porque não interpelava a submissão da mulher pela classe patriarcal da época. O movimento almejava a inclusão das mulheres na cidadania, sem alterar as relações de gênero. Almejava-se, basicamente, o direito ao voto feminino, bem como o mesmo direito de ser votada. Ou seja, o que estava em questão eram os direitos políticos, mediante participação eleitoral, "como candidatas e eleitoras" (apud. CELI, 2003, p. 13).

Num primeiro momento, faz-se necessário compreender que o Brasil era colônia de Portugal e a sociedade tinha como pilar principal a estrutura familiar. Assim sendo, torna-se fundamental que busquemos entender esse núcleo familiar, perpassando a questão do casamento e os papéis pré-definidos para o homem e a mulher. Segundo

---

<sup>8</sup> Movimento sufragista é um movimento ligado ao movimento feminista em que as mulheres organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto.

<sup>9</sup> Nascida em São Paulo-SP, em 2 de agosto de 1894, estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o dígito Eleitoral brasileiro. Direito de voto às mulheres. Esse direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. (Revista de *Sociologia e Política* V. 18, Nº 36: 15-23 JUN. 2010 ).

Claudia Maia (2011, p. 85) “[...] o casamento aparece ao olhar da igreja e a sociedade como forma de preservação da honra feminina e, sobretudo, masculina no caso dos parentes com mulheres sob sua dependência ou tutela”. Essa autora explica também que nessas duas instituições – igreja e família – as mulheres eram marcadas como “sujeito passivo”. No tocante ao matrimônio elas eram escolhidas ou negociadas. Maia aponta também o posicionamento do estado, diante da questão do casamento:

A constituição de família legítima por meio do casamento, como a principal estratégia de segurança, controle, aumento da população e, sobretudo, uma maneira de promover o povoamento - ainda durante os séculos XVII e XVIII - pois possibilitava “disciplinar os colonos, torná-los mais assentados, presos aos laços familiares, dificultando sua volta á metrópole”. Nesse sentido, no período colonial português era incentivado o matrimônio por meio de alvarás e carta régia, com intuito de dificultar a fundação de conventos femininos ou a saída de mulheres para serem freiras em Portugal. [...] o casamento apontava, ao olhar da igreja e da sociedade, uma forma de preservação da honra feminina e, sobretudo masculina, no caso dos parentes com mulheres sob sua dependência ou tutela. (MAIA, 2011, pág. 85).

Nesse sentido, a autora supracitada destaca o matrimônio como instituição de domesticação das mentes, dos corpos e da criação do binário naturalizado – “a determinação entre os sexos, a distinção entre o masculino e o feminino, definidos como extremos...” (CARRATO & SANTOS, 2014. p. 21) – que passam a existir como uma construção social e assim “em todas as camadas da sociedade havia o interesse pelo casamento”. ( LEWKOWICZ, 1993, p. 21 citado por Claudia Maia, p 86).

Nessa época, no Brasil, os casamentos seguiam uma prática herdada de Portugal, em que, para formar uma união conjugal, era necessário um ajuste econômico, quando a família da moça atribuía o dote, podendo ser em bens ou dinheiro. Assim, geralmente o pai, prestigioso escravocrata, senhoril de engenho de cana-de-açúcar ou um produtor de café, combina o casamento da filha com o filho de outro senhor igualmente poderoso. Para Muriel Nazzarin:

O dote foi instituição europeia que os portugueses, colonizadores do Brasil no século XVI, trouxeram com eles, juntamente com o cristianismo e outros acessórios europeus. De acordo com a lei e os costumes portugueses, conceder um dote a uma filha constituía dever dos pais, análogo ao dever de alimentar e cuidar dos filhos, e só era limitado pela amplitude dos recursos que cada família podia dispor. Na São Paulo do século XVII, a maior parte dos proprietários dava a suas filhas dotes de tal monta que, para o sustento do novo casal, as esposas contribuíam com a maior parte das terras, do gado, das ferramentas agrícolas e dos escravos necessários. (NAZZARIN, 2001, p. 190).

Essa prática de dote era considerada como sendo um adiantamento da herança de uma filha. Entretanto, nessa época, o casamento era para os que possuíam bens sendo, conseqüentemente, um artifício fundamental na economia da sociedade.

No século XIX, segundo Michelle Perrot, os espaços público e privado eram bem definidos, demonstrando onde era permitido ou não a presença da mulher. Para ela, “o mundo público, sobretudo econômico e político, são destinados aos homens”. E conclui:

A cidade do século XIX é um espaço sexuado. As mulheres inscrevem-se nele como ornamentos, estritamente disciplinada pela moda, que codifica sua aparência, roupas e cuidados, principalmente para as mulheres burguesas cujo lazer atentatório tem como função significar a fortuna e a posição do seu marido. (PERROT, 2005, pág. 34).

Nesse contexto, a mulher passava a ser vista como objeto de troca e, com o casamento, passava a ser não mais propriedade do pai e sim do marido e, somente na falta dele, poderia exercer então o pátrio poder familiar, ainda assim de forma muito restrita.

O Brasil do século XIX conduzia as regras sociais para a mulher por meio da diferenciação dos sexos. Às mulheres, cabia o papel de submissão. A sociedade esperava da mulher um comportamento ideal, com uma educação cuidadosa, além da responsabilidade pela reprodução e pela função de mãe.

Durante esse período, nota-se a sujeição da mulher à religião, à sociedade e aos homens – estes que detinham total poder e controlavam o meio social, já as mulheres se mantinham no espaço doméstico, sempre dependentes dos maridos. A sociedade dessa época, totalmente dominada pelo homem, considerava a mulher um ser insignificante – na perspectiva masculina, não sabia pensar, refletir, nem ter percepção dos direitos e deveres. Para a sociedade, era preciso educá-la para convertê-la em um ser humano, quando muito se tornava prendada para as atividades que se aproximassem mais da feição da mulher e das atribuições tidas como “inerentes”, naturais, como o cuidado das crianças, da casa, do marido e fazer trabalhos manuais.

A historiadora Mary Del Priori (1993) acreditava que, no sistema patriarcal, o papel de total dominação do marido, convergia juntamente com o preceito da igreja católica, no qual o homem é a cabeça da mulher, reforçando os encargos da doutrina

cristã. Para evitar que ela caia em tentações, deve ser obrigada a obedecê-lo por preceito divino. As mulheres deveriam ser fiéis, submissas, recolhidas e, sobretudo, fecundas. O esposo passava a ser o único elo dela com o mundo.

Assim, a doutrina era exercida como uma condição de porta-voz das demandas de adestramento propostas pela Igreja, além de ser pretexto para um agudo processo de culpabilização, pois, em torno do mau uso da obediência, mostrar-se-ia uma estratégia de gratidão escravizante. Os maridos deveriam ser dominadores, voluntariosos, insensíveis e egoístas no exercício da vontade patriarcal. A autora ressalva a dimensão da exclusão, em que as mulheres permaneciam reprimidas, sendo que a sorte estava no casamento, porque a mulher teve a sua atuação limitada à procriação, ao cuidado do cônjuge e da instrução dos filhos. Além de zelar pelo perfeito funcionamento da casa, elas foram eleitas como responsáveis pela interiorização dos valores familiares e os fazeres ligados à religião. Com explica Priori, o casamento é insolúvel para a igreja e garantia de estabilidade conjugal, valorizando a família legítima. Segundo a autora, o papel da mulher é de total subordinação e desvalorização. Mesmo diante da traição, abandono dos homens-maridos-companheiros-pais, as mulheres devem se manter fiéis à fé e ao homem.

## 2.2 A EDUCAÇÃO PARA A MULHER

No final do século XIX, no Brasil e alguns outros países, as mulheres começavam a se organizar em grupos femininos, reivindicando educação para a mulher. Nessa luta, ultrapassaram várias barreiras, enfrentando as discriminações da sociedade da época. Conforme aponta Céli Pinto (2003), uma das maiores batalhadoras pela educação feminina brasileira. Foi Nísia Floresta Brasileira Augusta<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup>Educadora, escritora e poetisa, nascida em 12 de outubro de 1810, em Papari, Rio Grande do Norte, filha do português Dionísio Gonçalves Pinto com uma brasileira, Antônia Clara Freire, foi batizada como Dionísia Gonçalves Pinto, mas ficou conhecida pelo pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta. Nísia é o final de seu nome de batismo. Floresta, o nome do sítio onde nasceu. Brasileira é o símbolo de seu ufanismo, uma necessidade de afirmativa para quem viveu quase três décadas na Europa. Augusta é uma recordação de seu segundo marido, Manuel Augusto de Faria Rocha, com quem se casou em 1828, pai de sua filha Lívia Augusta. Céli Pinto a caracteriza como sendo abolicionista, republicana e feminista, defensora da educação feminina.

Ela é considerada a primeira mulher a atravessar os limites entre os espaços considerados públicos e privados para as mulheres. Em uma época em que a imprensa nacional ainda estava começando, abria-se espaço para artigos direcionados ao universo feminino, como assuntos de moda, beleza, culinária e cuidados domésticos. Essas publicações eram feitas por homens ou por mulheres que usaram de pseudônimo para conseguir espaço na mídia. Uma dessas mulheres, mais uma vez, foi Nízia Floresta, que fez uso de nome falso para escrever no jornal.

Essa escrita, entretanto, fugia àquilo que era determinado, dentro do chamado “universo feminino”. Nízia Floresta aproveitava o espaço do jornal e denunciava a situação de ignorância em que a mulher se encontrava. Para ela, a falta de uma “educação para a mulher era responsável pelas dificuldades que encontrava na vida e que só a educação era capaz de mudar as consciências e a vida material dessas mulheres”.

Segundo Céli Pinto, esse tipo de manifestação das mulheres na mídia aponta para a “existência de um incipiente movimento de construção de espaços públicos na sociedade brasileira e, no caso, por parte de pessoas que estavam completamente excluídas do campo da política e das atividades públicas.” (PINTO, 2003, p. 33).

A partir da virada do século, foram abrindo escolas nas capitais estaduais do Brasil e, com isso, começa a surgir o ensino específico para a mulher, especialmente para as filhas dos grupos sociais protegidos. Vale ressaltar que esse ensino feminino surge sobre a ótica cristã, especificamente católica. O ensino para as moças era diferenciado do ensino dos meninos. A elas, competia ser capaz de ler, de escrever e de deter os conhecimentos principais de matemática, além de aulas de piano e francês, aulas que eram ministradas em suas casas, quando estas eram adequadas para tal ou em instituições religiosas<sup>11</sup>.

Nas aulas, as moças recebiam incentivos para desenvolverem habilidades domésticas, como: domínio com a agulha, culinária, bordados, rendas, comando das criadas, ou seja, o domínio da casa, em geral. Para alguns grupos dessa sociedade, a educação para as mulheres deveria se restringir a essas questões acerca do lar, pois

---

<sup>11</sup>Sobre essa discussão consultamos o site:  
<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30628/pdf>, acesso em 14 de abril de 2016.

consideravam importante garantir que a mulher soubesse assumir adequadamente o lugar que cabia a ela. Assim, não havia necessidade de se preocupar com questões ligadas à intelectualidade, ou seja, a mulher não precisava acumular conhecimentos científicos. Cabia a elas o exercício digno de esposa, mãe – do lar.

Nesse contexto, deparamo-nos, inevitavelmente, com a representação dual da mulher, na sociedade moderna: ora é Maria – pura, casta, digna de ser mãe, sem a mancha do contato carnal; ora é Eva – pecadora, desafiadora, desobediente. Conforme expõe Frade (2008, p. 5), a própria palavra *Eva* ajusta-se a uma leitura muito distinta, quando é lida de trás para frente: *Ave* – o que nos remete à saudação do anjo Gabriel a Maria. Assim sendo, “A mulher é a pecadora (Eva), que leva simultaneamente à magnífica Virgem Mãe Maria (Ave) e à desgraça (Vae). A mulher conduz à vida e à morte”. (FRADE, 2008, p.5).

Chartier (1990) utiliza o julgamento de representação e realidade, como sendo aquilo que é constituído a partir das interpretações que, por sua vez, arquitetam os significados que vão sendo socialmente construídos.

Desta forma, pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse. (CHARTIER, 1990, p. 19).

Entendemos, a partir desses posicionamentos, que as representações são, na verdade, as atitudes e os interesses com os quais se compreende o mundo real, seguindo arquétipos discursivos e determinações intelectivas, feitas por meio de comportamentos sociais alocadas pela esfera do poder.

A sociedade brasileira, por sua vez, procurou instituir e lançar os modelos idealizados de família, numa tentativa de se adequar às diversas transformações advindas do chamado “progresso”. Segundo Claudia Maia, muitos pensadores e políticos brasileiros viam a superioridade moral e, de certa forma, material do Brasil na estabilidade da família brasileira: por isso, em seus discursos ela era apresentada como a *célula mater* da sociedade, responsável pelo desenvolvimento, fortalecimento e progresso do Estado; “é preciso manter o lar para salvaguarda da colectividade”. Sobre a instituição família, Maia cita Arlette Farge e Michel Foucault: “a família é o

lugar privilegiado onde a tranquilidade privada fabrica certa forma de ordem pública.” (Maia, 2011, p. 93).

No entanto, a família brasileira patriarcal mantinha uma forte resistência em relação às novas convicções e padrões, especialmente ao que se referia à emancipação feminina em diferentes ângulos. No início de século XX, conforme já pontuamos, a mulher foi qualificada como mãe devotada, que se dedica por completo à família, sem liberdade para expor o que o que pensa sobre a política, ou sobre quaisquer outros aspectos da vida em sociedade. (RAGO, 1997).

Na sociedade machista e preconceituosa desse período, circulava, no meio social e religioso, a proposição de que o sexo feminino em si não deve ser nada, ou melhor, não deve ter espaços e direitos iguais ao homem na sociedade, limitando o espaço feminino ao âmbito familiar, aceitando o lugar do homem como chefe da família, cabendo à mulher e aos filhos o respeito e a obediência, visto que são desqualificados para tomarem decisões, dentro ou fora do lar.

### 2.3 A MODERNIDADE TROUXE MUITA AGITAÇÃO PARA AS MULHERES

Ao analisar a sociedade do século XX, na qual predominava o machismo, encontramos determinados modelos de mulheres que souberam dizer o que queriam e pensavam. Conforme Margareth Rago (1997), algumas mulheres não atenderam a todas as decisões da sociedade, nem ficaram presas em casa. Não aceitando continuar a submissão como a maioria da sociedade desejava, foram à luta e muitas delas se rebelaram. Participavam de movimentos de paralisação e manifestações nas fábricas e nas ruas, de movimentos da classe de operários masculinos, provocavam e até açoitavam as outras mulheres que não tinham coragem de enfrentar as situações de dominação determinada pelo sistema machista da época.

Rago (1997) também afirma que, na segunda metade do século XX, surgiam novos meios de trabalhos para as mulheres. A presença feminina já grande ocupava uma boa parte do espaço público, transferindo-se do lar para a rua, fazendo parte do

contexto da modernidade e da realidade socioeconômica que conduziam as mulheres até o mercado de trabalho:

A invasão do cenário urbano pelas mulheres (...) não traduz um abrandamento das exigências morais (...). Ao ponto contrario quanto mais ela escapa da espera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido externando pelas longas horas de trabalho. (RAGO, 1997, p. 63 citada por Maia, 2011 p. 95).

A modernidade trouxe muita agitação à sociedade, a política ativou a vida pública, promovendo reuniões formais, possibilitando o comparecimento de indivíduos e de algumas presenças femininas nas ruas, nos cafés, teatros e bailes. E isso foi abrindo caminho para a presença das “boas moças” – aquelas que se enquadravam nos padrões determinados por essa mesma sociedade – nos eventos culturais. Entretanto, já era possível contemplar os benefícios da educação feminina, não só a literatura era praticada junto ao cesto de costura das senhoras, mas também jornais e revistas se misturavam com as linhas e as agulhas. O acesso à leitura, à informação foi primordial para que houvesse uma mudança – mesmo que em pequena escala – no modo de pensar das mulheres.

Graças a essas mudanças é que surgiram nomes como Anayde Beiriz e Eudésia de Carvalho Vieira, entre outras inúmeras figuras anônimas ou “protegidas” por um pseudônimo, que também fizeram amplo uso da luta para mudar a opressão feminina. Tantos nomes, rostos e atitudes conhecidas ou não, foram surgindo para que esse modelo de sociedade repressora fosse vencido.

Essas mulheres souberam lutar por uma emancipação que incluísse uma relação direta com a modernidade e a democracia. Para Mary Priore (1997, p. 7), a história das mulheres não depende apenas delas, mas também da compreensão das famílias, do trabalho, da mídia e da literatura. É a história do próprio corpo, da sexualidade, do abuso que toleraram, bem como das loucuras, dos amores e dos sentimentos. Para essa autora, a história das mulheres foi mascarada pela fala dos homens. O trabalho de pesquisa dela se deu na busca a partir do cenário histórico no qual estão inseridas essas mulheres, como é possível perceber no excerto a seguir:

De focar as mulheres através das tensões e das contradições que se estabeleceram em diferentes épocas, entre elas e seu tempo, entre elas e as sociedades nas quais estavam inseridas. Trata-se de desvendar as intrincadas relações entre a mulher, o grupo e o fato, mostrando como o ser social, que ela é, articula-se com o fato social que ela também fabrica e do qual faz parte integrante. As transformações da cultura e as mudanças de ideias nascem das dificuldades que são simultaneamente aquelas de uma época e as de cada indivíduo histórico, homem ou mulher. (PRIORI, 1997, p. 9).

Após um longo período de submissão e dependência, o Brasil começa a viver um processo histórico de muitas mudanças sociais, como o fim da escravidão e do regime monárquico, em 1888-1889. Instaurando a República, o Brasil passa por uma série de transformações, o que provoca algumas revoltas em quase todo país. Diante de tanta mudança, era urgente que houvesse um desenvolvimento socioeconômico. Assim, surge a expansão cafeeira, a urbanização e a estruturação da rede ferroviária. Tudo isso vem impulsionado pela imigração europeia e pela industrialização. Segundo Celi Pinto, (2003) e todos esses fatores acendiam novas possibilidades de ação das mulheres, dentro da sociedade.

Dentro desse novo contexto, é possível perceber uma mudança no comportamento feminino, vindo à tona questões que até então, dentro da monarquia, não haviam sido abordadas com profundidade. Assim, abala-se a imagem de mulher eleita como modelo social e, impulsionadas pelas transformações, tanto no campo político como no campo econômico, as mulheres brasileiras, discretamente, vão cobijando outras expectativas de vida, para além daquelas vistas como “adequadas” pela sociedade civil da época, de dona do lar.

Com a expansão industrial e a modernidade batendo à porta, as mulheres vislumbram a oportunidade de se inserirem no mercado de trabalho do País. Desde sempre, por ser tratada como objeto, o “sexo frágil”, veio a necessidade de lutar para alcançar a igualdade e a justiça social. Na verdade, as mulheres nunca se calaram. Mesmo não sendo, efetivamente, ouvidas, foram atrás dos direitos e jamais se deixaram abater diante dos obstáculos impostos pela sociedade. Para Perrot “As mulheres não são nem passivas, nem submissas, a miséria, a opressão, a dominação, por mais reais que sejam não bastaram para contar a sua história.” (2005, p.152).

Com a industrialização, a mulher consegue se inserir no mercado de trabalho, mas ainda ocupando uma posição inferior em relação ao homem, tanto no salário como nas posições, cargos e funções. Além disso, ainda havia o problema do assédio sexual no ambiente laboral. Em decorrência de já possuírem um histórico de exploração, essas mulheres passam a sentir a necessidade de se reunirem para organizarem as reivindicações e discutirem a participação de homens e mulheres, na sociedade.

Dentro da efervescência das ideias abolicionistas, houve um fértil terreno para a estruturação do movimento feminista no Brasil. Segundo Pinto (2003), integravam esse movimento mulheres da elite, filhas de políticos e intelectuais, aspectos que levam o grupo a ser visto como “comportado”.

Essas brasileiras uniram-se em prol de um bem comum: assegurar equivalência entre os gêneros. Além disso, lutavam também por outros aspectos formadores da cidadania: o direito de votar e ser votada e o direito à educação. A luta incluía o desejo de garantir a colaboração da mulher na coletividade, de forma idêntica à dos homens. E é exatamente nessa brecha das alterações econômicas em que o Brasil se deparava que o movimento feminista finca suas bases de lutas e reivindicações.

Embora a questão de gênero em si não seja o foco deste trabalho, é pertinente elucidar o seguinte trecho acerca desse termo. Para Judith Butler (2003): “O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado. (...) Tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos.” (BUTLER, apud. MAIA, 2007, p.39). Pensando assim, ao falar em “igualdade de gêneros” remete-se a algo que vai muito além de simplesmente determinar questões do feminino e do masculino.

Em contrapartida, convém considerar que as mudanças, em se tratando do Brasil, aconteciam de forma bastante abrangente. Para Pintaudi (1989), há a introdução de novas formas no comércio brasileiro, no início do século XX. Para ele, “a produção em massa, concentração crescente de pessoas nas cidades, aumento qualitativo e quantitativo do consumo e a generalização do uso do automóvel” (PINTAUDI, 1989, p. 82) foram as mudanças mais efetivas ocorridas no país, que vieram a consolidar o lucro e os novos padrões industriais nas grandes cidades. Evidentemente, essa nova realidade provocou nas mulheres o desejo de fazer parte dessas mudanças, não mais como coadjuvantes, mas como protagonistas.

Aos poucos, as mulheres foram conquistando espaço nessa nova estrutura nacional, saindo do ambiente restrito do lar e ocupando lugar nas fábricas. Entretanto, isso as colocava diante de uma dupla jornada, uma vez que continuavam com a incumbência de cumprir, além do trabalho fora de casa, todas as tarefas domésticas. Assim, o que poderia ser um grande ganho na luta feminina/feminista, torna-se mais um empecilho a ser vencido pela mesma luta. Em 23 de dezembro de 1910, as mulheres da capital federal, que na época era o Rio de Janeiro, constituíram o Partido Republicano Feminino, tendo como a primeira presidenta a feminista Leolinda de Figueiredo Dalto<sup>12</sup>. O partido foi formado por professoras, escritoras e donas de casa, somando ao todo 27 mulheres.

Os objetivos do partido eram: solicitar a cooperação feminina para o progresso do país, ser integrante da sociedade política, combater a exploração relativa ao sexo e o mais importante: reivindicar o direito ao voto. A discussão sobre o tema vinha desde 1880 – conforme já foi elucidado nesta pesquisa – e em novembro de 1917, esse grupo formado por essas mulheres conduziram às ruas do centro da capital dezena de admiradoras do chamado sufrágio universal. Segundo Júlia Lopes Almeida (1997), a imprensa da época estava sempre aberta em defesa das causas nobres da organização do movimento.

Realmente, esse espaço na mídia impressa da época representou uma grande conquista do movimento feminista – conforme já destacamos neste trabalho – pois permitia levar a outras mulheres, como os galos tecendo as manhãs, as ideias que pululavam nos espaços das reuniões desses grupos organizados. Sem a imprensa, ficaria difícil levar para outras mulheres as pautas de reivindicações, bem como as conquistas. Entretanto, esses espaços na imprensa – para a mulher e para os assuntos feministas e não apenas assuntos femininos – ainda eram muito pequenos, uma vez que o país ainda guardava os resquícios do conservadorismo.

#### 2.4 A DÉCADA DE 1920, UM PERÍODO DE TRANSFORMAÇÕES COMPORTAMENTAIS E DE NOVOS HÁBITOS.

---

<sup>12</sup>Leolinda de Figueiredo Dalto, pioneira na luta pelo voto feminino no Brasil, foi a fundadora do instituto de proteção aos indígenas brasileiros. A mulher que teve a ousadia e a coragem de levantar sua voz em favor da emancipação feminina. (BANDEIRA & MELO. Tempos e Memórias – Movimento Feminista no Brasil. 2010, p. 15).

A partir dos anos de 1920, começam a vir à tona as insatisfações que vinham se manifestando pela nação brasileira, desde antes do período republicano. O descontentamento era visto em múltiplas esferas da sociedade brasileira: na política, na economia e especialmente no que se refere à estruturação de ideias e valores. Conforme discutimos no item anterior, as transformações comportamentais e a adoção de novos hábitos, ou seja, as mudanças iniciadas nos novos espaços públicos eram sinônimas, não só da expansão urbana, como também da crescente emancipação da mulher.

A referência dada à mulher, na época, era “a rainha do lar”, devendo ter como realização pessoal a maternidade e a submissão ao domínio do homem. Ela era conceituada como o segundo sexo. Desse modo, criavam-se regras sociais para inibir a participação da mulher como cidadã e, em consequência, materializavam-se no imaginário social crenças e representações sociais que amedrontavam as mulheres, deixando-as acuadas diante da necessidade de lutarem pelos seus direitos.

Esse é um tema clássico, ou seja, há muitos pesquisadores que se debruçam]]]]m sobre a questão da liderança entre homem e mulher, ou seja, dos embates entre o masculino e o feminino. Por isso, essa temática tem intrigado a psicologia social do gênero, fazendo com que haja divergências de opiniões sobre o assunto.

Por essa razão, as mulheres que se colocam, no cerne da sociedade, como líderes, acabam por incomodar a “ordem” social esperada. Elas saem da “zona de conforto”, quebrando as expectativas da sociedade, que as veem apenas como mantenedoras da ordem doméstica. Logo, de uma maneira geral, as mulheres enfrentam dificuldades para romperem com a força desses papéis pré-determinados para elas.

A figura feminina estereotipada está atrelada a uma conjectura tácita acerca do comportamento das mulheres. Já a estereotipia masculina marca mais os sujeitos pela capacidade de autonomia do que pela categoria em si. Então, os papéis atribuídos a cada sexo se tornam o pilar da construção do gênero, na qual é possível entrever a submissão das mulheres.

A busca pela emancipação da mulher já vinha acontecendo entre os grupos feministas pelo mundo afora. No Brasil, o grupo de maior destaque era a Federação

Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)<sup>13</sup>, criada em 1922, com sede no Rio de Janeiro. Ao longo dos anos, foi se expandindo para outras regiões do Brasil. Conforme Raquel Soihet, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino tinha o seguinte objetivo:” coordenar e orientar os esforços da mulher no sentido de elevar-lhe o nível da cultura e torna-lhe mais eficiente a atividade social, quer na vida doméstica quer na vida pública, intelectual e política.” (SOIHET, 2000, p.101).

A importância da federação baseia-se no lema de que, ao aderir ao feminismo, a mulher passa a ter uma vida social de qualidade e precisa lutar por aquelas que não tiveram essa “sorte”, contanto que essa escolha não atrapalhe o exercício de suas obrigações de esposa, mãe e dona do lar. Trata-se de um grupo formado basicamente com a mesma estrutura de outros surgidos anteriormente: mulheres intelectuais, brancas, professoras universitárias. Não se viam mulheres das camadas mais pobres aderindo aos grupos de luta feminista.

Para Hahner (2003), a federação foi relevante para a composição do feminismo no país, pois coordenou-os três congressos feministas nos anos de 1920 e 1930, no Rio, então Distrito Federal: A 1ª Conferência pelo Progresso Feminino, no mesmo ano de sua fundação; o 2º Congresso Internacional Feminista, em 1931; e o 3º Congresso Internacional Feminista, em 1936.<sup>14</sup>

O sufrágio feminino no Brasil foi essencialmente um movimento de classe média em prol de uma mudança judicial para garantir o voto daquelas mulheres que haviam alcançado a mesma qualificação que os homens, não uma tentativa de revolucionar o papel da mulher na sociedade, nem a própria sociedade em si. (Hahner, 2003, p.31)

No entanto, essas novidades não eram observadas com bons olhos pelo grupo patriarcal da época. Para certos autores, (Anderson, 2008; Hobsbawm, 2004), esse período é particularmente caracterizado pela retomada de ideais nacionalistas, tanto na Europa quanto na América Latina. Então, a sociedade patriarcal brasileira sentia, diante das novas lutas e conquistas feministas, um sério abalo dos princípios que defendiam.

---

<sup>13</sup> A FBPF foi herdeira da Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, criada em 1919, também conhecida simplesmente como Liga pelo Progresso Feminino. Devido à adesão feminina em muitos outros Estados brasileiros na época, através da fundação de Ligas estaduais, logo a entidade passou a denominar-se Federação das Ligas pelo Progresso Feminino.

<sup>14</sup> <http://atlas.fgv.br/verbetes/federacao-brasileira-pelo-progresso-feminino>

## 2.5 AS MANIFESTAÇÕES E OS MOVIMENTOS

Conforme vimos, o século XX traz uma sociedade insegura, diante das diversas transformações. Uma sociedade que se vê dividida em classes e que procura encontrar soluções para os problemas que atingem as mais diversas áreas. Com isso, amplia-se o movimento feminista. Uma das líderes desse movimento é a brasileira Bertha Lutz, uma mulher que estudou em Paris e recebeu influências das lutas das mulheres europeias e americanas, cuja causa era a mesma das brasileiras, conforme já vimos. Ao retornar ao Brasil, começou uma luta pelo sufrágio feminino brasileiro, sendo destacada em alguns jornais de impacto da época.

O *Jornal do Brasil* relata:

O dia de hoje marca, para a mulher brasileira a data histórica de um triunfo memorável: pela primeira vez vai ela exercer o direito do voto. Pela primeira vez, politicamente emancipada, vai a mulher colaborar com o homem na escolha de uma Assembleia Constituinte e, eleitora e elegível, pela primeira vez, vêm ela trazer o apoio, consciente e livre, de sua opinião, contribuindo ativa e abertamente na organização da vida política do país. (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 de março de 1925).

Mesmo com a consolidação de importantes movimentos e com a contribuição da imprensa, as mulheres ainda eram alvos de discriminação. Dessa forma, a notícia sobre o direito ao voto chega como um verdadeiro marco na luta feminina/feminista. Entretanto, no corpo da notícia um trecho nos chama a atenção: “(...) emancipada, vai a mulher colaborar com o homem (...)”. Mesmo uma conquista tão relevante como o direito de votar vem maculada pela constatação machista, tentando colocar, mais uma vez, a mulher à sombra do homem, frente às questões políticas do país.

No nordeste, especificamente em Natal (RN), surge a revista "A Cigarra", em novembro de 1928. A revista era bem aceita pelo público natalense e um dos objetivos da publicação era o de relatar determinados fatos da história, como a ação das mulheres em busca dos seus direitos. As capas sempre destacavam o papel da mulher, mantendo a publicação uma seção específica denominada “Vida Doméstica”. Entre outros assuntos, informava sobre bailes, saraus e espetáculos da cidade. Essa revista se tornou um excelente espaço para as reivindicações em favor das mulheres.

A disputa pelo direito do voto das mulheres espalhava-se por todo o Brasil. A professora Celina Guimarães Vianna,<sup>15</sup> diante dos conflitos junto à legislação do Estado e a Constituição Federal Brasileira, por intercessão do marido advogado, percebeu uma brecha na Constituição Federal Brasileira de 1891. No Art. 70: “São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.” Como também o § 2º “Todos são iguais perante a lei”.

O Rio Grande do Norte estava em conflito com a revisão da constituinte de 1926, sendo revista a lei eleitoral daquele estado, o deputado Aduato da Câmara estadual apresentou, então, nas Disposições Gerais, a seguinte emenda ao Artigo 77: No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei. O governador Juvenal Lamartine envia um telegrama do Rio de Janeiro, determinando juntar uma cláusula que abria um real espaço para a efetivação do voto feminino. Em 25 de novembro de 1927, é sancionada a lei nº 660, no Estado do Rio Grande do Norte, que regulava o Serviço Eleitoral do Estado.

Na capital do nordeste brasileiro, notadamente em Natal/ RN, a lei foi sancionada pelo Governador em exercício José Augusto e referendada pelo então Secretário Geral, Anfilóquio Carlos Soares da Câmara. Vale especificar que a lei era válida somente nesse Estado da região nordeste, sendo que o Brasil é dividido por vinte e seis Estados da Federação, agrupado em cinco regiões, Sul, Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste.

Em 25 de novembro de 1927, Celina Guimarães Viana deu entrada em uma petição, solicitando, segundo João Batista Cascudo Rodrigues, o direito de votar, fundada no pré-requisito de que não haveria mais "distinção de sexo" para o exercício do voto em uma eleição. Assim, o juiz Israel Ferreira Nunes autorizou: “Tendo a requerente satisfeita às exigências da lei para ser eleitora, mando que se inclua nas listas de eleitores. Mossoró, 25 de novembro de 1927”. Com o resultado favorável ao seu direito de votar, Celina envia um telegrama ao presidente do Senado Federal, solicitando o direito de votar, agora para todas as mulheres.

Entretanto, é pertinente ressaltar que a primeira mulher a solicitar o direito ao voto não foi Celina Guimarães Viana. Ela seria sim a primeira a conseguir a autorização

---

<sup>15</sup> <http://www.tse.jus.br/imagens/fotos/professora-celina-guimaraes-vianna-primeira-eleitora-do-brasil>

para votar. A professora Júlia Alves Barbosa, que era catedrática da Escola Normal de Natal, em 24 de novembro de 1927, já havia solicitado à 1ª vara da capital o seu alistamento eleitoral, contudo, o pedido foi indeferido pelo Juiz Manuel Xavier da Cunha Montenegro, pela condição de ser solteira. O despacho foi publicado em 1º de dezembro de 1927, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

Portanto, compete à educadora Celina Guimarães Viana o título de pioneira no Brasil e na América Latina a ter direito ao voto feminino. Conseqüentemente, em seguida, outras mulheres do Rio Grande do Norte seguiram o mesmo caminho de Celina Guimarães Viana, em busca do direito de votar. Adverte-se, porém, que esse Estado foi o primeiro que aceitou o voto feminino em 1927. Anos depois, as mulheres brasileiras usufruíram o direito seguro de votar e serem votadas em esfera nacional.

Conforme Rachel Soihet destaca (1997), a luta das mulheres pelo direito de votar já vinha acontecendo desde o início do século XX. As pioneiras foram a advogada Myrthes de Campos, primeira mulher a entrar na Ordem dos Advogados do Brasil e a professora Leolinda Daltro, fundadora do Partido Republicano Feminino, em 1910, já citada anteriormente.

Tendo como base nos Artigos 69, 70 e 72 da primeira Constituição Republicana do Brasil de 1891, de acordo com Fernando H. Mendes (1961), o Código Eleitoral revisado e vigente em 1904, cujas leis “asseguravam a todos a igualdade de direitos” não excluía as mulheres em seu texto dos conceitos de cidadania e das condições de elegibilidade, entretanto, essas mulheres, protegidas pela lei maior, tiveram seus pedidos negados. O esforço da mulher pelo direito ao voto vai ganhando espaço na imprensa das relevantes cidades do Brasil, tais como: no jornal *Diário da Manhã*<sup>16</sup>, havia uma página específica para a mulher<sup>17</sup>; o jornal *O Globo*<sup>18</sup> mantinha a revista *A participação de mulheres* – na Revista *O Globo: Porto Alegre/RS (1929-1939)*”, com a finalidade de expor a colaboração das mulheres para a sociedade.

---

<sup>16</sup>O *Diário da Manhã* foi fundado em 16 de Abril de 1927 pelos irmãos Carlos e Caio de Lima Cavalcanti. Mas quem se destaca tanto na história do jornal como da própria política da época é Carlos de Lima Cavalcanti, líder político em Pernambuco.

<sup>17</sup> <http://acervo.folha.com.br/fdm/1930/07/27/1//4530479>

<sup>18</sup> O jornal *O Globo*, fundado em 1925.

Um fato que chama a atenção é a constante presença da imagem das mulheres nas revistas, tendo edições quinzenais, apresentando na capa a beleza feminina e o papel de dona de casa e mãe de família. Ou seja, a mulher ainda aparecia estereotipada, envolta na atmosfera do lar, o que evidencia a necessidade de se continuar a luta feminista.

A revista reforçava a qualidade de “homem-cultura” e “mulher-natureza” adotada pela sociedade, vinculando-as às lidas domésticas e educação dos filhos. Matérias falavam sobre o modo como a mulher deveria se portar diante do marido, conservando a beleza e a sedução, sendo ao mesmo tempo modesta e simples. A questão da beleza é tema constante na RG, com fascículos inteiros dedicados aos concursos de misses. As mulheres tinham como modelo Yolanda Pereira, Miss Brasil de 1930, que propagava sua modéstia e simplicidade nas entrevistas. Na seção Radiograma, de 27 de setembro de 1930, o autor afirma que “ninguém sabe o que ella fez desse inquieto e malicioso demônio feminino” pois ela pretende apenas “voltar para o lar e seguir sua devoção a Virgem Maria” (*Revista do Globo*, 1930, p.10).

A mulher era preparada, desde muito cedo, para arrumar um casamento com um homem que tivesse condições de sustentá-la, quanto mais “prendada”, mais chances tinha de casar com alguém “à sua altura”. Quando se tinha condição financeira, participava de curso de economia doméstica, para aprimorar os conhecimentos, cozinhar, fazer bolos, doces, administrar a casa e tudo o que se relaciona à economia doméstica. Conforme Claudia Maia (2011), o casamento aparecia, ao olhar da igreja e da sociedade, como forma de preservação da honra feminina.

A República Brasileira frustrou a perspectiva de muitas mulheres ativistas que esperavam fruir seus direitos reconhecidos e poder participar ativamente como cidadãs, na nova ordem política instaurada. Embora sustentasse aberturas de unanimidade e igualdade dos direitos, o aparato legislativo instituído pela república foi restrito no que tange aos direitos das mulheres.

A Constituição de 1891, por sua vez, aboliu as distinções de riqueza e nascimento, mas manteve as de gênero, restringindo a cidadania proporcional aos homens alfabetizados maiores de 21 anos; as mulheres – mesmo maiores e alfabetizadas – foram excluídas do direito de votar, serem votadas e de ocuparem cargos públicos. O código civil de 1916, por sua vez, negou às mulheres a condição de indivíduo e estabeleceu abertamente a incapacidade das casadas em termos jurídicos e financeiros (Maia, 2011).

A inclusão das mulheres nos projetos republicanos se deu não como indivíduos políticos, mas em função da sua capacidade reprodutora e de “servir” como mães dedicadas e esposas obedientes à nação. O que a república oferecia às mulheres como dever cívico era, dessa forma, o papel de produtora de cidadãos, não sendo elas mesmas cidadãs. Pelo contrário, o exercício da cidadania aparecia como inconsistente com seus papéis de mãe e esposa (Maia, 2014).

A autora Edith Hahner (2003), relata que as mulheres que lutavam em prol dos seus direitos no Brasil, compreenderam que o ensino era a abertura para a emancipação feminina. Assim, diante do progresso a que o país aspirava, as feministas intensificaram a luta. Fizeram grande pressão para os políticos votarem uma lei acerca do direito à educação. Por mediação da imprensa nacional, as mulheres se manifestaram. A autora diz que:

A educação das mulheres concentrava-se na preparação para o seu destino último: esposas e mães. Mesmo os homens brasileiros que se consideravam progressistas e que aprovavam a ‘igualdade universal proclamada pelo Cristianismo’, acreditavam que o objetivo da educação feminina era a preparação para a maternidade. Basicamente, as moças deveriam aprender a cuidar bem de suas casas, pois lhes cabia a obrigação de garantir a felicidade dos homens. Todavia, alguma educação era bem acolhida, pois se tornariam melhores mães para os filhos e melhores companheiras para os maridos. Embora o homem tradicional e o progressista assumissem juntos que as mulheres pertenciam ao lar, o segundo admitia ampliar o papel da mulher na família, enfatizando-lhe o poder de orientar moralmente suas crianças e fornecer bons cidadãos ao país. (HAHNER, 2003, p. 123-124).

De acordo com Hahner (2003), desde 1879 foi criada uma instituição de educação superior para mulheres no Brasil, sendo um ensino privado, que privilegiava uma classe alta da sociedade. Por isso, poucas mulheres conseguiram se graduar, diante do preconceito social e da carência de recursos financeiros para patrocinar o ensino secundário.

Diante da relevância da educação específica para mulheres, faremos um recorte desse tema no próximo capítulo, buscando elencar os fatores históricos e de luta, destacando o papel inestimável de Eudésia Vieira.

## **CAPÍTULO III- EUDÉSIA VIEIRA: UMA VIDA DEDICADA À EDUCAÇÃO**

### **3.1 O TRIUNFO DO MAGISTÉRIO PARA AS MULHERES PARAIBANAS**

Na busca de se fazer uma análise da produção discursiva da prática feminista pelas professoras paraibanas, será apresentado, como ponto de partida, o contexto das práticas emancipatórias de Eudésia Vieira, sobre o feminismo na Paraíba. Procuramos descrever as contribuições para a historiografia literária paraibana, das mestras que publicaram livros e artigos para relatar a vida e história de cada uma, como veremos nos próximos dois capítulos.

A pesquisa de documentos relativos a esse desempenho feminino reforçou a decisão de coletar outros dados que nos consentissem sistematizar, brevemente, a presença e a participação da mulher como sujeito histórico, no panorama social desse Estado, no início do século XX. Entretanto, a nossa expectativa neste trabalho é contribuir para a historiografia sobre as mulheres, na época em que se apresentava como um grupo oprimido, cuja história foi silenciada. Ou seja, trata-se de uma tentativa de restaurar a memória e a voz de mulheres que foram mascaradas pela fala dos homens e excluídas no cenário histórico. Nosso ponto de partida será a apresentação de uma breve biografia de Eudésia Vieira, para depois passarmos aos seus feitos propriamente ditos.

Eudésia de Carvalho Vieira, nasceu no dia 08 de abril de 1894, na povoação de Livramento, no município de Santa Rita, sendo seus pais Pedro Celestino Vieira e Rita Filomena de Carvalho Vieira. Recebeu o diploma de professora pública pela Escola Normal Oficial, em 15 de junho de 1911, sendo a oradora da turma. Casou-se em 1917, com José Taciano da Fonseca Jardim, nascendo desse casamento 14 filhos. Foi professora pública em várias escolas primárias do Estado. (ODILON, 1994, s/p.).

Por meio dessa biografia, é possível identificar a época em que Eudésia Vieira atingiu a vida adulta, época essa que, de acordo com Maria Lúcia da Silva Nunes (2007), começam as insatisfações que vinham se apresentando por todo o período republicano. As discussões estavam presentes em todos os setores da sociedade brasileira. Conforme essa autora, o que mais chamava a atenção eram as questões sobre o comportamento, as ideias e os valores da época.

Era, portanto, um período em que se buscavam respostas para muitas questões. Com isso, cobrava-se muito mais dos intelectuais para dar respostas a essas demandas, na busca de apresentar uma nova proposta ao país, diante das novas diversidades existentes. Com isso, surgiram vários movimentos como: “O Tenentismo, a fundação do Partido Comunista, o Modernismo e ampliação do movimento feminista que intencionava o reconhecimento dos direitos da mulher.” (NUNES, p.118).

Nesse novo contexto histórico e social, surge a abertura da educação para mulheres. A relevância educacional não se baseava mais só em ensinar os filhos ou filhas dos senhores de classe média, nas escolas do magistério ou nos seminários. Iniciava-se um período novo de urbanização, de trabalho nas indústrias, dos jornais, da moda e da modernidade na Paraíba.

Ao falar em um processo de modernização do Estado da Paraíba, é relevante pontuar alguns fatos históricos, capazes de gerar uma melhor compreensão tanto do lugar como da população que ali habita. O Estado da Paraíba viveu o período colonial compreendido de 1500 a 1822 e o período monárquico entre 1822 e 1889. Nesse período, houve forte influência das oligarquias rurais. A República, por sua vez, chega a partir da Revolução de 1930, fato que nos interessa nesta pesquisa, devido à ligação de Anayde Beiriz com o fato que desencadeou tal revolução.

Todas as mudanças advindas do campo sócio-político abriram caminhos para as mulheres apresentarem seus pensamentos e questionamentos sobre a introdução do feminino nos espaços públicos, num período em que a agitação estava em torno das questões da modernidade, como a educação e o direito ao trabalho.

No âmbito social, todas essas mudanças despertavam nas mulheres um novo comportamento, pois algumas brasileiras já se arriscavam em mundos desconhecidos, ou pouco frequentados por mulheres – como o espaço da imprensa escrita, como foi apresentado no capítulo anterior. Enquanto tudo que se relacionava com a modernidade chegava tardiamente na Paraíba, a presença na imprensa local já mantinha a mulher em seus artigos em jornais e revistas. Mesmo com atraso, algumas feministas se expuseram por meios da imprensa, apresentando as manifestações, organizações e estratégias utilizadas pelas paraibanas, em busca de obterem os seus direitos, como a emancipação dentro do lar e nos meios sociais. Isso pode ser identificado no seguinte excerto escrito por Eudésia Vieira, de acordo com levantamentos feitos por Araújo.

A mulher, mal remunerada nos seus esforços, mal compreendida nas suas aspirações, mal satisfeita nos seus afetos, foi perdendo aquela docilidade e timidez de caráter. [...] foi procurando se libertar do domínio do homem, a quem ambicionava não como senhor, mas como amigo e companheiro [...]. E uma noite de lágrimas sufocadas teve como aurora uma coesão de sentimentos revoltados que recebeu o estratégico nome de feminismo (EUDÉSIA VIEIRA apud ARAÚJO, 1995, p. 78).

Ao longo dos anos, as mulheres batalharam pelo direito à cidadania – adjetivada por Eudésia Vieira como sendo “sentimentos revoltados”, conforme evidencia a citação anterior – mas tal não foi um trabalho simples, nem pacífico. Pelo contrário, foi duro e de extensos anos. As contribuições das práticas feministas para a autonomia e emancipação, bem como para mudanças na sociedade, em relação às mulheres e empenho pela igualdade de gênero estão vinculadas ao processo de muitas batalhas femininas.

As mulheres conseguiram alguns benefícios por meio da organização do movimento feminista, sendo construído um novo espaço com participação na sociedade pública, cuja história de duelos entre os sexos levou a muitas conquistas, começando uma nova etapa, inclusive o direito de trabalhar. Entretanto, a educação foi o caminho mais viável para se conseguir emprego fora de casa.

Compreende-se que, aos poucos, elas foram abrindo novos caminhos para a aquisição da cidadania, procurando ocupar espaços até então masculinos. Segundo Guacira Lopes Louro (2003), a partir da virada do século XIX, “as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior no chamado ‘sufragismo’, ou seja, no movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres” (LOPES, 2003, p.15).

Em meados dos anos de 1920, o país iniciava o processo de modernização, a sociedade patriarcal estabelecia que a mulher tivesse informação básica para educar o homem moderno. Todavia, essa educação não poderia colocar em risco o lar, nem a família, nem o sistema de dominação da época. Conforme escreve Lopes, a classe dominante entende que é necessária a educação feminina sem a pretensão de que a mulher tivesse uma formação acadêmica.

A sociedade dessa época almejava a educação feminina voltada para a função essencial: “a carreira de doméstica”, considerando a mulher como o sexo frágil, incapaz de assimilar tal conhecimento intelectual, sendo considerada como um sexo inferior e,

por isso, não poderia pensar em chegar a um grau de conhecimento igual ao do homem. Como destaca a autora, a educação feminina vem com a intenção de que a mulher pudesse passar os conhecimentos às crianças, conforme o novo regime republicano exigia: “o amor à Pátria e ao trabalho, a honra, a bravura, o ódio aos tiranos” (1995, p.275).

Para as meninas, dentro do currículo educacional, a ênfase era colocada nas práticas das tarefas domésticas. Diante da modernidade que assolava o país, a mulher não podia manter-se sem instrução no “recôndito do lar”. Essa preocupação baseava-se em como se deve educar os filhos e filhas dos senhores, contudo não devia liberá-las para outras atividades públicas. Sendo assim, o magistério surge como a saída de equilíbrio diante dessa questão. Logo, a educação básica para as meninas acontecia na esfera doméstica.

O Brasil foi envolvido, embora mais lentamente, pelas ideias europeias que chegavam especialmente para a mulher brasileira e tais ideias despertaram nelas um desejo de mudança, de lutar pela igualdade social. Assim, as reivindicações das mulheres para alcançar o seu espaço foram crescendo, foram formando grupos para lutarem juntas pela emancipação política. Mais tarde, a educação feminina começa a ganhar espaço em todo o território nacional, mesmo sendo para as mulheres de classe média e de cor branca. Sobre isso, chama-nos a atenção o seguinte trecho retirado das *Cartas Femininas* de julho de 1920:

A moça brasileira é geralmente inteligente, carece apenas de instrução; não desta instrução superficial e fictícia com que a maioria das nossas jovens patricias enfeitam o intelecto, do mesmo modo como que pintam o rosto, para exhibir-se; mas de uma boa, sólida e racional instrução, que ao mesmo tempo que lhe ornamente o espírito, habilite-a para enfrentar e vencer a luta sem tréguas da vida moderna. Trabalhem para isso, se não quisermos continuar a ser a eterna tutelada do homem, e em quem até hoje ele só conhece um préstimo, o de lhe fazer a cozinha, e o de lhe pregar os botões da ceroula (CINHÁ, 1920, p. 4).

Há, pois, um desejo de desenvolver o intelecto da mulher brasileira, para que esta pudesse sair da tutela masculina, adquirindo autonomia e capacidade para o exercício da cidadania. Entretanto, o que se percebe é que a educação sistematizada que chega para a mulher da época limita-se ao ofício de professora, algo muito próximo ao papel de cuidadora dos filhos, no espaço do lar.

De acordo Margareth Rago (2004), no Brasil, começa-se a ampliar as escolas secundárias femininas, a chamada Escola Normal, em um número ainda bem pequeno, em relação às escolas secundárias masculinas. O objetivo fundamental dessa ampliação continuava sendo o de preparar uma boa professora ou uma boa esposa e uma boa mãe.

Segundo a autora, o ensino para a mulher não podia ser pensando com um ensino técnico profissionalizante. Teria que ser para a mulher ter melhor informação e educação para o casamento e a maternidade. A mulher do início do século não podia fugir da sua condição de ser feminina – sinônimo de ser dona do lar e se preocupar em arranjar um bom partido para se casar. Conforme afirma a autora: “os pais desejavam que as filhas encontrassem um ‘bom partido’ para casar e assegurar o futuro e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões.” (RAGO, 2012, p. 582).

Segundo Carlota Boto (1996), as escolas normais brasileiras foram se constituindo no período oitocentista, conjeturando habilitar educadores para a instrução primária a partir de normas e padrões diversos, tais como: procedimentos de ensino, condutas e comportamentos morais socialmente exigidos. Sendo efetiva de fato nos oitocentos como parte do projeto de edificação e estabilização dos estados-nação perante o compromisso da formação de um novo homem, de uma nova consciência cívica e do progresso social. A primeira escola normal a ser implantada no Brasil, foi no Rio de Janeiro, na cidade de Niterói, em 1835. Em seguida outras Escolas Normais foram criadas visando melhorias no preparo do docente. Em 1836 foi criada a da Bahia, em 1845 a do Ceará e, em 1846, a de São Paulo.

Na Paraíba também foi assim, em toda a sua construção histórica manteve as mesmas bases anteriores dos outros Estados, entretanto a sua implantação foi tardia em função dos condicionantes políticos locais. A necessidade dessa instituição, Escola Normal, fundada em 1837. Na época, a capital era denominada de Parahyba do Norte – hoje a atual João Pessoa – uma reminiscência do Brasil colonial, com o objetivo de que a elite feminina paraibana tivesse formação para ser professora do magistério. De acordo com José Octavio de Mello (1996), em 1884 a escola Normal paraibana passa a ser designada para ambos os sexos, pela Lei de número em 30 de junho desse mesmo ano.

No governo do Dr. Antônio Sabino do Monte em 07 de abril de 1885, nas dependências do atual Lyceu paraibano<sup>19</sup>. A partir do artigo 97, do mesmo regulamento, instituiu a Escola Normal especificamente ao sexo feminino em prédio separado, aproveitando o pavimento térreo do Tesouro Provincial, sendo instalada em sete de abril deste mesmo ano, utilizando o mesmo corpo docente do Liceu destinado para a formação de professores. (MELLO, p. 63-69).

Eudésia Vieira e Anayde Beiriz, entre outras mulheres, viveram e estudaram nessa época, tendo concluído a sua preparação na Escola Normal da Paraíba. Conforme foi explanado anteriormente, esse estudo proporcionava às moças a saída da clausura do lar e alcançarem a instrução para professora primária. Essa formação, além de tirá-las do ambiente privado e conduzirem-nas ao público, dava-lhes a oportunidade de se sentirem úteis e preparadas para o casamento. Sendo alfabetizadas, elas teriam mais condições de ensinar os filhos, de saberem se comportar socialmente, sem a preocupação de dar “vexames”. Ou seja, o ensino não surgia como via de emancipação direta para a mulher, mas sim como manutenção de um papel social estereotipado e pautado nos princípios da dominação masculina.

Por outro lado, essa educação facilitava a busca de realizações, tais como trabalhar fora, ser independente. O curso do magistério para as mulheres é de tamanha valia por ser um ensino de grau médio, representando uma formação mais elevada para o sexo feminino. Vale salientar que algumas mulheres conseguem perceber, na Escola Normal, uma abertura para aproximar-se da universidade e do caminho para a independência. Ou seja, ampliam-se os horizontes das mulheres, em todos os sentidos.

---

<sup>19</sup> A sede atual do Liceu paraibano. Avenida Getúlio Vargas, Utb 1107400 Centro João Pessoa - PB CEP: 58013-240. Foi inaugurada em 1937 pelo governador Argemiro de Figueiredo. Na mais tradicional escolas públicas da Paraíba estudaram no passado diversos jovens que se tornaram pessoas públicas na política, nas artes, e vários deles chegando ao cargo de governador do Estado. Pelos bancos do Liceu passaram o poeta Augusto dos Anjos, o economista Celso Furtado, a cantora Elba Ramalho, os governadores João Pessoa, Antônio Mariz, Ruy Carneiro, Argemiro Figueiredo, Ernani Sátiro, dentre outros, além do senador Humberto Lucena, o artista plástico Flávio Tavares, o cineasta Linduarte Noronha, vários desembargadores, os jornalistas Biu Ramos, Martinho Moreira Franco, a atriz Zezita Matos, o humorista Nairon Barreto, dentre tantos outros paraibanos. Como Anayde Beiriz e Eudesia Vieira. Atualmente o Liceu tem 2.400 alunos, sendo mil no turno da manhã, mil à tarde e quatrocentos alunos no turno da noite. São 100 professores e 98 funcionários.

Assim, mesmo com o propósito de ser apenas uma preparação para a mulher continuar sendo “do lar”, surge outro viés, gerando a possibilidade de romper com aquilo que estava pré-determinado. Conforme Tanuri (2000, p. 67)...o magistério feminino apresentava-se como solução para o problema de mão-de-obra para a escola primária, pouco procurada pelo elemento masculino em vista da reduzida remuneração.

Dentro desse contexto, as professoras Eudésia Vieira, Anayde Beiriz, Analice Calda e Ana Maria Coutinho, seguidas por diversas outras mulheres paraibanas, entregaram-se à produção das letras e da publicidade, escreveram vários livros de crônicas, de versos, de história de caráter didático e artigos em jornais e revistas. Nesse universo novo da carreira profissional de ensinar, a professora Eudésia Vieira, preocupada com a forma de lecionar História às crianças, ousou escrever livros narrando a História do Brasil, com uma linguagem específica, para facilitar o aprendizado e a aquisição do conhecimento. Esse livro: *Pontos de História do Brasil*, foi adotado na rede Estadual de ensino do Estado da Paraíba.

Além disso, Eudésia, ainda muito jovem, almejando muito além de ser uma professora primária, percebeu que a frequência da escola seria o caminho mais fácil para sair do mundo de dominação em que viviam as mulheres. Sendo muito esforçada e aplicada aos estudos, dedicou-se à carreira do magistério, e, simultaneamente, aos poucos, vai ocupando espaço na imprensa local, publicando o seu primeiro artigo na revista *Era Nova*, em 1922, intitulado “*A Mulher*”. Para a historiadora Alômia Abrantes (2010), nesse artigo, a professora Eudésia Vieira escreve e se inscreve, fazendo uma crítica discreta da ausência de uma imprensa paraibana voltada para o conhecimento da mulher, em que elas pudessem redigir livremente, como os homens. Para essa historiadora, o que a professora reivindicava eram direitos iguais nos meios de comunicação.

A existência de uma “imprensa feminina” não se verifica na então Paraíba, já que não se encontra um número significativo de periódicos reservados exclusivamente ao que se considerava de interesse feminino, nem prioritariamente destina a esse público. Mas sem dúvida, mas a feminilização é uma ocorrência que se torna visível em alguns, sejam pelas as seções e artigos, que tratam desses temas, seja pela inserção de textos assinados por mulheres [...](ABRANTES,2010,p.92)

No referido artigo, também é possível perceber que Eudésia Vieira apresentava a discriminação feminina entre os intelectuais, porém, para a professora, os artigos

deveriam ser escritos por mulheres e para as mulheres. Ela se refere à experiência dela mesma, de ter recorrido ao uso de um pseudônimo masculino, para escrever um artigo.

Em outra publicação na mesma revista, Eudésia Vieira escreve que a nova mulher que está surgindo dentro desse contexto histórico, deve ser a companheira do homem e pode trabalhar e ser mãe. Que a mulher não podia esquecer para que ela foi feita pelo criador, destinada à “perpetuidade da espécie humana”. Com isso, ela escreve como sendo uma “Sufragista”, expressando: “Uma revoltada que procura abafar seus padecimentos querendo não ser a companheira do homem, mas rival ou mesmo sua antagonista. Merece também compaixão. Foi a infelicidade que a impeliu a extravagância de proceder, dest’ arte abafar um sentimento latente”. (VIEIRA, 1922).

Para Eudésia, a mulher não precisa mudar seu comportamento para lutar pela emancipação, nem tão pouco esquecer sua feminilidade. A causa requer respeito pela mulher, por isso ela tem de saber conquistar o seu espaço, sem agredir a natureza feminina. Entender esse posicionamento dela é fundamental para nos subsidiar no entendimento das ideias às quais ela se filiava.

A fim de conhecermos melhor a pessoa de quem estamos falando, vamos fazer um recorte biográfico dela. Eudésia de Carvalho Vieira, médica, educadora e historiadora expressou seu olhar ao produzir uma história da Paraíba, verdadeira biografia do espaço geográfico paraibano, sinalizada por investigação sobre o social, o cultural e, principalmente, o político da Paraíba. Apaixonada por seu estado, e pela história de seu passado, Vieira dedicou-se em uma profunda pesquisa histórica, e redigiu uma das mais importantes obras sobre a historiografia paraibana.

Sendo muito esforçada e aplicada aos estudos, dedicou-se à carreira do magistério, em escola pública, sendo selecionada para a cidade de Serraria, que ficava a 134 km da capital. Não hesitou em assumir o primeiro emprego, iniciando-se assim a carreira no magistério oficial. Depois, ela foi ensinar na cidade de Santa Rita, onde lecionou na escola estadual. Em 1916, transfere-se para a capital, onde foi ensinar na Escola Normal do Estado da Paraíba, a mesma em que ela estudou. Embora muito jovem, com uma carreira brilhante na educação, Eudésia Vieira, em 1917, casa-se com José Taciano da Fonseca Jardim. Deste matrimônio tiveram 14 filhos, sendo que só cinco sobreviveram.

Eudésia Vieira se destacou como educadora, escritora, jornalista, médica e mãe. Preocupada com os temas relacionados com o lugar da mulher na sociedade, teve um campo mais vasto de escritas abordando essas questões. Lutou contra o rótulo que deram ao feminismo, defendendo a educação para a mulher e falando sobre a dominação dos homens e no interesse deles em manter a mulher fora do mundo público.

Em seus textos, Eudésia Vieira mencionou alguns temas polêmicos para a época, como os preconceitos e a discriminação contra as mulheres, além de levantar questões sobre a higiene e a saúde da mulher e de publicar livros didáticos para crianças. Os seus discursos eram aceites pela sociedade da época. Para ela, ser sufragista não podia se resumir apenas na luta pelo voto.

De acordo com o seu ponto de vista, havia muitas questões femininas pelas quais se deveria lutar, como a liberdade de andar nos espaços públicos. Para ela, lutar pela emancipação feminina não seria necessariamente enfrentar o homem como um inimigo. Por isso, perante a sociedade, Eudésia era bem vista pelo pensamento de igualdade, pois ela discursava que a sociedade não podia ser dividida entre mulheres e homens, mas que os dois sexos deveriam ter as mesmas obrigações para com a sociedade, os mesmos direitos, deveres e respeito.

Esse período dos anos de 1920 ficou marcado para Eudésia, Anayde e muitas paraibanas, como sendo o início da luta pelos direitos da mulher. Só a partir da década de 1930 é que Eudésia Vieira assume a causa das mulheres e passa a ser uma militante ativa, embora esse olhar diferenciado sobre a causa das mulheres já a acompanhasse a mais tempo.

Publicamente, ela assume a causa e enfrenta o machismo da época e luta abertamente pela emancipação da mulher. Com isso, ela foi conquistando espaço e fazendo parte da história como sujeito ativo, discursando sobre a necessidade de existir reciprocidade entre homem e mulher, a fim de se construir uma sociedade mais justa.

### 3.2 OS LIVROS PUBLICADOS POR EUDÉSIA VIEIRA

No início do século XX, segundo Reis Filho, (1995) com a publicação do Decreto nº 6 de 19 de novembro de 1889, “foram declarados eleitores todos os

brasileiros, no gozo de seus direitos políticos e civis, que soubessem ler e escrever. Era o sufrágio universal adotado pelo novo regime, embora restrito ao voto masculino.” (REIS FILHO, 1995, p. 20). Todos os brasileiros passariam a ser eleitores e poderiam votar, desde que fossem alfabetizados. Isso passava a ser válido em toda a comarca geral das províncias nacionais.

Devido ao decreto publicado, houve a ampliação da rede de ensino público estadual e municipal, na Parahyba do Norte, nome da antiga capital paraibana. Na busca de adquirir mais eleitores, os políticos investiam no aumento das escolas públicas. Com isso, o ensino se dava em qualquer espaço: casa, igreja, galpão e salões, com o interesse de alfabetizar e garantir o aprendizado de pelo menos o nome, para poder, assim, votar.

Nos centros urbanos, as instituições infantis eram restritas, algumas com turmas mistas, oferecendo uma educação geral. Para as meninas, a educação objetivava os conhecimentos das atividades domésticas, ou, se possível, preparava-as para que elas conseguissem ser professoras.

Registra-se, portanto, um importante crescimento das escolas públicas. Entretanto, os poucos livros que chegavam a estas mesmas escolas públicas, principalmente na zona urbana, eram designados à educação moral das crianças, impregnados de idealismo, sentimentos cívicos e amor ao Brasil. Dessa forma, o aumento das escolas públicas acontece atrelado ao desejo dos grupos políticos, tornando-se mecanismo de manutenção do poder.

À medida que a economia avançava, o acentuado desenvolvimento do setor industrial requisitava profissionais capacitados. Com isso, a população cobrava do governo um ensino público apropriado, que preparasse para o exercício profissional de qualidade, especialmente vocacionado para os trabalhadores pobres. Em razão dessa pressão social, os políticos debatiam uma maneira de criar um sistema educacional público. Essas discussões se baseavam na formação do sistema educativo, com objetivos específicos de capacitar e qualificar o aluno com conhecimentos teóricos e práticos, que favorecessem a entrada no mercado de trabalho, mediante um curso especializado. Ficava a cargo do poder estatal planejar programas escolares, oferecendo as disciplinas básicas.

É a partir do ano 1905 que o Estado da Paraíba se volta para um ensino local, nas disciplinas de geografia e história. Conforme Dias (1996), os membros do IHGP perceberam que era necessário, além do projeto de mapeamento do processo histórico paraibano, “reunir pessoas para recordação de fatos ou para eternizá-los. Isolando o fato, caracterizando-o como digno de recordação, comemoração e, portanto, de sua inclusão na historiografia”. (p.46). Isso permitiria construir a história paraibana, com o objetivo de recuperar os seus heróis, as datas e os fatos que contribuíram para construir essa história, além das especificidades culturais (musicais, folclóricas, etc.), como também registrar o perfil dos “grandes educadores” e as conquistadas e vitórias do povo paraibano.

Por volta dos anos 1917, o Presidente do Estado da Parahyba convoca os intelectuais e professores a elaborarem alguns livros para serem adotados em todas as escolas públicas do Estado, mediante uma nota publicada no jornal estatal.

O professor que houver produzido alguma obra ou inventado aparelho ou método de ensino que seja considerado de real valor didático, a juízo do Conselho Superior de Instrução, terá o direito à publicação gratuita na Imprensa Oficial ou divulgação dêles, e o govêrno os fará adotar nas escolas públicas.<sup>20</sup>(Jornal *A União*, 21 de dezembro de 1917).

Como expôs Moysés Kulhmann Jr. (1998), o método fornecido para a educação das crianças, naquele contexto histórico, estava longe do significado do projeto inicial. Por trás da pedagogia que buscava auxiliar as crianças, isto é, por trás de um ensino que as preparasse como “cidadãos” para o Estado moderno, era possível perceber uma ideologia sendo perpassada. A educação básica dos pobres seguia uma dinâmica em que as crianças eram conduzidas a acreditarem que a subordinação, a exploração social, fazia parte do destino designado a elas. A educação assistencialista ajustava-se ao Estado, para não injetar grandes investimentos nas instituições educacionais públicas. Logo, compreendemos que essa ideologia de educação garantia o controle do Estado, não permitindo que se vislumbrasse um progresso efetivo.

Em 1922, atendendo ao chamado do Estado para se escrever livros didáticos específicos para as crianças, a professora Eudésia Vieira, em um ato de coragem e determinação, apresenta um livro direcionado para ao ensino primário, com o título de

---

<sup>20</sup>Grafia original da época

*Pontos de História do Brasil*<sup>21</sup>. O livro era composto por um conjunto de episódios e “fatos históricos”, destacando os acontecimentos da Paraíba e de algumas outras partes do país. Determinadas páginas do livro eram destinadas à informação acerca dos movimentos de 1817, 1824, 1848-49, com a participação de alguns paraibanos.

Ao pesquisar e escrever sobre a importância da independência do Brasil, a autora enfatiza a leitura de Aristides Lobo – que era paraibano – e ressalta a forma como o povo brasileiro recebera o novo regime. Concluindo o livro, ela fez uma lista dos feriados nacionais e locais e, ao finalizar, direciona algumas palavras às crianças:

Representais o futuro da humanidade, o progresso na senda das artes das ilustrações e do patriotismo. Cuidando do vosso evoluir físico, moral e espiritual prestamos à pátria o maior dos benefícios porque lhes preservamos dias bonancosos de paz e de luz. E é bem conhecendo as páginas da história, os surtos do valoroso altruísmo dos nossos avós, a abnegação e o denodo de nosso exército, que podeis vos tornar grandes e bem vos compenetrardes dos deveres que vos cumprem como brasileiros. (VIEIRA, 1956, p. 175-176).

É interessante observar o que autora escreveu especialmente às crianças paraibanas, legitimando que somente por meio do conhecimento dos episódios do passado é possível compreender o amor pela pátria, citando os heróis que lutaram pelo país. Ela chama a atenção para o amor de ser brasileiro e ela também destaca os conflitos que ocorreram em vários lugares pela independência do Brasil. A historiadora enfatiza que se faz necessário estudar com o livro, pelos textos e pelas gravuras. Do ponto de vista da autora, a escrita facilita o entrosamento dos fatos sucedidos e as figuras conduzem à imaginação daquilo que foi narrado.

O diretor da instrução pública de ensino – João Alcides Bezerra Cavalcante – manifestou a importância da publicação da obra de Eudésia Vieira ao afirmar que “apreciamos o livro que foi redigido pela mentora como um padrão didático da história do Brasil e da Paraíba muito bem elaborado, visto que o conjunto dos temas proporciona atributos do que hoje titulamos ‘livros didáticos’,” (Citado na introdução do livro “*Pontos de História do Brasil*”, de Eudésia Vieira).<sup>22</sup> Foi considerado um bom

---

<sup>21</sup> O livro é composto de 176 páginas com tamanho 19 x 14 cm, apropriado para criança, com gravura referente ao tema.

<sup>22</sup> A professora Eudésia Vieira era membro e sócia do Instituto Histórico Geográfico Paraibano, em 3 de junho de 1922, onde desempenhou o cargo de suplente de 1ª Secretário no período de 1925-26. ((IHGP) É

livro e com boa aceitação pelo universo infantil e pelas escolas e permaneceu por alguns anos em sala de aula, ao ponto que alcançou até a 7ª edição de publicações e alterações nos conteúdos, no decorrer dos anos.

Ressaltamos que a historiadora Eudésia Vieira escreveu o segundo livro *Terras dos Tabajaras*, obra didática publicada em 1955, na cidade de João Pessoa. Nessa narrativa, a autora manifestou seu olhar na formação dos fatos históricos sucedidos para a constituição do ensino médio do Estado da Paraíba, analisando a história desde o “descobrimento” do Brasil até a criação do Estado paraibano.

Nessa perspectiva, percebemos os caminhos trilhados por Eudésia para a emancipação feminina paraibana. A bibliografia da professora, historiadora, jornalista, poetisa e médica Eudésia Vieira está muito presente nesse período em que a mulher lutava por um espaço no mundo público.

Embora já tenhamos citado anteriormente as publicações dela em jornais e revista, torna-se importante retomar as informações, de maneira mais sistematizada. Ela publicou na Revista *Era Nova*, nos jornais, *O Norte*, *A União*, *A Imprensa*, *A Gazeta do Recife* e em *Novo lar e Festa das Neves*. O primeiro poema dela foi publicado quando ela tinha 14 anos. Participou de muitas conferências e deixou publicados os seguintes trabalhos: *Pontos de História do Brasil* (didático); *Cirus e Nimbos* (versos); *A Minha Conversão e Dom Ulrico Sonntag*; *Síndrome de Schickelé* (Tese de doutorado); *Terra dos Tabajaras* (didático) – 1955; *Mistério de Fátima* – 1952; Conferência – 1948; *Dois Episódios de uma Vida*; Poema do Sentenciado; *O Torpedeamento do Afonso Pena* – 1951; Inéditos: “*Mortos que Falam*”; “*A Mãe Cristã e a Educação Eucarística que Há de Dar aos Filhos*”.

Em 1974, recebeu o título de cidadã Benemérita da Paraíba e, quando faleceu, uma Rua do Bairro dos Estados, na cidade João Pessoa – PB ganhou o seu nome.

Podemos afirmar que o caminho percorrido por essa mulher não foi fácil. Entendemos que, naquela época, as manifestações do feminismo, na busca pelo estudo e pela ocupação do espaço público e do mercado de trabalho não eram bem vistas e, por isso, foram tão difíceis de se conseguir. Investigamos e concluimos que as práticas

---

a mais antiga e tradicional entidade de fomento da pesquisa e preservação histórico-geográfica, cultural e de ciências sociais do Brasil, fundado em 21 de outubro de 1838). <http://www.ihgb.org.br/>.

feministas produzidas pela professora Eudésia foram árduas e, por isso mesmo, é tão importante destacar as contribuições deixadas por ela.

Na educação, ela foi a primeira mulher a publicar dois livros didáticos, adotados na rede educacional do Estado da Paraíba, como já elucidamos anteriormente. A presença dessa historiadora no mundo intelectual facilitou a abertura para outras mulheres alcançarem o espaço para serem formadoras de opinião, detentoras de conhecimentos.

No prefácio de um dos seus livros didáticos, Eudésia escreveu:

Mergulhei no Mar Morto do passado, para colher, como faz o escafandrista no Pacífico, pérolas e mais pérolas para dar de presente aos meus netinhos. Como abelha operária, adejei de flor em flor no jardim cultivado e artístico dos historiógrafos para trazer dos nectários o mel substancial, com que se há de nutrir o amor cívico da posteridade paraibana. (VIEIRA, 1995, prefácio).

Perante esse posicionamento, nota-se que a escritora se coloca, antes de qualquer outra coisa, como uma mulher voltada para a família, já que ela assume a posição de avó, preocupada em deixar algo de valor – não um valor material, mas sim histórico – para os netos. Isso nos elucidava o seu posicionamento conservador, frente às questões da mulher. Ao colocar-se como abelha operária, surgem duas possibilidades de leitura: o destaque para a importância do trabalho da mulher, mas, ao mesmo tempo, o respeito à questão hierárquica, já que ela se apresenta como operária e não rainha. E, ao final, a autora demonstra a sua preocupação quanto à Paraíba, comprometendo-se em deixar, para as gerações futuras, algo que contribuísse para o civismo. Então, é pertinente considerar que, para ela, é fundamental a compreensão da história do lugar e isso só seria possível por meio do estudo sistematizado, razão maior de sua luta e de seu trabalho.

Diante dos fatos mencionados, percebemos uma mudança na realidade feminina. A mulher começa a ocupar um novo espaço no mundo da comunicação, assinalando presenças, começando uma nova história e uma nova predisposição do ser feminino, por meio da participação do universo da escrita, adentrando o espaço jornalístico, escrevendo em coluna de jornal e revista.

Conforme escreve Michelle Perrot (1998), em tempo dominado pelos homens, as mulheres alcançaram espaço “primeiro pela correspondência, depois pela literatura e, por fim, pela imprensa” (PERROT, 1998, p. 59). Dessa maneira, por meio do exercício dos diários íntimos, das correspondências, dos bordados de rendas, foi tecendo e bordando palavras, recriando a si mesma e permitindo a recriação de outras tantas mulheres, reinventando ideias e criando novos rendados históricos, aspirando à emancipação.

Outra preocupação constante da professora Eudésia Vieira relacionava-se com a saúde da mulher, numa época em que o pudor predominava e o corpo feminino não podia ser tocado, nem pelo médico, em nenhum tipo de consulta. Havia, nessa época, uma grande resistência, não só da paciente, mas também da família, que não permitia certos tipos de contato, como por exemplo, o toque nas gestantes. Muitas mulheres tinham o auxílio recebido só na hora do parto, pelas parteiras. Perrot (2005) pondera que, para a sociedade, o pudor é símbolo da virtude, o silêncio, sua honra, a ponto de se tornar uma segunda natureza. A impossibilidade de falar de si mesmo acaba por abolir o seu próprio ser, ou ao menos, o que se pode saber dele.

Diante desse quadro de discriminação com o corpo feminino e de brusca ignorância com as doenças da mulher, Eudésia Vieira decidiu enfrentar as dificuldades e os riscos e ir estudar medicina no estado de Pernambuco, mesmo sem a autorização do esposo e da família. Ela, afrontando todos os empecilhos e preocupações da época, com determinação, matriculou-se e obteve êxito nos estudos da Faculdade.

Assim sendo, em 21 de dezembro de 1934, Eudésia Vieira é conluente da turma de medicina e recebe o diploma de doutora em ciências médicas e cirúrgicas, Preocupada em cuidar das doenças femininas, aparelhou um consultório para atender como ginecologista, focando em oferecer a maior atenção e orientação às mulheres grávidas, com o intuito de prepará-las para o parto, desde a fase do pré-natal.<sup>23</sup>

Todo esse caminho percorrido pela nossa pesquisa até aqui, leva-nos a perceber que a mulher vem, há muito tempo, engajada na batalha por direitos iguais e melhores condições de vida. Daí a grande importância de registrar a história dessas mulheres que,

---

<sup>23</sup> O consultório médico de Eudésia Vieira era localizado na Rua General Osório, nº120, João Pessoa – Paraíba, mas o prédio não existe mais no local.

como Eudésia, enfrentaram, mesmo que forma isolada, a sociedade em que viviam, levantando bandeiras, provocando mudanças de atitudes ou lançando mão da caneta para se fazer ouvir, para extravasar o seu descontentamento com a condição de subordinada que lhe era atribuída.

### 3.3 A PRESENÇA DA MULHER NA IMPRENSA PARAIBANA

Nos anos 1920, na Paraíba e em alguns Estados do Brasil, a sociedade demonstrava preocupação com os novos hábitos, que provocavam transformações nas áreas política, econômica e social. Conseqüentemente, essas mudanças repercutiam também nos setores culturais e literários do Estado e do país.

Neste ponto deste capítulo, relataremos a trajetória de mulheres que contribuíram com a presença marcante na imprensa paraibana. É na década de 1920 a 1930 que se começa a abrir mais espaço para a mulher se preparar para uma profissão, conforme discutimos no item anterior. Diante do quadro de trabalho que algumas mulheres já desempenhavam, como professoras, preceptoras, governantas, entre outros. Diante desse novo quadro social, José Octávio destaca:

A agitação cultural dos anos Vinte expressava ascensão de classe média que não viria a destruir o patriarcalismo oligarca. Antes se comporia com ele. Em outras palavras, a pequena burguesia de vivências urbanas não era revolucionária, mas reformista e quando muito, radical. (OCTÁVIO, 2000, p. 170).

Com a melhoria da imprensa escrita, na Paraíba, nesse período, o jornal foi aumentando mais a circulação. Assim, os redatores dos jornais *A União* e *O Norte* precisavam de uma ajuda qualificada para as correções dos textos, antes deles serem editados. Então, as professoras paraibanas faziam esse trabalho, mas ficavam no anonimato. Os redatores perceberam que as educadoras escreviam muito bem e começaram a pedir que elas escrevessem textos para o jornal, usando o recurso do pseudônimo.

A partir dessa época surgia, vinculada ao jornal *A União*, a revista *Era Nova*, que já copiava o modelo padrão de um *magazine*, com todas as páginas direcionadas a

assuntos do universo feminino. Na secção de culinária e moda, a direção convidava as professoras para escreverem os textos referentes ao tema. Assim, a revista passou a ter uma boa circulação entre o público feminino. Em decorrência disso, algumas professoras passaram a ser escritoras, corrigindo e depois escrevendo para a revista.

Entre elas estão Eudésia Viera e Anayde Beiriz e muitas outras paraibanas que deixaram suas marcas nessa revista. Nesse período, estavam bem acirradas as manifestações das mulheres pelo Brasil afora. Na Paraíba não era diferente e, a cada exemplar da revista, uma matéria escrita por uma mulher educadora de classe media vinha a público. Aos poucos, essas mulheres, mesmo que escondidas por trás de um pseudônimo, iam ganhando voz. Dos prelos do jornal *A União* surgiu, então, a revista *Era Nova*, “revista de excelente feição gráfica e editorial”. (OCTÁVIO, 2000, p.169).

De tal modo, as paraibanas começaram a conseguir espaço na imprensa, embora num ritmo lento e voltado para as questões da culinária e da moda. Mesmo assim, o direito de expressão na escrita foi adquirido por algumas paraibanas. Aproveitando o momento de questionamento em que algumas mulheres faziam objeção às relações de poder, pediam formalmente uma transformação de códigos e leis e interrogavam sobre o acesso à cidadania, pleiteando a valorização da autonomia, de poder andar sozinha, como afirma Nunes (2013). Para esta autora, a dependência feminina era um fato comum e, mesmo instruídas, as mulheres tinham de depender dos homens para cuidar e negociar seus bens ou lutar por eles quando relacionados. Segundo ainda a autora, mesmo tendo uma posição econômica favorável, a mulher estava amarrada à figura masculina para administrar os bens.

A sociedade demonstrava preocupação com os novos rumos para onde caminhavam os assuntos feministas, principalmente na questão de sair à rua desacompanhada. As mulheres, nesse momento, começam a conquistar esse direito de saírem sozinhas para os lugares públicos.

De acordo com José Joffily (1980, p.36), a professora Anayde Beiriz foi uma das primeiras mulheres paraibanas a andar sozinha em lugares públicos e a participar de reuniões entre os homens. Essa ação da professora causava incômodo na elite retrógrada local. A busca pela liberdade se espalhava no Estado paraibano, até mesmo na cidade de Cajazeiras, a 340 km de distância da capital, onde um grupo de professoras criou uma

revista com o nome *Flor de Liz*, com toda a equipe composta exclusivamente por mulheres.

Percebemos que a imprensa paraibana era representada pelo Jornal *A União* e pela revista *Era Nova* e *Flor de Liz*. Tais publicações foram de grande ajuda, pois abriram espaço para as mulheres escreverem e se inscreverem na mídia, aproveitando para registrar nesses espaços a busca pela liberdade de expressão e pela cidadania. Isso sinaliza o quanto as mulheres foram e são colaboradoras na formação de ideias e ideais, em relação ao universo feminino. Aproveitando o espaço da revista e do jornal, as pioneiras da escrita reivindicavam a educação feminina e sinalizavam a luta pela emancipação política.

Embora bem devagar, as escritoras paraibanas foram enfrentando as dificuldades e os preconceitos, até conseguirem ocupar um lugar nas páginas da imprensa e, conseqüentemente, nas páginas da história da Paraíba. A historiadora paraibana Alômia Abrantes da Silva (2000) relata que a questão mais presente na imprensa dessa época eram “as discussões sobre a educação e profissionalização das mulheres.” (p.31)

Os jornais, embora tivessem ocupado um importante lugar na luta feminina/feminista, deixavam transparecer uma dupla expressão: ora davam suporte à luta das mulheres por direitos e igualdade, ora se tornavam taxativos na questão da presença feminina nos espaços públicos. A transmissão de informações nos jornais e revistas paraibanos era muito conservadora e tinha o empenho de persistir na divulgação do feminismo bem comportado, sendo que nem mesmo a moda que vinha influenciando as mulheres podia alterar os valores sociais e familiares existentes na Paraíba. Para tanto, a imprensa local combatia a moda e publicava artigos nos quais deixava bem claro que a mulher paraibana devia se precaver desse novo estilo de se vestir, e apresentava a falta de decência e a imoralidade nos novos modelos.

Nesse contexto, a professora e escritora Eudésia Vieira surge como uma mulher que era muito bem vista na imprensa local, pois tinha uma posição diferenciada das feministas mais radicais. Ela defendia que a mulher devia continuar sendo uma dona do lar, boa mãe e esposa, afirmando que a luta deveria ser pela liberdade de decidirem sobre si mesmas, de terem o direito de trabalhar fora de casa, sair sozinha na rua, ser um indivíduo livre e autônomo.

Segundo Silva (2008), Eudésia Vieira não partilhava da mesma opinião das demais mulheres engajadas no feminismo, que queriam mudar o que foi terminado pela sociedade sobre o papel da mulher, nem tão pouco o de querer ocupar o espaço público reservado aos homens. No entender dela, seria uma bobagem a mulher querer ocupar lugares na política e cargos escolhidos só para homens, como foi citado pela pesquisadora Nunes como sendo “assuntos de homens”.

Por esse motivo, um artigo publicado por Eudésia Vieira na Revista *Era Nova* causou muita polêmica, incomodando o grupo feminista da época, ao expor a figura da sufragista como uma mulher revoltada, um ser digno de clemência, visto que, não tendo conseguido se casar e nem arranjado uma companhia masculina, passa a ser considerada como sendo uma mulher infeliz, só lhe restando envolver-se na luta pelo direito ao voto! (NUNES, 2006, p.123). Portanto, fica evidente que Vieira era contra qualquer participação da mulher em assuntos que ela considerava exclusivos para o homem.

Esse posicionamento aparece em várias atitudes de Eudésia, inclusive na forma como ela escrevia e o que ela selecionava para colocar em seus livros didáticos, como destacamos a seguir, em trecho que ela fala sobre os indígenas brasileiros: “Para as crianças do sexo feminino eram preferidos os nomes de flores, das frutas e dos pássaros. As crianças do sexo masculino tomavam o nome das madeiras rijas e dos animais ferozes.” (VIEIRA, 1955, p. 23).

Ao destacar essa forma de nomear as crianças, surge, nas entrelinhas do seu discurso, a constatação de que aquilo que é delicado, singelo, suave, cabe ao universo feminino, já o que é agressivo, forte, rijo, restringe-se à natureza masculina. Ela poderia ter optado por fazer qualquer outro recorte sobre os indígenas, mas o seu posicionamento diante da relação homem – mulher conduziu a sua escolha. De forma alguma isso desmerece a importância do trabalho dela, naquele contexto específico. O que queremos aqui é comprovar a adesão dela pela ala conservadora da luta feminina.

Quanto ao espaço na imprensa, para as mulheres, esse foi um processo gradativo. Primeiro, acreditava-se que a mulher não se interessaria por qualquer assunto jornalístico. Conforme afirma Perrot (2008), a imprensa já conseguia ter a atenção das mulheres pelos artigos nos jornais sobre modas. Ou seja, é nítida a visão de que a “moda” é um assunto para mulher, não para homens.

Na França, desde o século XVIII, que apareciam nos jornais franceses matérias direcionadas à moda, tanto que, no começo do século XX, os amplos jornais em circulação ofereciam uma revista voltada para os assuntos considerados exclusivos para o sexo feminino, como a moda, porque consideravam que outros assuntos não eram lidos pelas mulheres. No Brasil não foi diferente, a imprensa estava sempre anunciando artigos registrados por escritores e escritoras com matéria exclusivas, nas revistas femininas, mas sempre com essa preocupação de abordar assuntos considerados pertinentes ao universo feminino.

Ao averiguarmos a maneira como a imprensa via as mulheres, dentro do contexto histórico analisado, constatamos ser possível entender que houve a constituição, pelo viés do discurso feminino, de novos paradigmas a serem disseminados no meio social. Ironicamente, esses novos modelos vinham acompanhando o teor típico da época, pautado pelo conservadorismo, fazendo com que as representações que pululavam os jornais serviam para avigorar a ideia de mãe zelosa e de esposa prendada e “do lar”.

Conforme pondera Brito (2006), em sua pesquisa de Mestrado, há no espaço da imprensa escrita toda a simbologia advinda das representações sócio-coletivas. Assim, a imprensa se torna um veículo de posicionamentos ideológicos, abalizado na experiência de mundo. Partindo dessa premissa, torna-se pertinente o entendimento de que a imprensa feminina se constitui em um importante espaço discursivo, dotado de alocações diferenciadas sobre o modo como as mulheres atuam, no núcleo da sociedade. De acordo com esse mesmo autor, por meio do discurso colhido nessa imprensa, é possível descobrir e compreender as representações femininas e as questões de gênero, presentes nas entrelinhas de cada publicação.

Anayde, sendo uma admiradora das letras e com dom de expressar a poesia, contribuiu para a mudança de postura da mulher, bem como a mudança de visão da sociedade sobre as mulheres, como procuraremos demonstrar. Facilitando a abertura para publicações femininas na imprensa local, passou a interceder, publicamente, pela emancipação feminina, publicando contos e poemas. Talvez isso pareça contraditório, já que constatamos, anteriormente, o posicionamento dela como conservadora. Entretanto, mesmo defendendo o papel de mãe, de esposa e de recato social, Anayde inovou por lutar pelo direito das mulheres à educação, à saúde de qualidade, tendo domínio sobre o próprio corpo.

Assim, essas mulheres, aos poucos, começaram a fazer parte dos jornais e das revistas, numa época em que o espaço que a comunidade reservava à mulher era apenas o domínio do espaço privado, ou seja, o espaço do lar. Compreendemos que a imprensa tornou-se um meio de comunicação inovador, tornando-se um dos instrumentos por meio do qual as mulheres puderam ultrapassar as barreiras do seu recinto, atuando em um território predominantemente masculino.

Os textos jornalísticos e os movimentos culturais, educacionais e comportamentais provocavam novos questionamentos nas leitoras, levando-as a querer conquistar novos espaços. Isso levou tais mulheres a alcançarem novas conquistas, ocupando posições de destaque no âmbito da educação e da comunicação, como escritoras, jornalista e redatoras. Como escreve Perrot:

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história” (PERROT, 1988, p. 48).

Assim sendo, aos poucos, vemos emergir na nova sociedade brasileira – e, conseqüentemente, na nova sociedade paraibana – o delinear de uma nova história. Mesmo impulsionada por uma escritora com posturas conservadoras, como é o caso de Eudésia Vieira, o movimento feminista vai ganhando força e traçando um caminho, ainda tímido, mas que tem muito a contribuir para as conquistas futuras.

É possível admitir que, em um contexto em que se discute “movimento feminista”, falar de conservadorismo gera certa estranheza. Parece ser, em princípio, um comportamento que segue na contramão da luta feminina/feminista. Contudo, nosso intuito nesta pesquisa é trazer à tona os caminhos que foram abertos pelo trabalho de Eudésia Vieira que, embora conservadora, conseguiu romper com vários estereótipos femininos da época, principalmente por conseguir avançar nos estudos, não ficando no restrito espaço da formação de professora e de “prezadas do lar”. As conquistas das mulheres não surgiram da noite para o dia. Houve uma progressão lenta e constante, como nos aponta Michelle Perrot (2007):

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas e culturais. (PERROT, 2005, p. 15-16).

Nesse sentido, as ações de Eudésia Vieira representam esse impulso inicial, capaz de fertilizar os desejos das demais mulheres da época, impulsionando-as a buscar seus direitos e a ampliar seus horizontes. Mais uma vez, remetemo-nos à metáfora do galo que lança seu grito isolado e sem força, mas que consegue impelir outros galos para que também o façam.

No próximo capítulo, traçaremos uma análise acerca das contribuições de outra mulher, também escolhida para o *corpus* desta pesquisa – Anayde Beiriz – nessa mesma luta.

## CAPÍTULO IV- ANAYDE BEIRIZ, UMA MULHER À FRENTE DO SEU TEMPO

### 4.1 ANAYDE BEIRIZ – PARA SEU TEMPO, UMA MULHER EMANCIPADA.

*“Nasci  
Nasceu  
Cresceu  
Namorou  
Noivou  
Casou Noite nupcial  
As telhas viram tudo  
Se as moças fossem telhas não se casariam...”  
(ANAYDE BEIRIZ in: JOFFILY,1980, p. 12)*

De acordo com José Joffily (1980), Anayde Beiriz foi, sem sombra de dúvidas, uma mulher fascinante. Movida pela liberdade, sem medo de enfrentar o conservadorismo da época, essa importante personagem foi uma professora, escritora e poetisa paraibana. Tem seu nome ligado à História da Paraíba, devido à tragédia que contribuiu para a Revolução de 1930, por ser a namorada do advogado e jornalista João Duarte Dantas, com quem estava em um relacionamento amoroso, como já relatamos em capítulos anteriores.

Vale lembrar que, na Paraíba, como em todo o Brasil, em meados dos anos vinte, algumas mudanças nos domínios da política foram manifestadas, tanto no campo econômico quanto no social. Nesse tempo, nada era fácil para as mulheres. Mas algumas conquistas que foram conseguidas. Encontramos em Anayde Beiriz importantes contribuições que mudaram consideravelmente o comportamento das mulheres do seu tempo, provocando mudanças significativas no olhar da sociedade sobre elas, bem como no olhar das mulheres para a sociedade.

Conforme abordamos no capítulo anterior, um dos meios que mais contribuiu para essas mudanças foi, sem dúvida, a imprensa escrita. Essa ferramenta passa a ser considerada não só sinônimo de progresso, como também uma forte arma contra o sistema patriarcal existente no Brasil, sistema este que era muito forte na Paraíba. Sendo a escrita um espaço privilegiado, a imprensa vai oferecendo às mulheres um lugar para

que possam expressar a luta pela cidadania, causando assim uma quebra de barreira entre o privado e o público, facilitando o caminho de criarem suas histórias, que surgem a partir da vida de cada uma, em busca de se libertar das exclusões da vida literária e cultural. Dessa maneira, os jornais e revistas locais foram abrindo novos horizontes para o meio feminino.

Diante dessa realidade, algumas mulheres foram tecendo e bordando os seus espaços na imprensa paraibana, por meio de matérias jornalísticas que não só apresentavam as questões específicas de educação feminina, como também traziam um caminho para a emancipação das mulheres. Dentro desse novo rumo, os meios de comunicação se expandiam com a participação dinâmica das mulheres e os donos de jornais, por sua vez, entenderam a necessidade dessa participação feminina.

Ao investigar sobre as mulheres do início do século XX, a biografia de Anayde da Costa Beiriz nos chamou a atenção. Nascida em 1905, na capital da Paraíba, foi uma mulher que deixou sua coparticipação na mudança de comportamento das mulheres paraibanas da década de 1920, com o seu estilo moderno. Anayde Beiriz horrorizou a elite retrógrada paraibana da época, com suas atitudes vanguardistas. Integrou os grupos de intelectuais masculinos e espalhou a ideia da liberdade e da independência feminina. Anayde Beiriz, nascida e criada na capital paraibana, viveu sua juventude em plena “*belle-époque*”, em meados dos anos de 1920. Arremessou-se na vida social e intelectual de forma bem expressiva.

Anayde chamava a atenção por vários motivos e um deles era a beleza, vinda de uma miscigenação entre branco e preto. Ela era sempre pioneira nos novos modelos da moda, usando roupas extravagantes, cabelo curto, lábios pintados de batom vermelho e andando sozinha. Além disso, lançou-se como uma mulher livre para as tradições de seu tempo, ao expandir sua sensibilidade poética por meio de uma linguagem inovadora e ousada, conforme mostraremos adiante, nas análises dos poemas por ela escritos.

Numa época em que as mulheres de “decência” não podiam sair às ruas, Anayde foi uma mulher que não se sujeitava às regras sociais. Encarou os preconceitos na provinciana cidade paraibana e, para a sociedade, aos poucos, ela se tornou alvo de inquietação. Até mesmo por alguns colegas do meio literário, a escritora Anayde sofria preconceito, não só por ser uma mulher de ideias avançadas, como também por ser mestiça. Ela percebia a existência da discriminação dupla: pelo sexo e pela cor da pele.

Marcus Aranha (2005) destaca, em sua pesquisa, uma fala de Anayde que representa bem essa questão: “Eu possuo essa impetuosidade despreocupada e desinteressada dessa raça mestiça de que descende minha família paterna, também possuo, num grau tão alto como ninguém talvez possua, a altivez e o orgulho dessa raça de sertanejos a que pertence a minha mãe [... ]” (p.96).

Para Aranha, nessa fala, Anayde demonstra a coragem de se expressar diante do mundo preconceituoso que a rodeava. Corajosa, começava a defender sua miscigenação diante da aristocracia rural da Paraíba e de Pernambuco. Segundo Joffily: “Anayde Beiriz, com o diploma na mão de professora, foi uma das primeiras mulheres a andar desacompanhada nas ruas, usando o cabelo curto à *La garçonne* e abandonar saias que se arrastavam pelo chão – símbolo da subordinação feminina.” (JOFFILY, 1980, p.36).

O mesmo autor também destaca que Anayde era de família pobre. O pai era tipógrafo do jornal *A União* e a mãe era dona de casa. Ela nasceu em 18 de fevereiro de 1905, na atual cidade de João Pessoa. Seus pais conseguiram colocar a filha para aprender na escola estadual, onde só estudavam as moças de classe média da sociedade paraibana.

Durante os estudos, destacou-se entre as colegas, pois tinha clareza no falar e desenvoltura para proclamar os seus pensamentos. Nas atividades da escola, era sempre indicada para participar, assim como nos festejos do final do ano, para recitar poesias para todos. Em peças teatrais, sempre tinha um papel de destaque. Terminou o curso de magistério aos dezessete anos de idade, preparada para lecionar.

Lutou para conseguir uma vaga de professora primária na capital, mas foi discriminada logo cedo pela própria escola em que estudara. Essa escola que não permitiu a presença de Anayde como professora, por ser conceituada como uma mulher avançada, com ideias de liberdade e de emancipação feminina. Assim, ela foi convocada para lecionar em uma escola na colônia de pescadores, em Cabedelo, a 16 km da capital João Pessoa, onde ela passou a trabalhar em dois turnos. Durante o dia, educava as crianças e, à noite, alfabetizava os jovens e adultos da vila de pescadores.

Sendo ela uma professora admirada pelos alunos, já revolucionava na didática de lecionar com carinho e zelo a cada um, com aulas dinâmicas e com a participação de todos, conforme demonstram alguns registros que ficaram no local onde lecionara.

Manifestava grande interesse pela aprendizagem da turma e, além de ensinar, recitava poesias para os alunos e os incentivava a falar de sentimentos. Anayde enfrentou, dessa forma, o desafio de ensinar longe de sua casa e passou a morar com uma tia, na localidade onde se entregou integralmente ao exercício da profissão de educadora.

Embora fosse uma época em que as mulheres não podiam sequer pensar em votar, ela já expressava que a mulher e o homem deveriam ter os mesmos direitos políticos. Para alguns autores, ela era uma mulher com atitudes modernas. Consequentemente, passou a ser conceituada como uma ameaça à moral e aos bons costumes da sociedade retrógrada da época, devido aos seus textos de linguagem atrevida e livre, assim como pelo seu comportamento, como um todo. Além de frequentar as festas à noite e sair sozinha, indo a certos locais, em horários em que a maior participação era masculina, ela deixava bem claro o que pensava sobre o sexo feminino. Joffily evidencia a seguinte fala dela:

Que mal pode fazer a mulher ao homem? Elevemos a mulher ao eleitorado, é mais discreta que o homem, mais zelosa, mais desinteressada. Em vez de a conservarmos nesta injúria menoridade convidemo-la a colaborar com o homem na oficina política. Que perigo pode vir dela? (JOFFILY, 1980, p.43).

Uma mulher de mente brilhante que questionava a sujeição em que a mulher se encontrava e todas as formas de opressão e preconceitos. Dona de uma beleza rara, os olhos negros, um corpo esbelto que chamava atenção de todos. Em 1925, o jornal *Correio da Manhã* promoveu um concurso para escolher a mais bela jovem paraibana da época e Anayde foi a escolhida. Sempre procurando prosperar mais e mais, no ano de 1927, fez o curso de datilografia, sendo ela uma das primeiras mulheres a concluir o curso na Escola Rimington, estudando na primeira turma mista da prestigiada Escola. Além de professora, destacou-se como poetisa, tendo escrito nas Revistas *Era Nova* e *Ilustrada*. No Recife – PE, Anayde publicou poemas e prosa no jornal *Pilhéria* – e na revista de mesmo nome – e ainda no *Jornal do Recife* e na *Revista da Cidade*.

A fim de compreender essa poética, destacamos a seguir um trecho do poema “*O amor perdoa*”, publicado por Anayde na *Revista da Cidade*:

*O Amor Perdoa*

Tinha uma boca que sorria sem alegria e uns olhos que choravam sem lágrimas...

Loira como uma partícula de sol.

Chamava-se: - um nome pequenino como ela mesma - Nelly.

Viera de longe, lá das terras das montanhas geladas, dos lagos cristalizados, dos países nevoentos onde não há claridade de sol.

Tinha, por isto, a cor da neve que vestia o cume das montanhas da sua terra.

Conheci-a, de lá. Apresentou-me o amante, o romancista Jean Martin, por quem a sabia apaixonada.

– Encheu-me a vida de encantamento e o coração de amor – disse-me ele, alegre, um sorriso comovido no rosto simpático.

Foi isto há dois anos, quase. De então, não mais ouviu falar nela.

(...) (BEIRIZ, Anayde, in: Revista da *Cidade*, 1928).

Nesse poema narrativo, Anayde escreve em forma de diálogo, numa linguagem fluida e moderna. Nesse trecho do poema, as ideias da autora, consideradas “avançadas”, evidenciam-se no momento em que ela apresenta uma mulher – Nelly – acompanhada de um “amante”. Isso rompe com os padrões morais da época, mas, mesmo assim, com esse poema, Anayde foi bastante elogiada pelos intelectuais pernambucanos. Ela publicou outro poema nessa mesma revista – *Meu Boneco de Natal* – igualmente elogiado pela crítica local.

Anayde apresenta, no poema, uma figura feminina que vem de fora, de outro país. Ao fazê-lo, evoca toda a modernidade que já era efervescente nos países europeus, principalmente no que se refere às mulheres. E, ao fazer o jogo antitético entre o sol daqui e a neve de lá, é como se autora percebesse que, para lidar com as reivindicações femininas não era possível usar um discurso acalorado, mas seria necessária certa frieza, a fim de não se deixar levar pelas emoções, até então atribuídas ao universo feminino.

Graças a publicações como a que expusemos anteriormente, Anayde foi apontada como a primeira mulher paraibana na imprensa alternativa, encaixando-se no movimento modernista. Ela escreveu em seu diário o trecho já apresentado nesta pesquisa, no qual afirmava: “Eu escrevo para criar um mundo no qual possa viver. Procuo criar um mundo como se cria um determinado clima, uma atmosfera onde eu pudesse respirar. Devemos conquistar nossa força e edificar nossos valores com base no desenvolvimento pessoal e na descoberta de nós mesmos”. (BEIRIZ, citada por ARANHA, 2005).

Joffily (1980) considera que a luta de Anayde era “contra as desigualdades sociais, as injustiças e a discriminação da mulher [...]”. Lírica, com uma reflexão criadora, deixava-se evadir nos poemas. Para esse autor, ela recitava com a alma:

Usando os meios de comunicação para falar da autonomia feminina, escrevia em apoio ao livre arbítrio da mulher. Para Anyde, redigir era como o ar que se respira. Conforme Joffily (1980), o escrever para ela era uma necessidade humana, como a própria revela no seguinte trecho: “Se você não respira quando escreve, não grita, não canta, então sua literatura será limitada. Quando não escrevo, meu universo se reduz, sinto-me numa prisão. Perco minha chama, minhas cores. Escrever para mim é uma necessidade.”(BEIRIZ, in: JOFFILY, 1980, p. 32).

Conforme aponta Teles (2003), as mulheres foram as grandes responsáveis pela solidificação da autonomia feminina, por meio da luta pela aquisição do direito ao voto, como também pelo direito à educação e aprovação do trabalho feminino, principalmente em setores considerados restritos aos homens. Essa luta cosmopolita refletia na cidade paraibana, gerando a indignação daqueles que se agarravam ao passado, mas, por outro lado, gerava o anseio de quem aspirava à modernidade.

Enfim, algumas vitórias vieram para as mulheres, mas ainda existia a insatisfação social, contra a hipocrisia dominante. Desabrochava-se, aos poucos, o querer de um mundo novo, formando uma nova consciência para uma nova mulher. Nesse contexto, o entusiasmo da modernidade reinava entre as feministas, que desejava abandonar o lugar do privado para conseguir novos espaços para a realização da emancipação feminina.

#### 4.2 TECENDO E BORDANDO NO MUNDO LITERÁRIO

Baseado no que foi pesquisado, é pertinente afirmar que Anayde destaca-se como sendo uma mulher independente, audaciosa e guerreira que, graças às suas atitudes, colocou-se à frente de sua época. Ela lutava pelo direito de expressão, inovando e trazendo à tona uma visão moderna. Foi discriminada, incompreendida, perseguida, difamada, mas também foi amada pelos colegas intelectuais. Viveu sob uma

pressão de extremo prejulgamento, dentro da sociedade Paraibana do século XX, sem se deixar abater.

Anayde não se prendeu à convenção moralista, sendo muito estudiosa, amante da leitura, recebeu algumas influências dos modernistas do Sul e de outros países. Atenta à leitura, principalmente de algumas autoras francesas – como Emma Goldman e outras – foi sendo influenciada pelas ideias feminista vindas da França, nos anos 1920, em que a luta pela liberdade e igualdade era muito forte. Ela, uma professora, escritora e poetisa, que frequentava os ambientes literários e os saraus poéticos com opinião própria, afrontava a sociedade “medieval” paraibana com sua ousadia, sendo uma pessoa notável, forte e decidida para uma mulher do início do século XX. (PIMENTEL, 2002).

Indo mais à frente do seu tempo, Anayde Beiriz, com 22 anos de idade, viveu um romance em que deixou florir e divulgar o amor. Na época, a mulher não podia expor o seu verdadeiro sentimento e desejos carnaís pelo homem. Os versos de amor que Anayde escrevia ocasionavam impactos entre os colegas intelectuais e chocava a sociedade. Isso pode ser percebido nos versos a seguir:

*Volúpia do Vento*

Oh meu prazer!

Sentir-se, penetrar-te

Em toda hora, em toda parte

Gozar teu ser

Ser por ti absorvida,

Encher com minha vida a tua vida. (BEIRIZ, in: JOFFILY, 1983, p.30).

Ao usar palavras como “prazer”, “penetrar”, “volúpia”, “gozar”, a autora evidenciava um terreno considerado impróprio, principalmente para as mulheres. Devido a esse vocabulário e algumas temáticas utilizadas por ela, seus poemas eram considerados imorais ou até mesmo pornográficos para a época.

Outra análise que o poema nos permite é uma nítida inversão de papéis. Nele, o ato de “penetrar” é do eu lírico feminino que, ao fazê-lo, permite ser absorvido pelo

masculino. É a vida da mulher que preenche a do homem – “encher com minha vida a tua vida.” – e não o contrário. Nota-se um eu lírico feminino seguro de suas vontades e desejos, pronto para satisfazê-los “em toda hora, em toda parte”.

Também é pertinente notar que se trata de uma relação pelo prazer e não de submissão ou de um mecanismo sexual meramente realizado para garantir a reprodução. Há, na forma como os versos são construídos, uma exaltação ao sexo livre, carnal, libidinoso. Assim, ela era vista com advertência por causa das ideias progressistas em relação à mulher que defendia. “Além de censurada pelas colegas, a professora passou a ser detestada pelas esposas e depois seria execrada por toda gente... (JOFFILY, 1983).

Por essa postura incomum, a professora teve poucas amigas. Um colega intelectual indagou Anayde, perguntando-lhe “o que mais ataca seus nervos?” e ela respondeu: “a presunção descabida e intolerável de certos literatos de água doce”. (JOFFILY, 1983). Essa resposta vem reafirmar o que apontamos anteriormente. De fato, mesmo no meio literário, ela se sentia hostilizada e sofria preconceitos.

A sociedade da época estava ainda muito ligada aos padrões machistas, carregando consigo ideias advindas do período colonial, encontrando-se dividida entre escravos e latifundiários. Essa sociedade paraibana estava ligada ao contexto de concentração de renda nas mãos de poucos, o que fazia com que uma parte da população vivesse uma realidade degradante.

Essa mesma sociedade era inimiga do trabalho fora do lar para a mulher e também não aceitava direitos iguais entre os sexos, em diversos seguimentos sociais. O que restava para a mulher, portanto, era a costura, os bordados e outros serviços domésticos. Quando era de família rica, podia estudar o magistério para ser professora primária, conforme expusemos no capítulo anterior.

Nessa época, na Paraíba, não existia nenhuma faculdade. Apenas em 1934 é que é inaugurado o primeiro *campus* universitário da Paraíba, com sede em João Pessoa. A sociedade era regida pela ignorância cultural e baseada nos dogmas da Igreja Católica, que se preocupava em resguardar a honra e a moral da família paraibana.

É importante explicar que a história de vida de Anayde Beiriz está ligada à submissão em que as mulheres viviam no início do século XX. Ela é, no entanto, uma mulher que não foi capaz de suportar viver unicamente reservada para o lar, com a

responsabilidade delimitada à formação moral da família e aos ensinamentos dos filhos, dentro das normas religiosas. Dona de ideias diferentes sobre a mulher e com visão inovadora, ela contesta, corajosamente, toda a sociedade tradicional e machista da cidade de João Pessoa.

Anayde foi, pouco a pouco, costurando sua posição entre os intelectuais da época, tecendo suas convicções vanguardistas às quais se alinhava. Quanto aos seus escritos, criava textos dotados de versos ardentes e livres, nos quais demonstrava almejar a liberdade de expressão para a mulher revelar o que sentia. Ela escrevia com uma reflexão real, expressando o desejo de um mundo melhor para todos.

Torna-se pertinente, a partir dessas reflexões, afirmar que Anayde escrevia para evidenciar a discriminação que sentia por ser mulher. Discriminação essa que ela via não só em si mesma, mas em todas as mulheres da época. Sonhava, pois, com a liberdade, com a emancipação feminina, com um mundo novo. Percebemos o quanto ela sofria pelo moralismo existente na época. A luta dela se encaminha, então, para as questões femininas, igualitárias e contra as disparidades entre as classes. Pelo desvelamento de si mesma ela quer mostrar a coragem que cada um possui para mudar o sistema patriarcal e opressor da época.

Em meados dos anos 1920 e início dos anos 30, a Europa quer ver ressurgir a “volta da mulher ao lar” (JOFFILY, 1983) como também a delimitação do trabalho feminino e o modo de se vestir. Quando essa notícia chegou ao grupo intelectual paraibano, Anayde foi a primeira a levantar a bandeira contrária ao que ela considerava como sendo uma estupidez e um ato de retrocesso. Como professora, ela tinha o maior cuidado para não se envolver em questões político-partidárias, a essas questões ela respondia com o silêncio ou com seus artigos e demais textos em verso e prosa.

Nessa perspectiva, Anayde da Costa Beiriz é conceituada como a figura da mulher paraibana que se entregou de fato à questão feminina, sem nunca ter participado de movimento algum. Como admiradora dos artistas da Semana de Arte Moderna de 1922, alcançou um importante espaço no universo literário, por seu próprio mérito e ousadia. Enfrentou a hegemonia masculina de igual para igual, tendo sido influenciada pelos artigos e livros de Nísia Floresta, uma feminista que lutou pelos direitos e pela educação feminina. Anayde usou a influência adquirida na imprensa escrita, através dos

seus artigos, e se sentia na obrigação de propagar às mulheres o questionamento dos seus horizontes e quanto ao seu papel social.

#### 4.3 ANAYDE E JOÃO DANTAS: AMOR E CONFLITOS

Em Meados dos anos de 1930, o Brasil e, concomitantemente, a Paraíba estavam vivendo um período de total mudança. Houve, nesse período, algumas reviravoltas importantes, tanto na política como também no campo intelectual e nas questões da sexualidade humana. Em virtude das mudanças, os brasileiros apreendem o processo de modificação da mentalidade sexual que, embora vagaroso e ainda tímido, assustava por ser um assunto mesclado de muitos tabus. Trata-se de um período frágil, especialmente para as cidades mais retrógradas como era a capital João Pessoa da época, que vivia um momento de muita tensão na política, encaminhando-se para um novo sistema político eleitoral.

A Paraíba, como o país, também se encontrava politicamente dividida. A política estadual era pleiteada por dois partidos, pela Aliança Liberal de João Pessoa – que estava com o governo – e pela oposição do Partido Republicano, liderado pelo “Coronel” Zé Pereira, que governava no sertão. Nesse contexto revolucionário destaca-se Anayde Beiriz, mulher de presença forte, audaciosa, que recebeu o apelido de mulher-macho, por ter uma postura lutadora e de princípios firmemente estabelecidos, o que era, até então, incomum para uma mulher.

Conforme aponta Aguiar (2005), o cenário era de conflito revolucionário. Uma “simples” professora, poetisa, uma mente brilhante e inquieta, vivia outro modelo de revolução. A luta dela era bem diferente das questões políticas dos homens: ela só queria a liberdade de amar. Trazia uma grande inquietação contra o sistema patriarcal em que vivia, o qual ia aniquilando aos poucos o movimento intelectual paraibano. A questão relevante para a poetisa era apresentar seu pensamento de independência, e poder escolher o caminho para sua própria vida. Todavia, as atitudes dela, a maneira como ela escrevia, tudo vai mostrando que ela não era tão “simples” assim e que sua vontade não era centrada em si mesma, muito menos se limitava às questões relacionadas ao amor.

No meio desse clima de agitação, Anayde participava dos movimentos culturais da cidade, publicando nos jornais da época artigos e poemas e sustentava com suas opiniões de vanguarda vários tipos de assuntos contemporâneos, como exemplo temos a liberdade da mulher, o sufrágio feminino e apresentava crítica ao governo, recomendando melhores maneiras de governar o Estado, desmentindo, mais uma vez, o pensamento de que a luta dela não tinha cunho político.

Por essas ideias e comportamentos, ela perturbava a elite paraibana ultrapassada, a começar por quando expressou o que pensava sobre o casamento. Para ela, em trecho citado por Joffily, “A escravidão do amor há um só destino. A prosaica descendência...”. (JOFFILY, 1980, p. 24), causando assim escândalo e ferindo a “moral” e os “bons costumes” da acomodada cidade nordestina.

À medida que as atitudes de Anayde Beiriz iam sendo formadas, foi sendo criada em torno de dela uma imagem negativa e preconceituosa, em que acabava demarcando uma fronteira de hostilidade contra ela, misturando as questões da profissão com a vida particular. A discriminação contra a mulher paraibana era bem predeterminada nos lugares públicos, como aponta Joffily:

A bárbara discriminação começava, alias nas bilheterias dos cinemas que destinavam as três primeiras filas – bem separadas das demais cadeiras – para as “mundanas”, logo identificadas pelo porteiro que as distinguia pelo uso do batom, característico de artistas e prostitutas. As que chegassem atrasadas ou se recusassem a ficar junto da tela não tinham Ingresso. Barradas e humilhadas voltavam para a “zona”. (JOFFILY, 1980, p. 25).

Esse mesmo autor destaca também que os coronéis, para defender a honra das mulheres virtuosas, (“*madames e demoiselles*”) contra o pecado das outras, escreveu uma quadrinha em que a compara com uma galinha, que dizia:

A mulher e a galinha

Não se deixa passear:

A galinha o bicho come

A mulher dá o que falar. (JOFFILY, 1980, p. 26).

Comumente, a palavra “galinha” é utilizada, na linguagem informal brasileira, com sentido pejorativo, para se referir à mulher que gosta de sair, ir à festa e casas noturnas. Dessa forma, a comparação na quadrinha nos remete a uma visão machista e

conservadora que, ao fazer tal comparação, já caracterizavam, pejorativamente, as mulheres que não seguiam aos padrões de comportamento da época.

Evidentemente, a forma como Anayde se comportava, no cerne da sociedade, tornava-se motivo para que falassem dela, sempre de maneira pejorativa. Ela ousava se colocar onde nenhuma outra mulher se permitia. Um exemplo é a frequência dela nos saraus literários. Como afirma Marcus Aranha (2005), os saraus literários eram geralmente promovidos pelo médico José Maciel, em sua residência, onde só havia a participação de uma mulher: a professora Anayde Beiriz.

Num desses encontros, ela é apresentada a João Dantas, advogado e jornalista, homem solteiro e livre, adversário político do presidente do Estado da Paraíba, João Pessoa. Na época, as questões políticas eram bem presentes nos encontros dos intelectuais. Depois desse encontro, os dois, Anayde e João Dantas, só foram separados pela morte, causada, assim, pela tragédia da revolução de 1930. Aranha afirma:

Anayde conheceu os ardores de uma paixão amorosa que a conduziram à morte. Por amor, viu-se envolvida na tragédia política que causou a morte do governador da Parahyba, João Pessoa, e também a do seu amado, João Dantas. Seu nome, sua reputação, sua vida privada foram arrastados pela violenta maré de ódio e sangue que abalou a Paraíba naquele ano. Segundo Lau Siqueira, poeta gaúcho adotado pela Paraíba, “Anayde foi “assassinada” naqueles 22 de setembro... pela hipocrisia, pela decadência e pelas mentiras do nosso tempo” (ARANHA, 2005 p. 40).

Ao conhecer João Dantas, em Anayde floresceu o amor, encontrando no jovem advogado tudo aquilo que sempre desejou. O envolvimento amoroso do casal aconteceu dentro do contexto histórico exposto anteriormente – um período difícil, em que a mulher ainda se via aprisionada nas ditaduras sociais.

A moça, estudada e ousada para o momento, vê em João Dantas a chance de viver o sentimento do amor que ela tanto revelou em seus versos e prosas. No entanto, a aventura amorosa entre o casal não era bem vista pela sociedade paraibana. Era pretexto de censura e gozação, por ser um amor livre, no qual o casal expressava todo sentimento em público.

Uma vez que não eram casados, todo aquele amor incomodava, servia para ela ser discriminada e apontada na rua. Anayde, uma moça intelectual, leitora, apaixonada, feminina, o que fazia dela uma mulher moderna, uma libertadora do feminismo, resolveu viver a intensidade do amor com João Dantas, o qual correspondia a toda

paixão que a moça expressava. O autor Aranha, em seu livro, publicou as cartas de amor escritas por Anayde, em que ela afirma:

Ouse, ouse...tudo!

Não tenha necessidade de nada!

Não tente adequar sua vida a modelos,

Nem queira você mesmo ser um modelo para ninguém e

Acredite: a vida lhe dará poucos presentes.

Se você quer uma vida, aprenda... a roubá-la!

Ouse, ouse tudo! Seja na vida o que você é, aconteça o que acontecer.  
(ANAYDE, Citada por Aranha, 2005);

O verbo que inicia o texto supracitado traz em si um espelhamento da personalidade de Anayde: ousar. E a ousadia dela residia justamente em não se adequar a modelos ditados pela sociedade. E, em um exercício dessa liberdade, permite-se viver um relacionamento fora dos padrões.

Joffily (1980) relata esse romance entre Anayde e João Dantas, acontecido em meados de 1928 a 1930, como sendo uma relação baseada na cumplicidade, como já mostramos em trechos anteriores desta pesquisa. Com ideologia revolucionária, ele, poético, escritor, jornalista e advogado, era habilidoso no discurso intelectual. Líder do partido político, era ligado ao coronel Zé Pereira.

Ela, por sua vez, com ideias de liberdade feminina, escritora e poetisa, tinha o desejo de viver um amor livre, sem tabus. Assim, ela vê na pessoa de João Dantas um complemento para reforçar suas ideias, uma inspiração para escrever os devaneios e as cartas de amor tão deslumbradas. Manifestavam o amor nos versos e nas prosas escritas por ambos. As cartas dela festejavam o prazer de amar, ser desejada, ela registrava o que sentia no corpo e na alma, com uma ousadia muito forte para ser expressa naquele tempo.

Assim, o amor entre os namorados foi vivido em poesias. Eles escreviam tudo o que sentiam e desejavam entre si. Correspondida, Anayde Beiriz viveria uma aventura amorosa que todo jovem deseja viver, tornando-se para João Dantas a companheira, a

amada, a amante. Tal amor enfrentaria um tempo de turbulência na sociedade paraibana, pois os ânimos estavam exaltados entre os adversários políticos.

Antes, porém, desse romance, Anayde havia se relacionado com um rapaz chamado Heriberto, cuja família não aprovou o relacionamento, devido ao fato de ambos serem de classes sociais diferentes: ele, estudante de medicina, no Rio de Janeiro, foco da cultura europeia. Ela, professora primária, sem nenhum prestígio social e econômico. Com a impossibilidade de ficarem juntos, Heriberto lhe confidência, em carta: “Oh! Mulher divina! Que poder tens tu para escravizar-me? Por que a tua imagem não se apaga da minha lembrança? Que poder tens tu, para tornar a vida de um homem num constante sonho de amor? Não és humana, és mytho!” (Heriberto, Rio, s.d. apud ARANHA, p. 151).

Essa forma como o rapaz a via nos serve de parâmetro para fazermos uma analogia à visão de toda a sociedade paraibana da época sobre ela. Um “mito” é algo que a compreensão humana não explica, algo que foge ao costumeiro e, por isso mesmo, assusta. O dicionário Aurélio aponta:

Mito: substantivo masculino

1. Personagem, fato ou particularidade que, não tendo sido real, simboliza não obstante uma generalidade que se deve admitir.
2. Coisa ou pessoa que não existe, mas que se supõe real.
3. Coisa só possível por hipótese; quimera.

Anayde representa, portanto, essa simbologia, devido ao seu comportamento tão adverso, dentro da sociedade paraibana. No entanto, no novo relacionamento, não havia o problema anterior – a divergência de classe – mas se depara com outro, talvez ainda maior, por estar ligado às questões políticas partidárias.

Com o forte confronto político, João Dantas acabou foragido no Recife, alimentando o contato com a moça, mesmo a distância, por meio de cartas. O romance passa a ser intenso, confesso e repleto de juras de amor. Embora seja vivido com poesias, versos e prosa de amor, havia também erotismo no que eles escreviam um ao outro, na euforia da paixão. Todos os escritos foram guardados no cofre, no escritório de João Dantas.

Com a morte de João Dantas na prisão – ele foi degolado juntamente com outro que fora preso junto com ele – Anayde se sentiu julgada pela sociedade, censurada publicamente por pretextos políticos e morais, tendo sua vida exposta em público. Viu-

se, pois, abalada de todas as maneiras, tanto profissional como moralmente, marcada por todos como sendo a “prostituta do bandido que matou o Presidente” (JOFFILY, 1980, p. 46). Acuada, desesperada, sem ter onde se abrigar e ainda isolada do mundo e banida da sociedade, cometeu então suicídio, em 22 de outubro de 1930, sendo enterrada como indigente no Cemitério de Santo Amaro-PE. Por muitos anos sua memória foi silenciada e repudiada pelos paraibanos.

Em sua época, podemos considerar Anayde Beiriz como sendo libertária e marcada pela fatalidade. Entretanto, se partirmos da análise sociológica de Durkheim (1986), na qual ele aponta o suicídio como sendo resultado de diversos fatores sociais, essa história ganha outra conotação. Torna-se possível antever o resultado de um julgamento social, não de uma “fatalidade” simplesmente.

Trata-se de uma mulher que suportou o que suporta alguém que almeja mudanças e luta contra as convenções enraizadas da sociedade, ditadas, em geral, por pequenos grupos que têm o poder sócio-político nas mãos. Além disso, ela foi vítima, não só de preconceito social, racial e sexual, mas também do julgamento coletivo, como resultado de uma “comoção” maquiada pelo grupo político, ao qual pertencia João Pessoa.

Apesar disso, pode-se constatar que Anayde Beiriz viveu a vida que quis. Relacionou-se com quem escolheu para amar. No fim, pagou o preço pela liberdade de escolha. Foi perseguida, como todo desbravador e sofreu como consequência a própria morte.

Muito se discute a importância de Anayde Beiriz, uma mulher intelectual, apaixonada pela poesia e pela liberdade do corpo e dos pensamentos. Uma pessoa que não se entregava às regras impostas às mulheres da década de 1920. Ela almejava um tempo novo, e sabia que esse não tardaria a chegar. Para muitos, ela ficou apenas conhecida como sendo amante de João Dantas, principal inimigo e assassino do então presidente da região, João Pessoa. E por esses motivos, a sociedade machista paraibana, por muito tempo, omitiu a verdade sobre quem era ela.

Segundo Marcus Aranha (2005), para repudiá-la, deram-na os adjetivos de “prostituta de João Dantas”, “Amante do assassino” e “vagabunda”. Segundo o autor, o que fizeram por muito tempo fez com que os paraibanos acreditassem que Anayde

tivesse sido a incentivadora da morte de João Pessoa. Enquanto João Pessoa ganhava o título de “herói”, com varias honrarias, ela recebia a discriminação e o abandono por mais de 50 anos, tendo sua imagem rotulada como sendo de uma mulher imoral e vulgar naquela época.

Faz-se necessária uma análise mais detalhada desse fato. Não estamos diante de um recorte banal, isolado, em que uma personalidade foi “apagada” em detrimento da “ascensão” da outra. A atitude que tiveram em relação a Anayde foi apenas um reflexo de uma condição na qual se viam todas as mulheres da época. Os rótulos pejorativos utilizados para caracterizá-la e diminuí-la moralmente viriam à tona para qualquer outra mulher que não se encaixasse nos parâmetros sociais.

Isso nos reporta ao que afirma Foucault (1991, p. 110): “(...) em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos (...)” Ou seja, o discurso que veio à tona diante do assassinato de João Pessoa não fora produzido apenas para aquele contexto, mas havia nele o reflexo de valores arraigados, socialmente.

Outra questão relevante é a constatação de que inexitem palavras com a mesma conotação para se referir ao homem, no caso, a João Dantas, que recebe apenas a determinação de ser um assassino. Nenhuma palavra de baixo calão ou de cunho sexual lhe foi atribuída. Ela, por ser mulher, dentro de uma sociedade machista e patriarcal, recebeu toda a carga de negatividade, advinda das palavras ofensivas.

Para Rossi (2012), a linguagem possui uma importante função: criar a representação, ou seja, o reconhecimento social, já que aquilo que não é nominado é porque simplesmente não existe. Além disso, a língua diz muito mais do que apenas aquilo que, de fato, é dito, pois há muito nas entrelinhas, que surge de maneira implícita, por trás do que se diz. Portanto, é pertinente enxergar, no discurso construído para conspurcar a imagem de Anayde, outro discurso, silencioso, camuflado, maculador da própria essência feminina.

Somente nos anos de 1980 alguns historiadores paraibanos Wellington Aguiar, Marcus Aranha e o centro da mulher *8 de março*,<sup>24</sup> foram reconstruindo uma nova

---

<sup>24</sup>O Centro da Mulher 8 de Março nasceu de uma ampla articulação de mulheres paraibanas e familiares de mulheres vitimadas por lutarem contra a violência, a opressão e a impunidade em maio de 1990,

imagem, a partir de um olhar crítico dos fatos e de documentos voltados à restauração da verdade sobre a mulher que foi Anayde Beiriz.

Hoje, há o devido reconhecimento acerca da importância dessa mulher para a compreensão exata da história do feminismo na Paraíba e do Nordeste. Então, a reconstrução da memória dela foi feita por meio de algumas fontes, como diário, as cartas, depoimento da família e de uma religiosa que conviveu com Anayde até a morte, no convento no Recife-PE. Restaram poucos dos seus escritos, porque a maioria de seu trabalho foi queimada, no período da revolução de 1930.

A partir de 1980, José Joffily publicou o livro *Anayde Beiriz e morte na Revolução de 30*. Baseado nesse livro, foi produzido um filme em 1983, pela produtora de cinema Tizuka Yamazaki, “*Paraíba, Mulher Macho*” a fim de resgatar a imagem da professora Anayde Beiriz. A cineasta narrou a história, dando à professora um grande destaque na linha do erotismo e da sexualidade, com algumas cenas de nudez exagerada.

Assim, o filme revelou mais a sexualidade da personagem do que as ideias de liberdade ou o talento dela como escritora e as importantes práticas de emancipação feminina. Isso fica claro nas cenas em que Anayde Beiriz é destacada como a amante do assassino João Dantas. Foram essas cenas que geraram discussões entre os intelectuais e os defensores do feminismo paraibano.

Para Alômia Abrantes (2008) em sua dissertação de doutorado, o filme, “*Paraíba, Mulher Macho*” envolve questões morais e políticas. A autora, ao desenvolver sua escrita, vai construindo e desconstruindo os mitos e peripécias que rodeiam o tema de sua pesquisa: a ambiguidade que traz a afirmação *Paraíba Mulher*

---

período marcado por várias formas de violência contra a mulher, inclusive assassinatos. Pela sua filosofia de trabalho e de ações a serem desenvolvidas, compreendeu-se, desde a sua fundação, que não se poderia restringir esta entidade de ideais tão amplos, daí chamar-se Centro da Mulher. Assim, decide-se fazer uma homenagem às mulheres, em especial à data internacional do 8 de Março, comemorado em todo lugar; significa dizer que as mulheres de todo o mundo são homenageadas pela entidade. O Centro da Mulher 8 de Março está sediado em João Pessoa, Paraíba, no nordeste do Brasil, uma das regiões mais carentes do país, onde os índices de mortalidade materna e infantil equivalem-se aos da África e ocupa o 3º lugar em relação à violência contra a mulher em todo o país, segundo dados da Rede Globo de Televisão, em 1994. Fonte. (<http://www.ceddhc.pb.gov.br/educdh/experie2.htm> acesso em 22/04/2016).

*macho*. Ela parte do significado atribuído à mulher nordestina, à paraibana forte e viril, até a questão da honra tão valorizada no início do século XX.

A pesquisadora não viu esse lema como sendo uma forma pejorativa para com a figura feminina, mas sim o sentido positivo que daria à mulher paraibana o paradigma de uma “mulher que luta e batalha, que possui a coragem de um homem”. Abrantes vai construindo sua tese, na figura de Anayde Beiriz como a “construção de uma feminilidade, aquela tecida no entrelaçamento do modelo de masculinidade do passado constantemente reiterado...” (ABRANTES, 2008, p. 181).

É notória, todavia, uma marca do estereótipo social no que tange as figuras do homem e da mulher, quando a pesquisadora ressalta que Anayde possuía a “coragem de um homem.” Ou seja, salta nas entrelinhas o entendimento de que a mulher em si é fraca e não consegue agir com a força necessária, diante de alguns desafios. Por isso, justifica-se a representação por meio da “mulher macho”.

Ainda em relação a esse termo, temos uma música chamada “Paraíba”, de autoria de Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga, cuja letra diz:

Quando a lama virou pedra  
E Mandacaru secou  
Quando arribação de sede  
Bateu asa e voou  
Foi aí que eu vim me embora  
Carregando a minha dor  
Hoje eu mando um abraço  
Pra ti pequenina  
Paraíba masculina,  
Muié macho, sim sinhô (TEIXEIRA & GONZAGA, 1950).

Observando a data de composição da música, é possível perceber que todos os acontecimentos de 1930 ainda estavam bem “frescos” na sociedade nordestina. Entretanto, os autores relataram, na época, que a adjetivação “muié macho” era para o próprio estado da Paraíba, um estado pequeno, mas que demonstrou grande força no

cenário nacional. Há, no entanto, pela proximidade das datas, um possível diálogo com a figura de Anayde Beiriz.

Ao analisar o filme, Marcus Aranha (2005) considerou que ele não valorizou a importância da mulher em busca da emancipação. Para ele, o filme foi uma aberração, a partir das cenas de vulgaridade da personagem “Anayde”, a qual se atribuiu o apelido de “mulher macho” e “vadia”, sem moral nenhuma para a sociedade, ocultando ainda mais a verdade sobre uma mulher injustiçada em seu tempo.

Aliás, em torno da polêmica sobre Anayde, em 2005, Marcus Aranha faz uma pesquisa junto à família da professora para entender tal polêmica dos inúmeros rótulos destinados a ela. O importante para o autor era recuperar das cinzas a história verdadeira de Anayde. Conforme a pesquisa, nos documentos, cartas e diário, ela se apresenta como sendo uma mulher guerreira nas questões femininas, de personalidade firme e de caráter forte, cheia de coragem para amar e ser livre. Para ele, ela foi “apaixonada, inteligente, sonhadora, romântica, amada, virtuosa e ferida”.

O resgate dessa figura, não mais como uma “mulher macha”, mas como uma guerreira na luta pela autonomia dos direitos da mulher vai se constituindo mediante intensos debates na imprensa e na produção historiográfica do Estado da Paraíba, inclusive nas produções de livros e artigos. Um dos historiadores que deu início ao trabalho de tirar a imagem negativa da escritora Anayde Beiriz foi José Joffily, no livro que citamos anteriormente. Nesse livro, o autor tenta “quebrar o silêncio” acerca da imagem que foi construída desde a tragédia em torno da Revolução de 1930.

O historiador produz sua obra retificando a imagem fixa de Anayde, e delineando um novo perfil dela como sendo uma “heroína” injustiçada. A pretensão dele foi demonstrar que ela fora uma vítima, empurrada no abismo da disputa de poder de uma sociedade “hipócrita”, “conservadora”, que ocultava a verdade dos fatos acontecidos ao longo do governo de João Pessoa e as causas que realmente levaram ao assassinato do estadista.

Em face de reconstruir a história das mulheres da Paraíba, muitos autores paraibanos e brasileiros demonstraram o desejo de escrever sobre o feminino local, com o desígnio de apreciar melhor quem foram essas mulheres e que contribuições deixaram para a literatura nordestina.

Na cidade de João Pessoa, algumas homenagens foram oferecidas à memória de Anayde Beiriz: o nome de uma rua, imagem de caricatura na calçada, conjunto habitacional, uma escola municipal, praça, troféus, prêmio, entre outras homenagens. A assembleia Legislativa da Paraíba homenageou Anayde Beiriz com o prêmio Diploma Mulher-cidadã, por considerá-la protetora dos direitos da mulher e das questões de gênero no Estado. Como também em produções artísticas, o cinema e a literatura, houve estímulos à reflexão e pesquisas sobre a admirável paraibana, que merece de nós, paraibanos ou não, o respeito à sua atitude de vanguarda, à sua extensão intelectual.

Em 1992, o jornal *O Norte* publicou na edição de 21 de maio de 1992 um artigo explicando por que a memória de Anayde Beiriz devia ser resgata e lembrada na História da Paraíba: “Anayde Beiriz merece ser lembrada como uma mulher que superou preconceitos de uma sociedade autoritária, machista, discriminatória.” (*O Norte*, 1992).

Hoje, mais de 20 anos depois da publicação do Jornal *O Norte*, o tema acerca da luta feminina na Paraíba continua atual. E, diante dessa relevância, deixamos a presente pesquisa, para que sirva não só como retomada de uma temática, mas que possa subsidiar futuros pesquisadores. Pensando nisso, logo após a conclusão, trazemos em anexo um material complementar para esta pesquisa, não só como mera ilustração, mas como acervos documentais importantes que foram por nós levantados, durante todo o trabalho.

## 5- CONCLUSÃO

*“Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos indivíduos.”*  
(Le Goff, 1994, p. 477).

Apoiando-nos na epígrafe de Le Goff, encaminhamo-nos para as considerações finais desta pesquisa que buscou delinear um resgate, com base em fontes históricas e literárias, as figuras de duas mulheres paraibanas – Eudésia de Carvalho Vieira e Anayde Beiriz – no sentido de gerar uma melhor compreensão do papel de ambas na luta pela emancipação feminina, na Parayba, principalmente pelo viés da educação.

Ao iniciarmos a pesquisa, levantamos uma hipótese que, de certa forma, dissociou os dois temas – Emancipação Feminina e Educação. Agora, ao finalizar, fica evidente que esses dois temas se encontram imbricados, não fazendo sentido alguma dicotomia. Pelo menos no contexto investigado, no Estado da Paraíba, podemos afirmar que houve uma dissolução de um tema dentro do outro.

O andamento da pesquisa foi, aos poucos, mostrando que, ao lutar pela educação das mulheres, Eudésia Vieira e Anayde Beiriz já tinham em mente o poder transformador dessa formação intelectual, o que contribuiria para que a mulher começasse a vislumbrar a equidade de direitos entre homens e mulheres. Eudésia e Anayde viveram no mesmo período, ambas se formaram como professoras com a mesma idade, 17 anos, porém em colégios diferentes. Embora as duas buscassem o mesmo objetivo, foram por caminhos distintos.

Não encontramos, no decorrer da pesquisa, nenhum registro de que essas duas mulheres se conhecessem pessoalmente. Apenas na pesquisa de Pinheiro (2009), em que consta a afirmação de que Anayde teria sofrido as influências de Eudésia Vieira, ao ler os textos desta nas publicações em jornais e revista. Embora isso possa parecer irrelevante, temos que considerar a possibilidade de o trabalho de uma ter influenciado o trabalho da outra e vice-versa.

Ao questionar sobre quem são essas duas mulheres, a resposta que nos chega, ao finalizar a pesquisa, vai além de mera biografia. É notória a existência de alguns

aspectos que unem essas duas mulheres e as fazem próximas, não só pela nacionalidade e naturalidade, mas pela luta em si. O primeiro elo entre elas é a educação. Em uma época na qual as mulheres praticamente não tinham acesso ao ensino, essas duas mulheres conseguiram provocar importantes mudanças nesse sentido. E a pesquisa nos revela que elas não ficaram apenas na teoria. Ambas saíram da zona de conforto do lar – pelo menos no entendimento da sociedade da época – e encararam os estudos e os demais desafios descortinados pelo aprendizado.

Ao quebrar as amarras advindas de uma sociedade machista, essas duas paraibanas mostram a que vieram: uma se torna professora e médica, a outra, também professora. Mas ambas traziam consigo o anseio de provocar mudanças. Uma lança um livro didático, a outra, publica poemas de cunho erótico. E enquanto uma mantém um discurso conservador e equilibrado, no que se refere às conquistas femininas, a outra se veste de ousadia, tanto literalmente, na moda vanguardista que adotara, como metaforicamente, na linguagem poética e no comportamento cotidiano.

Outro fator em comum entre elas é a literatura, que passa a ser usada como arma de luta. Para Eudésia Vieira, os textos se tornavam um importante instrumento por meio do qual ela expunha o seu posicionamento conservador, diante das “bandeiras” levantadas pelas feministas. Já para Anayde Beiriz, o texto se torna espelhamento de si, um lugar onde seus sentimentos de liberdade, de coragem e de conquista refletiam nos leitores, contagiando-os, de forma transgressora e vanguardista.

Na tessitura de um discurso feminino/feminista, ambas lançam o fio da palavra, cujos ecos ultrapassam os limites da Paraíba e atingem o país como um todo. E, como afirma Hannah Arendt (1987), toda ação só se efetiva pelo viés do discurso e é por meio deste que o ser humano consegue agir e se revelar, tornando-se agente ativo, dentro da sociedade.

E é justamente no campo do discurso que reside a maior diferença entre Eudésia e Anayde. Se, para uma, a mulher não precisava sair da esfera do lar, muito menos perder sua feminilidade, para conquistar um novo espaço e respeito social, a outra não só defendia essa transgressão como agia nesse sentido, mostrando ser bastante coerente com as ideias que defendia. Outra diferença está no período pós-morte. Anayde não teve um fim natural como Eudésia e, diante dos fatos conturbados do contexto de sua morte, a sociedade paraibana desejou apagar o nome Anayde da história.

Conclui-se, portanto, que a contribuição de ambas não se restringe a um único setor ou segmento social. Trata-se de um tributo basilar, por meio do qual as mulheres da Paraíba começam a reestruturar seu papel como cidadã. Das mãos de Eudésia Vieira saem livro didático para crianças, artigos para jornal e até uma tese de Doutorado, feito inédito na época, em se tratando de uma mulher.

E das mãos de Anayde Beiriz sai um jeito novo de educar e poemas audaciosos. Ela cria textos que provocam na população uma visão limitada da sua postura social – viam-na apenas como uma mulher que desejava a liberdade sexual, sem se preocupar com questões sociopolíticas. Mas ela consegue ir além desse julgamento. Como apregoa Arendt (1987), as ações aparecem entremeadas na liberdade e na política, gerando um único nó. Assim, o ser humano só experimenta, de fato, a liberdade por meio da ação transformadora, algo presente na vida de Anayde Beiriz.

Encontramos, em cada uma delas, a marca da luta singular, dentro da construção da história do estado da Paraíba. A biografia e a bibliografia de ambas nos mostraram que elas não se entregaram àquilo que era determinado para as mulheres da época – em que o papel da mulher era apenas o de esposa e mãe que cumpria uma série de tarefas do lar.

Entendemos que as práticas femininas/feministas das duas paraibanas aqui tratadas se fundamentaram na luta por direitos e soberania política, econômica, social e familiar da mulher. Além disso, temos também a busca pelas mudanças de paradigmas construídos erroneamente com relação às mulheres. Nesse sentido, elas aproveitavam o espaço da imprensa local para, por meio dos textos publicados, divulgarem suas ideias inovadoras.

Outras contribuições também marcantes da batalha pela emancipação feminina surgem no campo do trabalho e na moda. Com a guerra, a mulher teve que sair de casa para trabalhar, já que o homem estava sendo convocado para a guerra. Assim, descobre no trabalho uma nova forma de emancipação e uma chance de alcançar o espaço público.

No tocante à moda, novos trajes femininos surgem e mudam a maneira da mulher se vestir e de usar os cabelos. As saias levantaram-se até os joelhos e se ajustam ao corpo; a substituição dos espartilhos pelos *soutiens* e os cabelos curtos que ficaram

famosos com o nome “à *La garçonne*” – expressão francesa que significa “como um rapaz”.

Finalizada a guerra, alguns homens retornaram para os respectivos lares e quiseram retomar seus lugares, determinando que as mulheres voltassem à dependência anterior, tanto financeira como no socialmente. Ou seja, as mulheres deviam retornar para o lar como era antes e, diante desse acontecimento, a disputa pela igualdade de gênero passa a ser mais intensa e isso reflete também na literatura da época.

Na Paraíba, as obras literárias femininas começam a ser visíveis muito tarde, somente a partir dos anos 1920, uma época em que a sociedade preconizava a ordem e o progresso por intermédio da imagem masculina. O contexto histórico era bastante árduo, entre o poder das oligarquias. E, nesse contexto, Anayde e Eudésia deixaram suas contribuições e evidenciaram-se na historiografia paraibana, revelando a importância expressiva e a necessidade da atuação da mulher na estrutura da história e da sociedade.

Portanto, é pertinente afirmar que as histórias dessas duas mulheres paraibanas, e de tantas outras pelo Brasil, são extraordinárias para o registro da narrativa brasileira, bem como para a quebra e reestruturação de paradigmas sociais, em relação à construção de gênero.

As transformações e as dificuldades que vieram dessa época podem ser constatadas/contestadas em todas as esferas da sociedade, nas questões de um indivíduo, homem ou mulher. Compreendemos melhor assim o significado da palavra emancipar, e que esta surge como sendo sinônimo de empenho pela justiça, pela igualdade e pela independência dos indivíduos, o que se consegue pelo viés de uma educação transformadora e eficaz.

A liberdade que a mulher tanto lutou se encontra na alforria de ir além, ressaltando as condições advindas da desigualdade de gênero, para que a mulher, enfim, possa ser vista como uma pessoa livre, capaz e independente. Sabemos que ainda há um longo caminho a ser percorrido – não só no que se refere às lutas femininas/feministas, mas também no campo da pesquisa.

Por isso, esperamos que outras pessoas se interessem pela emancipação feminina e se debruçem, principalmente, sobre a história da luta das mulheres no estado da

Paraíba e no Brasil, como um todo. Com certeza, em um país de enorme extensão territorial, muitas outras mulheres, mães, professoras, namoradas, amantes, exerceram seus papéis, assim como Anayde e Eudésia.

Nosso propósito não foi destacar uma em detrimento da outra, muito menos gerar um embate, no sentido de questionar qual contribuição foi mais importante. O nosso ensejo foi, por meio dos registros históricos e literários encontrados, e com o respaldo de outros pesquisadores que também se debruçaram sobre esse tema, resgatar a história de luta de duas mulheres que, ao mudarem o curso da própria história, provocaram um desejo de mudança em âmbito nacional.

## BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Wellington. A velha Paraíba nas páginas dos jornais. João Pessoa, A União, 1999.

AGUIAR, Wellington, Paraíba, nomes do século: João Pessoa: A União, 2005.

AGUIAR, Wellington e OCTÁVIO, José. Uma cidade de quatro séculos. Campina Grande, Grafset, 1985.

AGUIAR, Wellington. João Pessoa o reformador – transcrição das verdadeiras cartas achadas no escritório de João Dantas. João Pessoa: Ideia, 2005.

ALONSO, Ângela. Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ALVES, Branca Moreira. Ideologia e Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 105

ANDERSON, Benedict, Comunidades imaginadas, São Paulo, Cia das Letras, 2008.

ARANHA, Marcus. AnaydeBeiriz -Panthera dos Olhos Dormentes. João Pessoa: Manufatura, 2005.

ARENDDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987, p. 15-20

BESSE, Susan K. A Modernizando a Desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Endusp, 1999.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólida desmancha no ar. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOTO, Carlota. A Escola o homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

BRITO, Luiz André Neves de. O discurso da mulher esclarecida na produção jornalística de Clarice Lispector: o caso Feira de Utilidades. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa/USP, 2006.

CALDAS, Joaquim Moreira. Porque João Dantas assassinou João Pessoa: Revista do IHGP, N 7, 1932.

CINHÁ. Cartas femininas. O Nordeste, Teresina, ano 1, n. 32, p. 4, 3 jul. 1920.

CITTADINO, Monique. *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba*; João Pessoa: Editora Universitária Idéia. 1998.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa – Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

CONSTITUIÇÃO da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de Fevereiro de 1891. Em MENDES, Fernando H. (Organização, revisão e confecção dos índices). Constituições do Brasil. 3ª ed revista e atualizada, São Paulo, Saraiva, 1961.

DIAS, Margarida Maria Santo. Intrépida AB Origine: O Instituto Histórico e Geográfico. Paraibano e a Produção da História Local. João Pessoa: Almeida Gráfica, 1996.

DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs.). História das mulheres no Ocidente. Porto, Afrontamento, 1991, 5 v.

DUARTE, Constância Lima. Nízia Floresta: A primeira feminista do Brasil. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005.

DURKHEIM, E. Suicídio: definição do problema; suicídio egoísta; suicídio altruísta; suicídio anômico. In: \_\_\_\_\_. Émile Durkheim: sociologia. Organizador José Albertino Rodrigues. São Paulo: Ática, 1981, p. 103-122.

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Bons. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2007.

FERNANDES, Ilsa Queiroz. Mulheres no cangaço: amantes e guerreiras. Natal – RN: Ideia Editora, 2005.

FLORESTA, Nízia. Opúsculo humanitário. Edição atualizada com introdução e notas de Peggy Sharpe-Valadares. São Paulo: Cortez: Fundação José Augusto. 1989.

FOUCAULT, M. Histoire de la sexualité. v.I. Paris, Gallimard, 1976.

JOFFILY, José. Revolta e revolução: Cinquenta anos depois. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

JOFFILY, José. Anayde Beiriz, Paixão e Morte na Revolução de 30, Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1980.

HOBBSBAWN, E. Era dos extremos. O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HERCKMANS, Elias. Descrição geral da Capitania da Paraíba. Apresentação e atualização ortográfica de Wellington Aguiar. Notas de Marcus Odilon Ribeiro Coutinho. João Pessoa: A União, 1982.

HAHNER, June Edith. Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940. Florianópolis/Santa Cruz do Sul, Ed. Mulheres/EDUNISC, 2003.

KUHLMANN, Jr.M. Infância e educação infantil: Uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 3 ed. São Paulo: UNICAMP, 1994.

- LOPES Guacira Louro, Gênero, Sexualidade e Educação - uma Perspectiva Pós-estruturalista. Curitiba, Ed. Vozes, 2003
- MAIA, C. J. A invenção da solteirona. Conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890-1948). Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2011.
- MACHADO, Charlinton José dos Santos. A dimensão da palavra: práticas de escrita de mulheres. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.
- MELO Fernando. João Dantas: uma biografia. 2. ed. João Pessoa: Ideia, 2002.
- MELLO, José Baptista de. Evolução do ensino na Paraíba. 3. ed. João Pessoa – Paraíba, Secretaria da Educação e Cultura. Conselho Estadual de Educação. 1996.
- MELLO, J. Octávio; SILVA, Francisco Pontes dos SANTOS, Walter (Org.). Poder e política na Paraíba: uma análise das lideranças (1960-1990). João Pessoa: A União, 1993.
- MELO, José Otávio de Arruda Melo. História da Paraíba: Lutas e Resistências. João Pessoa, Editora Universitária, 1997.
- MELLO, José Octávio de Arruda -A Revolução Estatizada João Pessoa. Editora Universitária, 1984.
- MELO NETO, João Cabral. A educação pela pedra e outros poemas. Rio de Janeiro:
- MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. Leituras Horizonte: Autêntica, 2002.
- NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na primeira república. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NAZZARIM, Muriel. O Desaparecimento do Dote. Editora Companhia das Letras, 2001.
- NIZZA Silva, Maria Beatriz. Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808 – 1821). São Paulo/Brasília, Ed. Nacional/INL, 1977.
- NUNES, Maria Lúcia da Silva. Sociedade, mulher e educação nos romances de Graciliano Ramos. Natal – RN, 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do rio Grande do Norte, defendida em 2005.
- ODILON, Marcus. Pequeno Dicionário de fatos e Vultos da Paraíba. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1994.
- PAIVA, Vanilda. História da educação popular no Brasil. 6. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 9, nº 18, agosto de 1989/setembro de 1989.
- PERROT, Michelle As mulheres ou os silêncios da História. Bauru: Edusc, 2005.

- PIMENTEL, Altimar de Alencar. Cabedelo. V. II. Cabedelo - PB: Prefeitura Municipal de Cabedelo. Secretária de Educação, Esporte e Cultura. Cabedelo, 2002.
- PINHEIRO, Mariza de Oliveira. Anayde Beiriz e a escrita de si: Educação, história e relações de gênero.
- PINTO, Célia Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramos, 2003.
- PRADO, J. F. de Almeida. A conquista da Paraíba: séculos XVI a XVIII. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964 (Col. "Brasíliana", vol. 321).
- PRIORE, Mary Del. Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. José Olympio, Rio de Janeiro, 1993.
- PRIORE, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo. Contexto, 1997.
- RAGO, M. Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar, Brasil (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- REIS FILHO, Casemiro dos. A educação e a ilusão liberal: origens do ensino público paulista. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.
- RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na colônia, In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greice (orgs.). 500 Anos de educação no Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 79-94.
- ROSSI, Cristina Peri. La lengua no es inocente. Disponível em: <<http://www.perirossiarticulos.blogspot.com.br> > Acesso em 29 de março de 2012
- SALES, Ana Maria Coutinho. Tecendo fios de liberdade: escritoras e professoras da Paraíba do começo do século XX. Recife – PE, 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, defendida em 2005.
- SILVA, Alômia Abrantes, Paraíba, mulher-macho : tessituras de gênero,(desa)fios da história – tese, 2008.
- SOIHET, Rachel. História, Mulheres, Gênero: contribuição para um debate. In: AGUIAR, Neuma. (org.) Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro, Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- TEIXEIRA & GONZAGA, Paraíba Masculina, 1950.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- TANURI, Leonor M., (1970). Contribuição para o estudo da escola normal no Brasil. Pesquisa e Planejamento, São Paulo, v. 13, dez., p. 7-98.
- WOLF, Virginia. Um teto todo seu. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

VIEIRA, Eudésia. A mulher e o Progresso. PARAÍBA Estado da. Jornal A União. João Pessoa, 30 de setembro de 1932, p. 4.

### **Jornais e Revistas:**

PARAÍBA, Estado da *A União*, João Pessoa, 20 maio 1920.

PARAÍBA, Estado da. Jornal *A União*. João Pessoa, 25 de janeiro de 1922.

PARAÍBA, Estado da. Jornal *A União*. João Pessoa, 2000.

PARAÍBA, Estado da. Jornal *A União*. João Pessoa, 20 de novembro de 1920

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 3 de março de 1925.

Jornal o GLOBO, 1925.

*O Colombo*, nº 36. Campanha, 14 de setembro de 1873, Hemeroteca de Belo Horizonte.

O Sexo Feminino. Campanha da Princesa, 1873/74. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Obras Raras.

*DIARIO* de Pernambuco. Recife, 26 jan.-4 Abr. 1933.

*DIARIO* da manhã. Pernambuco, 16 abr 1927

Revista *Era Nova*, Nº 96, ano VI, 1926

Revista da *Cidade*, Recife, ano 3, n. 100, 21 abr. 1928.

Revista *O Cruzeiro* de 2 de agosto de 1930

Revista *O GLOBO*, Porto Alegre/ RS, 1929.

Revista de *Sociologia e Política* V. 18, Nº 36: 15-23 JUN. 2010 ).

## ANEXOS

### Anexo- 1

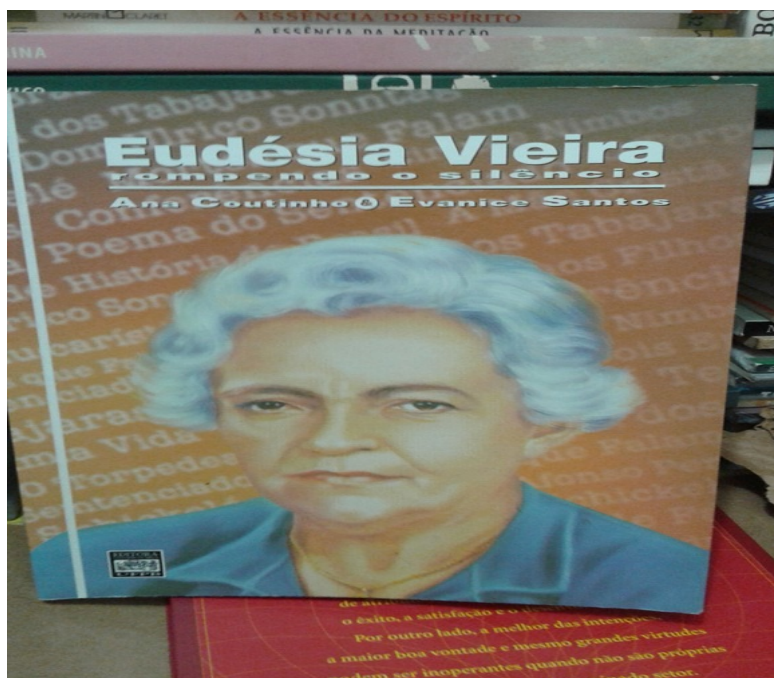


Foto do capa do Livro:

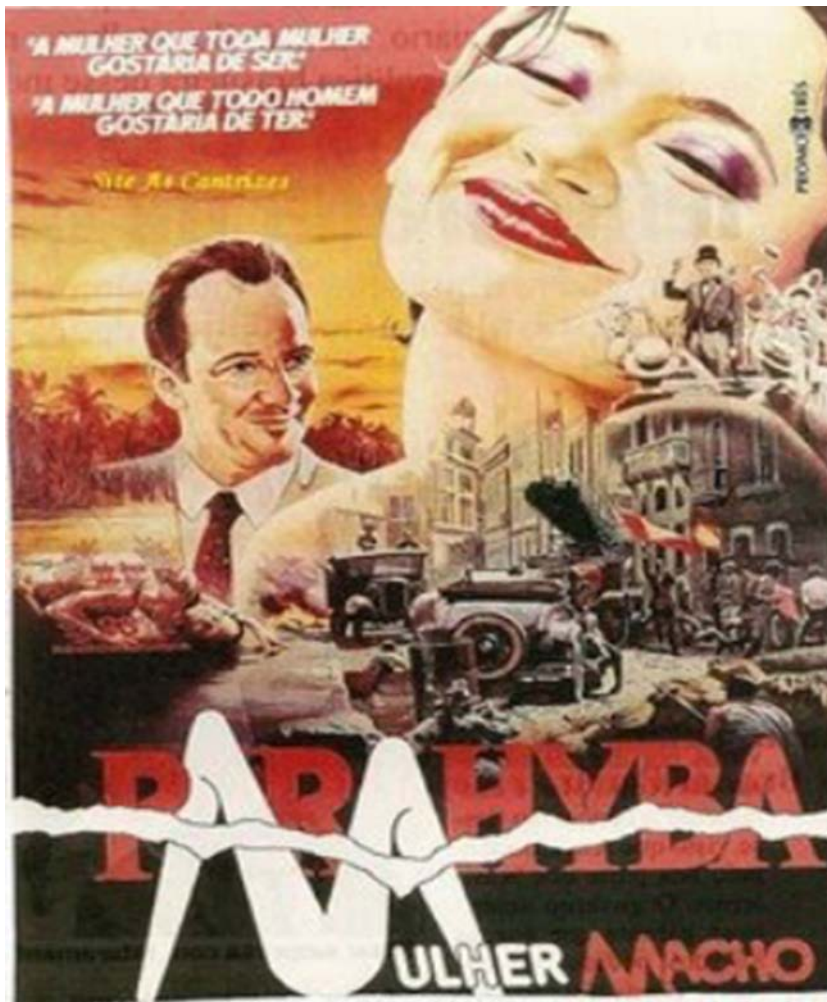
Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=livros+de+Eudesia+Vieira>. Acesso 28/06/2016

## Anexo- 2



Corte de cabelo “à garçonnette”, de Anayde Beiriz em 1926.

Disponível em: <http://cenariodesentimentos.blogspot.com.br/2011/01/anayde-beiriz.html#!/tcmcbck> acesso em 22/04/2016



Anayde Beiriz e o filme que contou seu martírio.  
Disponível em: [www.infonet.com.br](http://www.infonet.com.br). Acesso em 22/04/2016

**Anexo- 3**



Documentário Anayde Beiriz e João Dantas - Um Romance nos Anos 30  
Disponível em: [www.youtube.com](http://www.youtube.com). Acesso em 22/04/2016

## Anexo- 4



O texto é do professor de filosofia e escritor José Flávio Silva, baseado no livro “Anayde Beiriz - Panthera dos olhos dormentes”, do médico e escritor Marcus Aranha. Esse texto teatral fala de uma Anayde intelectual, leitora, apaixonada, feminina e moderna, o que a fazia uma mulher além do seu tempo. A peça, assim como o livro, aborda a troca de correspondência entre Anayde Beiriz e o homem que foi, verdadeiramente, seu grande amor: o estudante de medicina Heriberto Paiva, entre os anos 1924 e 1926. O livro teve como fonte de pesquisa o diário de Anayde, intitulado “Cartas do meu grande amor - Dolorosas reminiscências do sonho desfeito da minha mocidade”, ao qual Marcus Aranha teve acesso e inspirou-se para escrever o livro. A família de Anayde autorizou o escritor publicar as cartas. Do livro, José Flávio Silva escreveu o monólogo “As Cartas de Anayde”.


“As cartas de Anayde” é uma montagem teatral do Grupo de Teatro da ADUFPB, Sindicato dos Professores da UFPB.

Disponível em: [www.adufpb.org.br](http://www.adufpb.org.br). Acesso em 22/04/2016

Anexo- 5

ADUFPB APRESENTA

# As cartas de Anayde



TEXTO José Flávio Silva

DIREÇÃO Carlos Cartaxo

## 6, 7 e 8

DEZEMBRO DE 2013

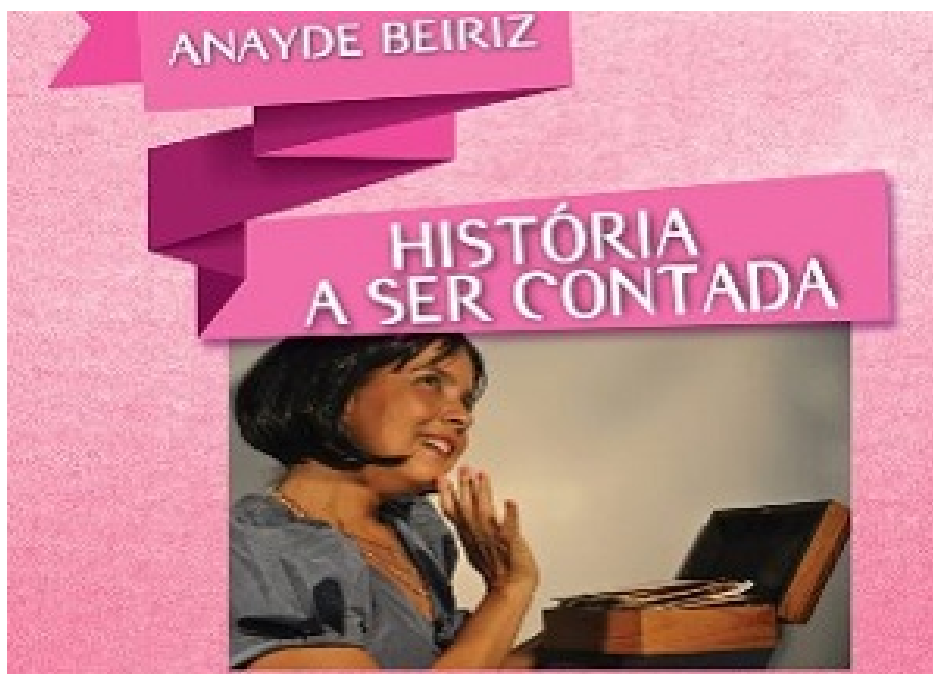
20 horas  
Sede Sociocultural da ADUFPB  
Praia de Cabo Branco  
Entrada franca!

“As cartas de Anayde” em cartaz na sede social da ADUFPB

Disponível em: <http://www.adufpb.org.br/site/as-cartas-de-anayde-em-cartaz-na-sede-social-da-adufpb/>.

Acesso em 22/04/2016

## Anexo- 6

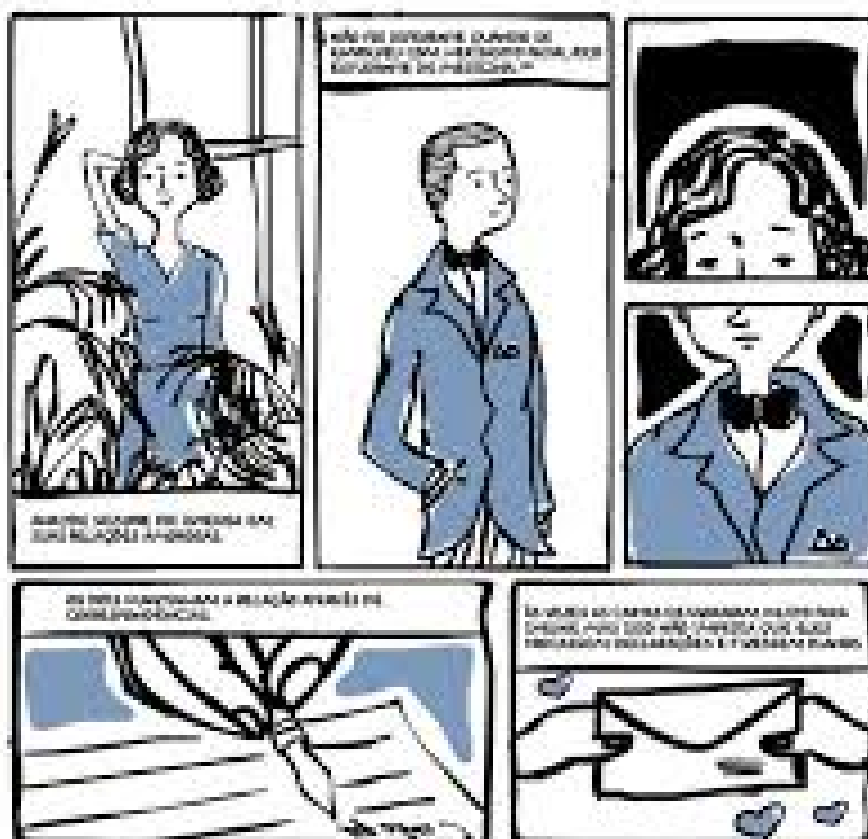


Espectáculo: O Suspensório Produções Artísticas, em comemoração aos 30 anos do grupo, inicia turnê pela Europa apresentando o espetáculo “Anayde Beiriz – história a ser contada”, nesta sexta-feira (26/06/2015) no Museu Municipal de Espinho em Portugal.  
Disponível em: [www.ufpb.br](http://www.ufpb.br). Acesso em 22/04/2016



O Suspensório, Produções Artísticas, em comemoração aos 30 anos do grupo, inicia turnê pela Europa apresentando o espetáculo “Anayde Beiriz – história a ser contada”.

## Anexo-7



© Anayde Beiriz - Uma Biografia em Quadrinhos. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução sem a autorização expressa da autora. Este trabalho foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através do projeto de pesquisa "Anayde Beiriz - Uma Biografia em Quadrinhos".

O quadrinho “Anayde Beiriz – Uma Biografia em Quadrinhos”, que retrata a história da professora e poetiza paraibana da década de 20.

Disponível em: <http://luluyse.blogspot.com.br/2012/08/anayde-beiriz-uma-biografia-em.html> 28/06/2016

## Anexo -8



A prefeitura de João Pessoa – PB homenageia a professora e poetiza paraibana como residencial Anayde Beiriz, situado no Bairro das Indústrias, zona oeste da cidade.

Disponível: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/pmjp-entrega-residencial-anayde-beiriz-a-584-familias-nesta-quinta/>

## Anexo - 9



A unidade escolar, situada na Avenida Cidade de Cajazeiras, s/n, Loteamento Cidade Verde. Municipal de João Pessoa.

Disponível em: [www.paraiba.com.br](http://www.paraiba.com.br). Acesso em 22/04/2016

## Anexo-9



Disponível em: [www.cancione.net](http://www.cancione.net). Acesso em 22/04/2016

## Anexo-10



Monólogo que une poesia, literatura, dança e teatro, mostra como Anayde foi uma mulher à frente do seu tempo.

Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/>. Acesso em 22/04/2016

## Anexo-11



"Anayde Beiriz" na calçadinha da praia do cabo branco- JP à beira-mar e nas faixas de pedestres, "em cara e versos". E assim Anayde Beiriz continua viva no caleidoscópio da arte, principalmente em prosa, versos e aquarelas.

Disponível em:

<http://fcja.pb.gov.br/noticias/show-de-arte-anayde-beiriz-esta-na-praia-do-cabo-branco>.

Acesso dia 10/05/2016